

FACULDADE SABERES



Relatório de auto-avaliação institucional

CPA - Ciclo Avaliativo 2018-2020

Relatório Parcial 2018

**Vitória/ES
2018**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

DADOS DA INSTITUIÇÃO

- ✓ **Nome:** Faculdade Saberes
- ✓ **Código:** 1852
- ✓ **Caracterização da IES:** Faculdade privada, com fins lucrativos, localizada no município de Vitória, no Estado do Espírito Santo.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

- ✓ **Período de mandato:** abril de 2016 a dezembro de 2017.
- ✓ **Ato de Designação da CPA:** Portaria Nº 04, de 01 de Março de 2018, designada pela Presidente do Conselho Superior da Faculdade Saberes, Profª. Drª. Alacir de Araújo Silva.
- ✓ **Composição em 2018:**
 - Representante docente: Profª. Dra. Érika Milena de Souza
 - Representante da mantenedora: Adm. Marcela Rosa de Araújo Meireles
 - Representante discente: Fabíula Paulo de Freitas Manhães
 - Representante do corpo técnico-administrativo: Soane Almeida Dias
 - Representante da sociedade civil organizada: Fernando de Almeida Silva

1. APRESENTAÇÃO

Os processos de avaliação da Faculdade SABERES constituem uma ação desenvolvida por esta instituição desde a sua origem, uma estratégia que objetiva uma busca incessante pela melhoria contínua das suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. A partir de 2004, este processo passa a ser orientado pelas normatizações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004 (ANEXO I), que determina a formação de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) em toda instituição de ensino superior (IES) pública ou privada. Conforme a referida lei, esta comissão será responsável por conduzir os processos de avaliação internos da instituição e por sistematizar e apresentar as informações solicitadas pelo INEP/MEC.

Sob esta perspectiva, a CPA se apresenta como uma integração entre os órgãos oficiais de avaliação externa do MEC e a própria IES. Na Faculdade SABERES, a CPA que vai conduzir o processo de auto avaliação e sistematizar as informações a serem apresentadas ao INEP, no triênio 2018-2020, foi instituída pela Portaria nº 04, de 01 de março de 2018 (Anexo II). No decorrer de 2018 a CPA se apropriou dos dados apresentados nos relatórios anteriores e se preparou para a condução do processo avaliativo, em conformidade com as novas orientações do INEP, ou seja, de acordo com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65. Conforme esta nota técnica os dados apreendidos nas IES devem ser apresentados em cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei Nº 10.861, a saber:

EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA

Dimensão 7: Infraestrutura Física

O trabalho da CPA- SABERES para o ano de 2018 se estrutura a partir da adoção de uma dinâmica avaliativa com investimentos mais estáveis e duradouros, em contraposição a ações avaliativas pontuais que não contribuem na organicidade da instituição, sendo que as ações são definidas pela relevância, interesse e necessidades da IES. Este trabalho exige uma sistematicidade nos processos avaliativos que inclui, entre outros aspectos, sua integração na agenda institucional como parte da dinâmica cotidiana; a produção de decisões compartilhadas; a participação de diferentes agentes e instâncias; apoio operacional e especialmente tecnológico para agilização de coleta e análise de dados; definição clara de responsabilidades dos agentes envolvidos.

Nesta dinâmica a avaliação e o processo de planejamento educacional se unem como um meio de garantir a qualidade educacional da IES. Sob esta ótica, o planejamento delinea previamente os caminhos concebidos, enquanto a avaliação redireciona os percursos da ação (LUCKESI, 2002), por isto tanto planejamento quanto a avaliação estão a serviço da construção da qualidade dos serviços prestados por esta instituição.

Ressalta-se que os processos de planejamento e avaliação institucional são importantes instrumentos na gestão de resultados e na tomada das decisões organizacionais. Aspectos que podem ser adquiridos com a realização do Eixo 1, ou seja, acompanhamento e a análise das dimensões institucionais, tendo como fundamento o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), para subsidiar processos de tomada de decisões.

A Comissão Própria de Avaliação da Faculdade SABERES apresenta o Relatório Anual de Auto Avaliação Institucional constituído a partir das ações realizadas no ano de 2018. Destaca-se que esta avaliação interna foi marcada pela mudança na proposta avaliativa apresentada aos diferentes atores da instituição de ensino, estas alterações trouxeram redefinições políticas para a Instituição que tem se voltado para o cumprimento das metas definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Desta forma, a implantação dessa avaliação na IES contribui com o desenvolvimento de uma cultura avaliativa, uma vez que oferta informações que podem gerar melhorias contínuas no desempenho Institucional. Apesar da manutenção dos princípios e dos principais objetivos do projeto inicial, o processo de aperfeiçoamento do trabalho torna-se um importante instrumento para qualificar as ações desenvolvidas pela IES.

Ao longo deste processo avaliativo contamos com a participação da comunidade acadêmica, esta cooperação foi estabelecida nos momentos de sensibilização que ocorreram nas salas de aula, nos informes presentes no quadro de avisos e nas reuniões realizadas com professores, funcionários e estudantes e nos instantes destinados a aplicação do instrumento proposto.

Como um processo incorporado à vida acadêmica da faculdade, a coordenação da CPA busca estabelecer os princípios da avaliação institucional que se afirma, cada vez mais, como um instrumento de gestão capaz de produzir indicadores confiáveis para subsidiar processos decisórios que possam garantir a qualidade do ensino promovido pela IES. Os resultados parciais desta avaliação foram divulgados em murais e na página da instituição na web, além do mais são problematizados nas reuniões com a equipe de funcionários e professores.

Importante ressaltar, que a avaliação interna envolveu a totalidade da comunidade acadêmica. Sua aplicação buscou mobilizar os atores, visando garantir a participação de todos no debate sobre a melhoria do ensino, pesquisa, extensão, gestão e atendimento de qualidade. Por meio deste processo, objetiva-se contribuir com informações para o ambiente institucional, além do mais se espera contribuir com informações aos órgãos de regulação do Ministério da Educação.

Por fim, a faculdade SABERES considera ser importante fortalecer a cultura avaliativa na instituição, de modo a garantir uma constante busca na excelência de processos educacionais que proporcionem uma ampla discussão dos limites e potencialidades da instituição, assim como a busca permanente de um ambiente organizacional, que pense a avaliação como uma estratégia que auxilie na formação de profissionais mais críticos e qualificados, capazes de promover e contribuir na formação de uma sociedade mais justa e equânime. Além do mais, a avaliação institucional tem como objetivo fornecer informações que auxiliem no planejamento estratégico institucional, a fim de que possa auxiliar e fomentar parcerias com a comunidade local e consolidar a inserção regional da faculdade SABERES, e, por conseguinte, oportunizar intervenções no cenário educacional, social, político e econômico.

2. JUSTIFICATIVA

A Faculdade Saberes acredita que o processo de avaliação institucional vai contribuir para orientar o estudo da sua oferta de vagas para os cursos existentes, a permanente melhoria de sua eficácia institucional e de seu êxito acadêmico e social, bem como para o aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

Por meio do processo de avaliação interna e do auto-diagnóstico a instituição espera construir conhecimentos sobre sua própria realidade, criando parâmetros para a tomada de decisão no que pertence a elevação da qualidade educativa. Para a obtenção desse momento da avaliação, tomando como referência o modelo proposto pela CONAES, foram realizadas discussões com estudantes, funcionários e professores, com o objetivo de promover o debate sobre a importância do trabalho avaliativo para a instituição.

Nestes momentos, foi reafirmada a necessidade de não se perder de vista as orientações apresentadas no projeto institucional da Faculdade Saberes, a sua missão e o plano de desenvolvimento institucional, que entendemos ser de fundamental importância para o entendimento de toda a comunidade escolar sobre a função pedagógica, educativa e construtiva do processo avaliativo. Para isso, a avaliação se desenvolve como um processo de continuidade articulada entre a sua formação interna, conhecimentos e experiências adquiridas na avaliação externa e as regulamentação do MEC.

Os dados das análises quantitativas e qualitativas evidenciam a importância dos processos avaliativos na instituição, uma vez que permitem aprofundar o conhecimento das múltiplas realidades existentes na instituição. Por isso, a participação da comunidade acadêmica é fundamental para que as informações geradas e a indicação dos pontos fracos e fortes sejam mais consistentes em gerar o feedback necessário à melhoria contínua da Instituição.

3.OBJETIVOS

Ao elaborar os objetivos da Avaliação Interna da IES, revisitamos os objetivos estabelecidos pelo SINAES. Segundo o artigo 3º, da Lei 10. 861/2004, a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado da sua atuação no âmbito nacional, para tanto as IES's devem ser consideradas como um sistema que integra as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Neste processo diferentes dimensões institucionais devem ser observadas, a saber: a missão e o plano de desenvolvimento institucional, as políticas institucionais, a responsabilidade institucional da IES, os modos de comunicação estabelecidos com a comunidade, a organização e gestão da instituição, a infra estrutura física, o planejamento e a avaliação dos processos. Neste processo de avaliação, recomenda a referida legislação, a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas devem ser respeitadas.

Também, a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065 estabelece objetivos ao processo de avaliação institucional. Segundo esta nota técnica constituem propósitos da avaliação institucional: destacar a relevância da auto-avaliação das IES para a educação superior; apresentar sugestão de roteiro para a elaboração dos relatórios de auto-avaliação das Instituições de Educação Superior (IES); definir as especificidades da versão parcial e da versão integral do relatório de auto-avaliação; estabelecer prazos para a postagem do relatório no sistema e-MEC; estabelecer critérios para o período de transição.

Em consonância com as normativas estabelecidas pelo INEP, a Faculdade SABERES tem como objetivo consolidar o processo de avaliação institucional como um meio de originar conhecimento sobre esta instituição, assim proporcionar uma discussão com a comunidade escolar sobre os pontos fortes e fracos da IES como meio de promover um planejamento estratégico que fortaleça a qualidade acadêmica a pequeno, médio e longo prazo.

4.ESTRATÉGIAS PARA OPERACIONALIZAÇÃO

Em finais do segundo semestre do ano de 2018, a CPA buscou sensibilizar a comunidade acadêmica para a aplicação do instrumento de coleta de dados:

membros da CPA foram às turmas, procurando estimular a participação de alunos, corpo docente e técnico-administrativo. Não só os integrantes da CPA mobilizaram o corpo docente e técnico da instituição para realizar a coleta de dados, houve uma contribuição ativa das coordenações dos cursos de Pedagogia, História e Letras Inglês/Português para realizar tal coleta em todas as turmas discentes.

No mês de dezembro de 2018, o instrumento de coleta de dados foi aplicado por meio de formulário (Anexo IV). Excepcionalmente, neste processo de auto avaliação a aplicação ocorreu nas dependências das salas de aula, uma vez que houveram problemas com a rede de computadores da instituição. A CPA elaborou uma escala de modo a dar condições e oportunidade a todos os membros da comunidade acadêmica de participarem do processo de auto avaliação institucional. Posteriormente, os dados coletados foram analisados, possibilitando a produção deste relatório.

Os dados coletados por meio das questões fechadas foram submetidos a uma análise quantitativa e qualitativa. Os dados colhidos por meio das questões abertas foram submetidos a uma análise qualitativa.

A aplicação do questionário ocorreu de forma agendada nos momentos das aulas de todos os cursos. Embora todas as turmas tenham comparecido para a coleta, é impossível afirmar que o resultado conta com a participação de todos os membros da comunidade acadêmica, visto que sempre há um contingente faltoso pequeno nas turmas. Há também turmas em estágio e em elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, o que não permite a participação integral dos alunos.

Apesar disso, a administração, o corpo docente e os alunos se empenharam para que a participação fosse a maior possível. O resultado analisado neste relatório conta com a participação da maior parte dos membros da comunidade, sejam discentes, docentes ou funcionários.

4.1. Sujeitos

Foram sujeitos do processo auto-avaliativo os membros da comunidade acadêmica, a saber: discentes dos cursos de graduação, docentes dos cursos de graduação, funcionários técnico-administrativos. Ao total, tivemos 196 sujeitos participantes.

Toda a comunidade acadêmica foi convidada a participar do processo, mas a sua adesão era voluntária e não obrigatória.

4.2. Consolidação dos resultados

Após conclusão das análises dos dados coletados e da elaboração do Relatório foram promovidas as seguintes estratégias de discussão dos dados: apresentação do relatório na reunião do Colegiado Docente, seminário ampliado com professores, estudantes e funcionários para discussão dos resultados, sugestões e definição do plano de melhorias.

5. ANÁLISE DOS DADOS

O desenvolvimento e análise dos dados e das informações coletadas pela Comissão Própria de Avaliação da Faculdade Saberes tiveram como base a organização estabelecida pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n. 65, CGACGIES/DAES/INEP/MEC, 2014, que estabelece a organização do relatório conforme os cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei N° 10.861, que institui o Sinaes.

Somado aos cinco eixos supracitados, a CPA da Faculdade Saberes também incluiu um sexto ponto referente à análise das informações obtidas por intermédio de “questões abertas” à comunidade acadêmica (como foi explicado no tópico “metodologia” desse relatório).

Assim, nessa seção, além da apresentação dos dados e informações coletadas, foi realizado um diagnóstico ressaltando os avanços e desafios a serem enfrentados pela IES em sua missão educacional. É por meio do presente relatório que, portanto, os órgãos gestores da Faculdade, o corpo técnico-administrativo, o corpo docente e os demais funcionários realizarão auto-reflexão sobre o que foi alcançado em relação ao que está estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), considerando sempre a busca pela evolução e pelo aprimoramento das atividades educacionais da IES.

6.1 Eixo 1: Planejamento e avaliação institucional

6.1.1 Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

As figuras 01 a 02 apresentam os resultados da avaliação do planejamento e Avaliação institucional. Os respondentes foram questionados quanto as formas de avaliação e acompanhamento do trabalho institucional; se possuíam conhecimentos dos resultados das últimas auto-avaliações e das ações e mudanças decorrentes deste processo. Embora os sujeitos percebam que a estratégia avaliativa esteja ocorrendo de modo satisfatório, as devolutivas dos dados apreendidos, ainda, possuem falhas, uma vez que 56% dos respondentes afirmam que desconhecem os resultados obtidos pela avaliação institucional.

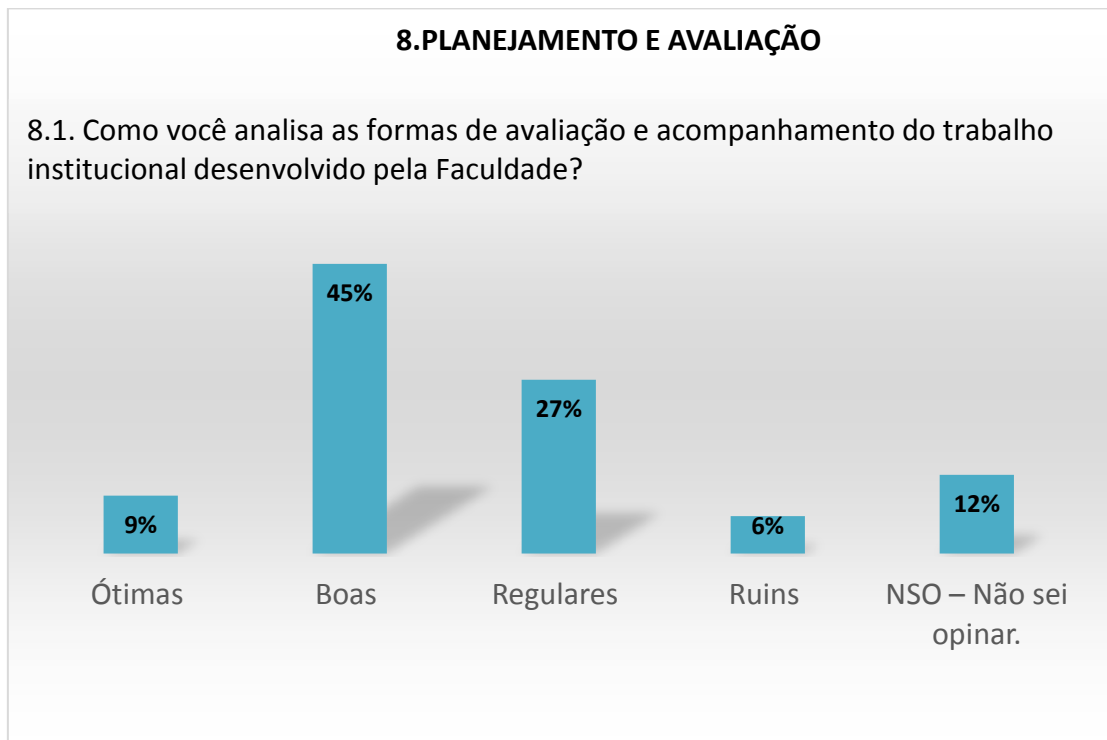


Figura 01: Avaliação e acompanhamento do trabalho institucional

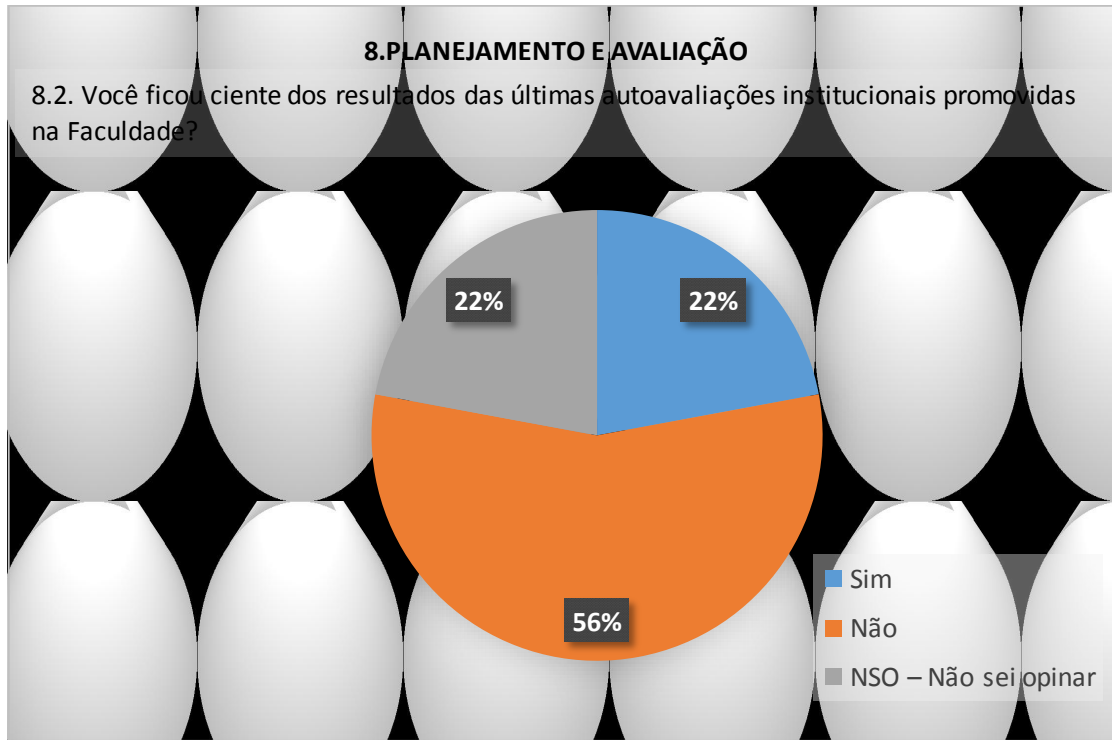


Figura 02: Conhecimento dos dados das últimas avaliações institucionais

Os dados apresentados nas figuras 01, 02 e 03 apontam a necessidade de ampliar as formas de comunicação interna com a comunidade acadêmica da IES. Desta maneira, torna-se relevante que a gestão da IES em conjunto com o Colegiado Docente proponha formas de socialização dos resultados obtidos na avaliação institucional.

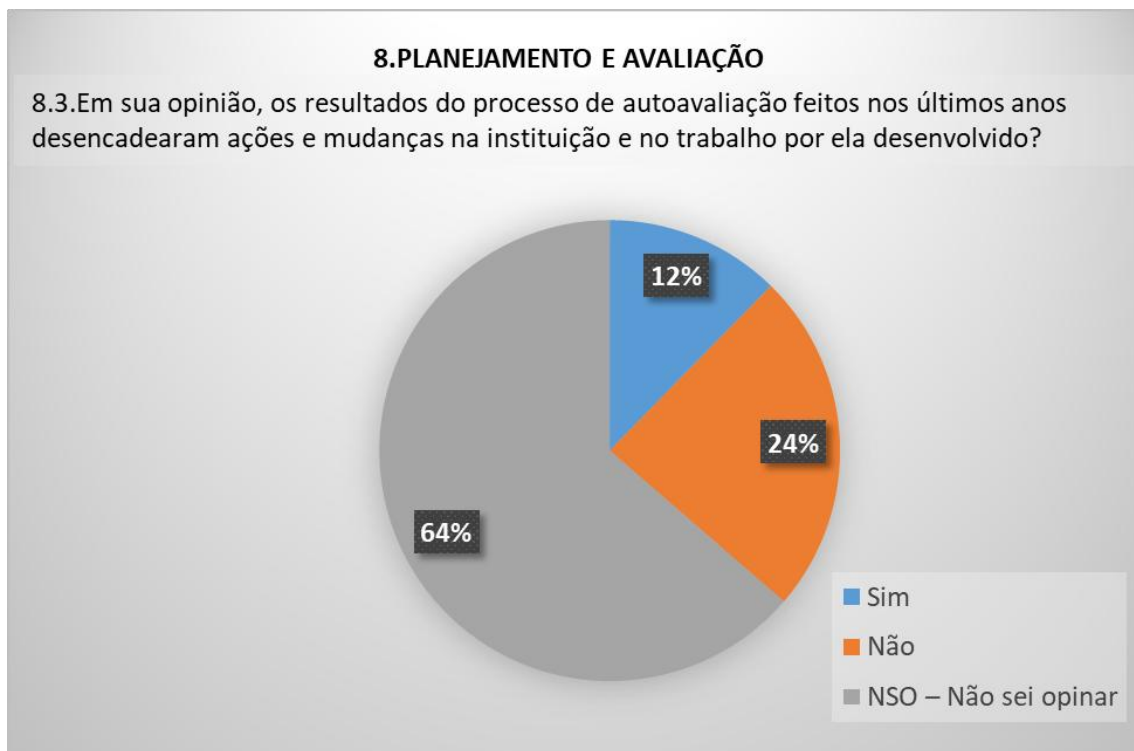


Figura 03: Conhecimento sobre a gestão dos processos avaliativos.

Novamente, a carência na socialização das informações desencadeadas pela avaliação institucional trouxe influência na divulgação das ações desenvolvidas pela IES que proporcionaram melhorias na qualidade das ações acadêmicas desenvolvidas pela instituição.

6.2 - Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

6.2.1 - Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

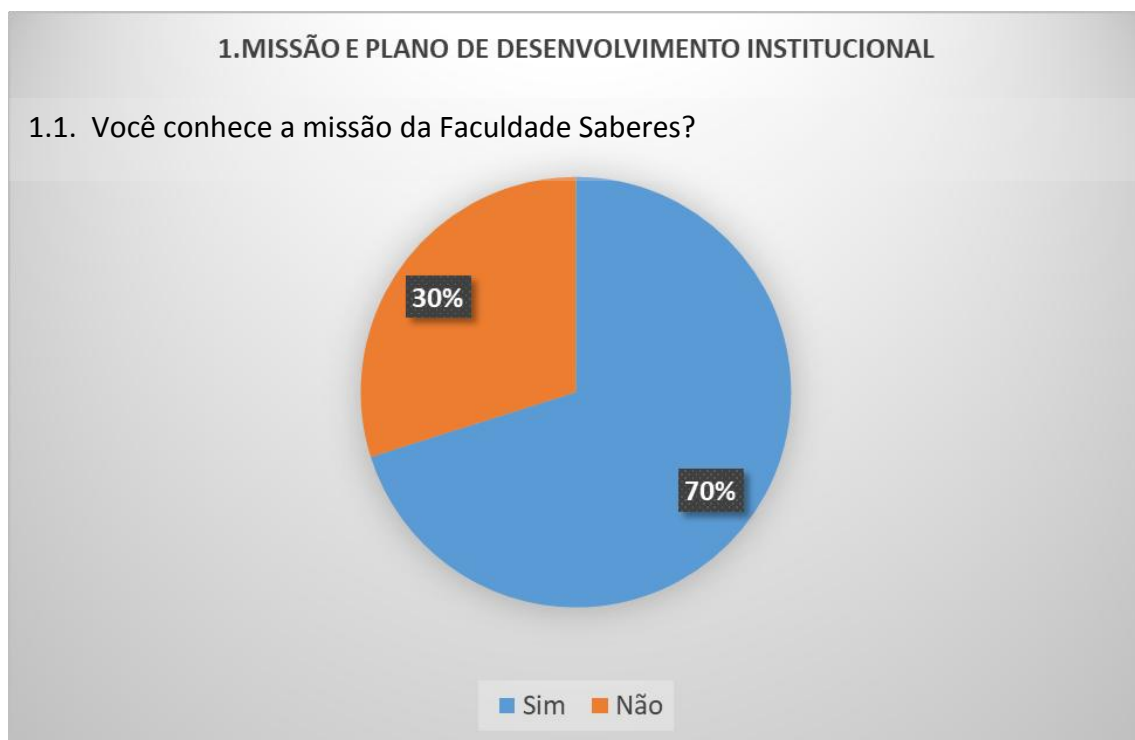


Figura 04: Análise do conhecimento sobre a missão institucional

De acordo com a figura 04, 70% dos sujeitos pesquisados conhecem a Missão da Faculdade Saberes, provavelmente pelo fato de nas dependências e corredores da instituição encontrar-se afixada placa com a mesma: *“Promover educação superior comprometida com o desenvolvimento do ser humano dotado de valores éticos, estéticos, políticos sociais e culturais, cuja base seja a preservação da vida e a busca da construção de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva.”*. Embora, este índice seja satisfatório em 2016, 79% dos respondentes conheciam a missão da IES, enquanto no ano de 2017, 73% dos questionados sabiam da missão. Estes dados anunciam a necessidade de novas práticas comunicacionais na instituição, ações tornem a missão da faculdade algo mais efetivo.

1.MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

1.2. A Faculdade Saberes tem como missão “Promover educação superior comprometida com o desenvolvimento do ser humano dotado de valores éticos, estéticos, políticos, sociais e culturais, cuja base seja a preservação da vida e a busca da construção de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva”. No seu dia a dia, como você avaliaria o desempenho geral da Faculdade Saberes no desenvolvimento dessa missão?

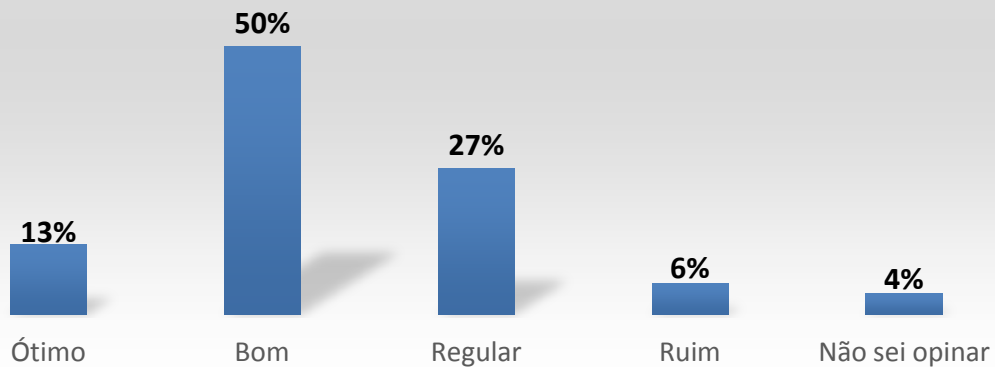


Figura 05: Desenvolvimento da missão

Cumprir o objetivo estabelecido pela missão institucional se apresenta como um compromisso ético-político de todos os técnicos e docentes integrantes da instituição, seja na organização e prática docente seja no atendimento aos diferentes serviços prestados pela IES. Nesta pesquisa 63% dos respondentes apresentam como “ótimo” e “bom” o desempenho da Faculdade Saberes em cumprir sua missão, entende-se que os objetivos propostos pela missão têm sido alcançados e percebidos pela comunidade acadêmica. Porém compreende-se a necessidade de qualificar, ainda mais, os serviços prestados uma vez que 23% dos entrevistados compreendem que estes objetivos tem sido alcançados de modo regular.

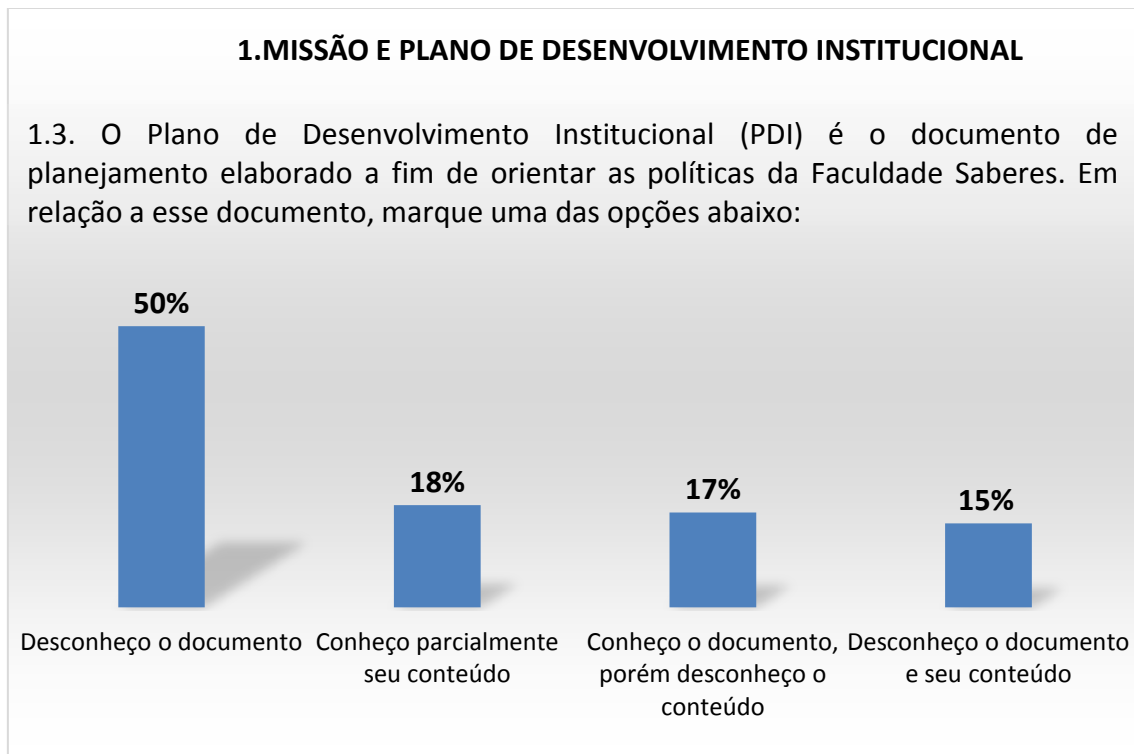


Figura 06: Conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Os índices demonstram a importância de maiores discussões pela comunidade acadêmica nos documentos orientadores da gestão e das ações acadêmicas da IES. Há de se encontrar estratégias que possam promover uma apropriação deste documento, principalmente, pelos docentes da Faculdade Saberes, uma vez que sua ação educativa deve ser orientada pelos objetivos e metas propostas neste plano.

6.2.2 - Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade Saberes, a IES se compromete a interagir permanentemente com a sociedade, ouvindo suas necessidades para atendê-las naquilo que compete à instituição. A partir desta premissa, a Faculdade desenvolve anualmente ações de responsabilidade social, especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social e à defesa do meio ambiente e valorização da vida da região na qual se insere.



Figura 06: Ações de responsabilidade docente



Figura 07: Avaliação das ações de responsabilidade docente

Assim, como em 2017 70% dos questionados desconhecem as ações de responsabilidade social da IES, e, por conseguinte, não conseguem opinar sobre as ações de responsabilidade social desenvolvidas pela Faculdade Saberes. Porém, mesmo que se apresente como uma ação inserida no cotidiano acadêmico as atividades estão invisíveis aos olhares da comunidade acadêmica da IES (Figuras 06 e 07). Este dado apresenta-se conflituoso em relação ao cotidiano acadêmico,

uma vez que sempre há uma participação efetiva da comunidade acadêmica no desenvolvimento das ações de responsabilidade social. Acredita-se que este desconhecimento esteja relacionado ao fato dos projetos possuírem nomenclaturas próprias, uma terminologia que não sinaliza em seu título ações de responsabilidade social.

Mesmo que não percebidas pela comunidade acadêmica, ela possui noções da contribuição destas ações na melhoria da produção cultural, intelectual e artística, assim como na promoção da cidadania e inclusão social (Figura 08). Sobre este dado supõe-se que ao responderem esta questão os entrevistados estabeleceram relação com os saberes que já possuem sobre o tema – responsabilidade social ou relacionaram a temática com os objetivos dos projetos de cunho social desenvolvidos pela Faculdade Saberes.



Figura 08: Impactos das ações de responsabilidade social na sociedade regional.

6.3 Eixo 3: Políticas Acadêmicas

6.3.1 - Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

A política para o ensino desenvolvida pela Faculdade Saberes foi avaliada no que diz respeito à qualidade de sua prática pedagógica e a adequação dos currículos ofertados às demandas sociais e individuais. No que se refere as práticas de pesquisa foi avaliado a inserção dos estudantes nos grupos de pesquisa, os motivos das ausências nestes espaços e sobre o conhecimento das políticas e práticas de pesquisa na Faculdade Saberes. Em relação a extensão, foi questionado a respeito da participação dos estudantes dos cursos de extensão, os motivos que os levavam a não realizar um curso de extensão na IES e se eles percebiam articulação entre os cursos de extensão e os currículos dos cursos de graduação. Os estudantes também foram indagados se percebiam articulação entre a pós graduação e a graduação.

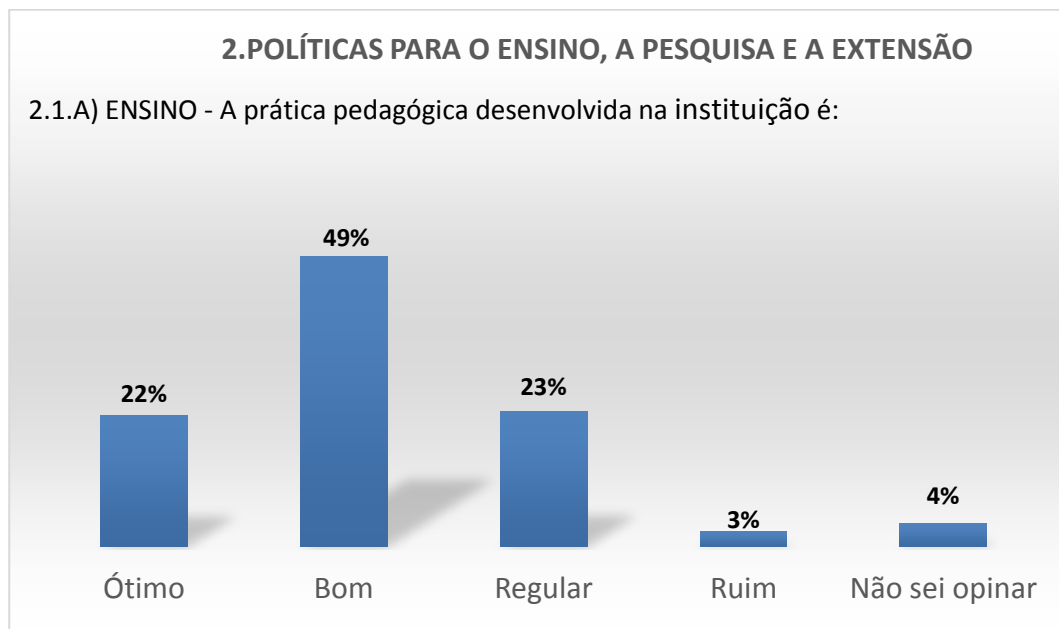


Figura 9: Análise da prática pedagógica docente

Embora a avaliação da prática pedagógica continue sendo bem avaliada pelos respondentes, 71% a analisam como “boa” e “ótima”, percebe-se uma redução em relação aos índices de 2017, neste período 80% dos entrevistados analisaram as práticas docentes de modo positivo. Além do mais, houve uma elevação do percentual das pessoas que analisam as práticas pedagógicas como regulares, 17% dos entrevistados apontam as ações pedagógicas como regulares no ano de 2017, já no ano de 2018 houve um aumento de seis pontos neste índice, ele atingiu 23%. Também houve um aumento nos valores de respostas que consideram as práticas pedagógicas como ruins, se no ano de 2017 os índices eram de 1%, no ano de 2018 o índice foi subiu para 3%.

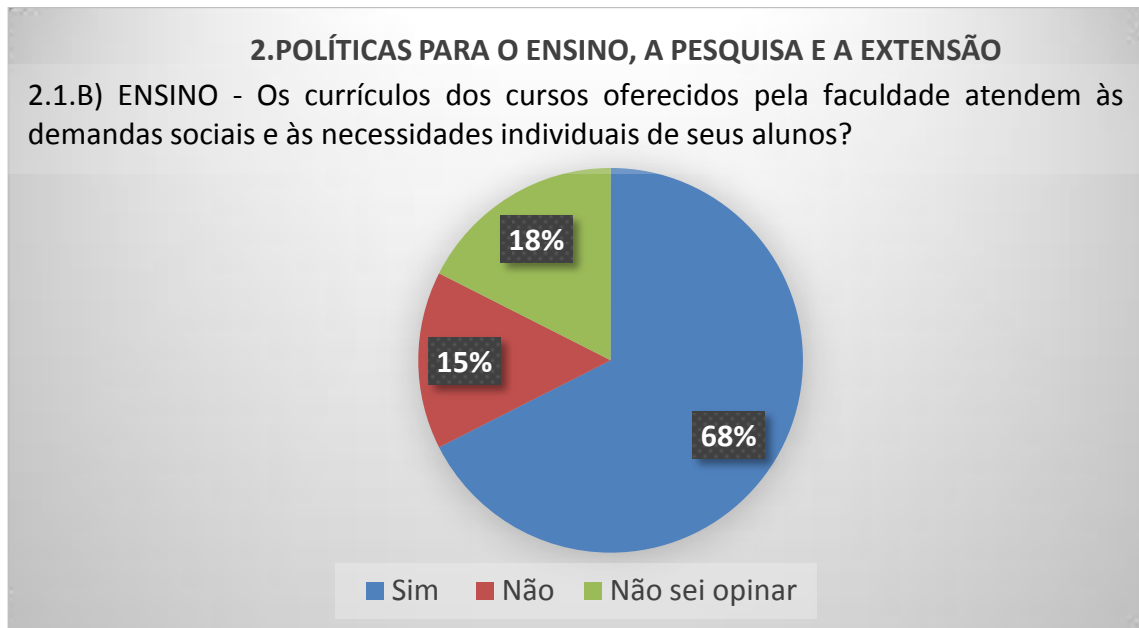


Figura 10: Análise dos currículos e suas interações com as demandas individuais e sociais.

No que se refere aos currículos ofertados, 68% dos respondentes consideram que eles estabelecem vínculos com as demandas sociais e individuais. Embora este dado apresente um índice satisfatório, no ano de 2018 houve uma redução desta percepção pelos respondentes, já que em 2017 os índices atingiram o quantitativo de 73%.

Quanto à participação em grupos de pesquisa, 53% dos respondentes afirmam que não participaram de grupos de pesquisa enquanto 47% realizaram investigações nestes grupos. A Faculdade Saberes estimula a participação dos estudantes nos grupos de pesquisa presentes na IES, porém há percentual significativo de estudantes que trabalham e não possuem tempo disponível para chegar nas reuniões de pesquisa (Figura 11).

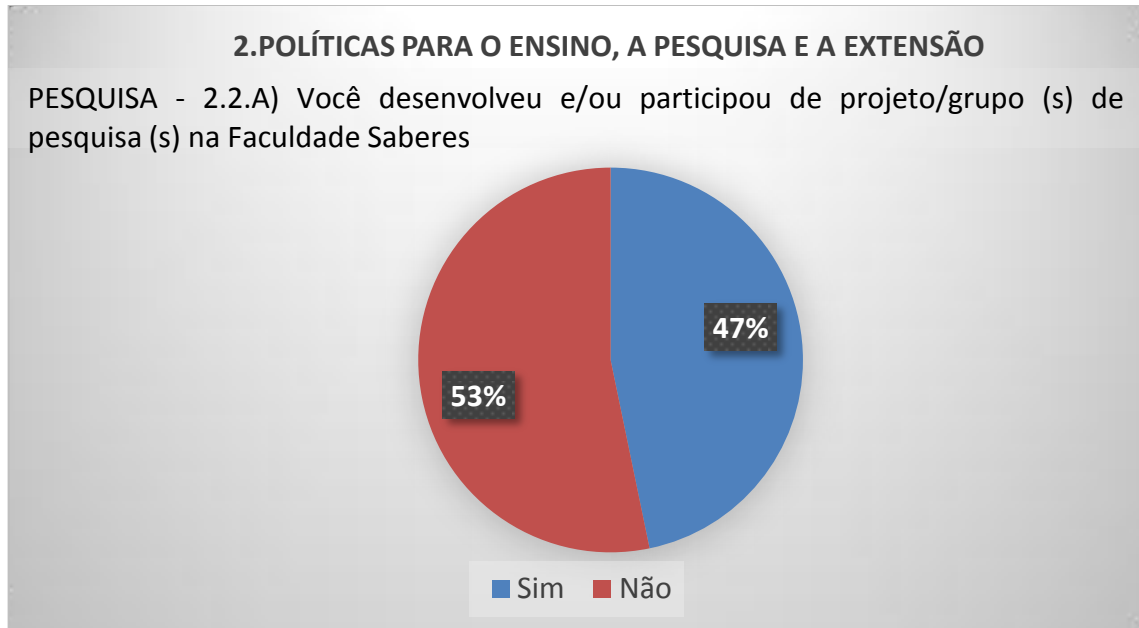


Figura 10: Participação em projetos de pesquisa

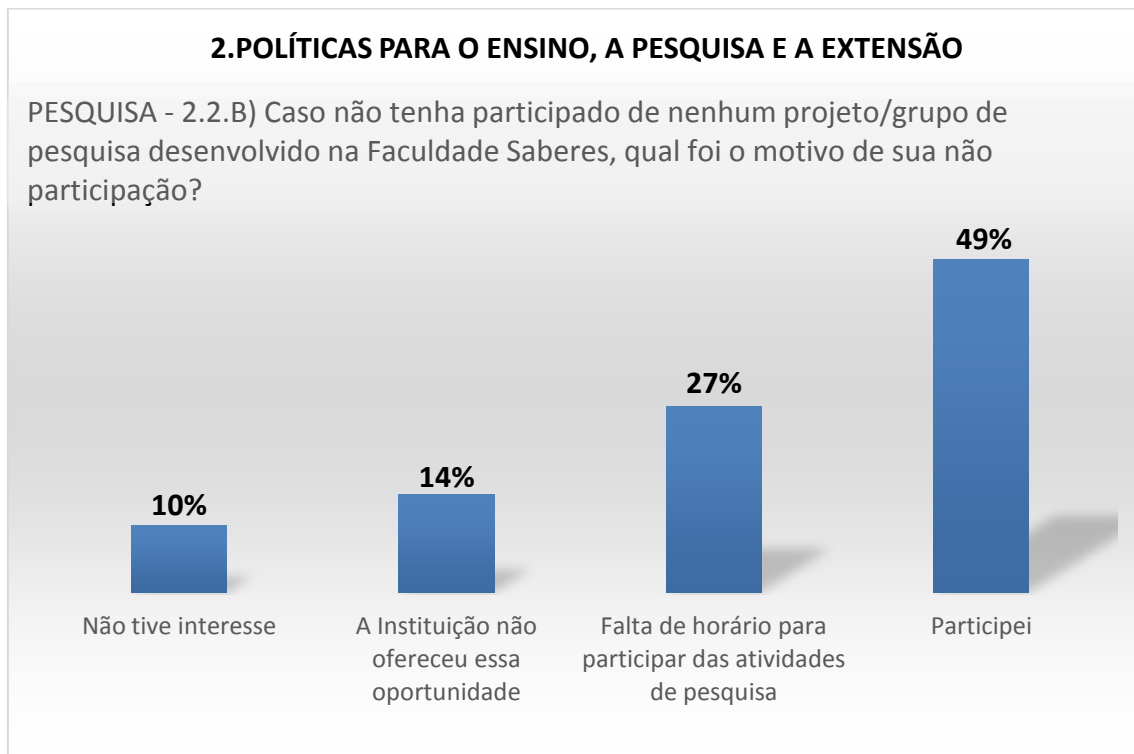


Figura 11: Motivos que subsidiaram a não participação em projetos de pesquisa.

No que se refere a avaliação da política e da prática institucional de pesquisa desenvolvida pela Faculdade Saberes, inclusive para a iniciação científica, nota-se que são consideradas “ótimas ou boas” por mais de 45% dos respondentes. Vale ressaltar, que os três cursos de Ensino Superior ofertados pela Faculdade Saberes são de Licenciatura, o que influencia no direcionamento dos estudantes para

projetos de iniciação científica, sejam de longa ou curta durações, bem como o estímulo para o seu desenvolvimento pelos docentes.

Por iniciativa pessoal, diversos docentes e discentes se reúnem periodicamente, no decorrer dos semestres letivos. Atualmente, funcionam os grupos de pesquisa com as seguintes temáticas: 1) “Ideias e Linguagens Políticas na América Ibérica Oitocentista”, coordenado pelo professor Me. Jorge Vinícius Monteiro Vianna, desde 2015; 2) “Cultura material e cultura literária no mundo”, coordenado pelo professor Dr. Thiago Brandão Zardini, iniciado no primeiro semestre de 2016. Além dos grupos de pesquisa, semestralmente correm semanas culturais e de pesquisa pedagógicas que incentivam e estimulam a prática de pesquisa para apresentações de banners ou mesas, instrumentos que possibilitam a divulgação, circulação e debates acadêmicos, além da oportunidade de publicação.

Contudo, mesmo com estas atividades de pesquisa, 27% dos entrevistados não sabem opinar sobre as políticas e práticas institucionais, desta maneira é relevante que estas iniciativas sejam mais divulgadas na comunidade escolar. Além do mais, 23% dos questionados informam esta política como regular, este dado pode indicar a necessidade de uma readequação desta política seja no âmbito institucional seja no âmbito da participação discente.

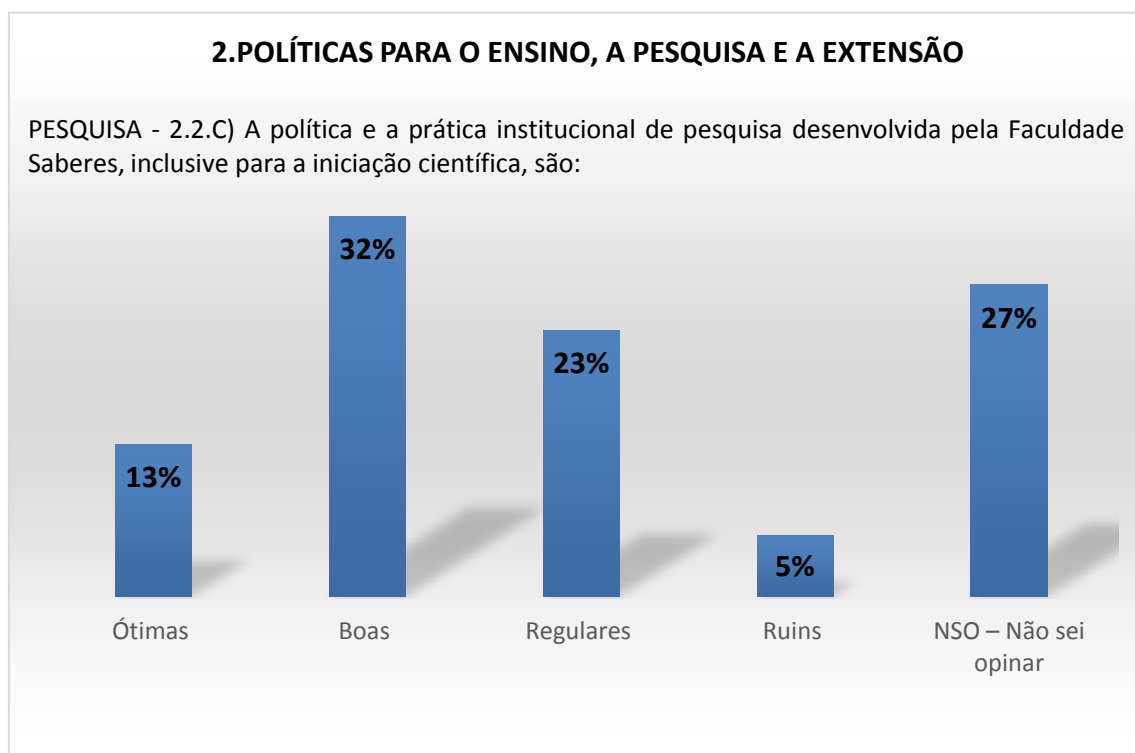


Figura 12: Análise da política e prática institucional de pesquisa

Percebe-se uma grande adesão da comunidade escolar aos cursos de extensão ofertados pela IES, 77% dos questionados desenvolveram e/ou participaram dos projetos de extensão ofertados pela Faculdade Saberes. No relatório apresentado em 2017, houve o indicativo da redução das cargas horárias e dos valores dos cursos como um meio de aumentar a participação dos estudantes nestes cursos; os resultados de 2018 apontam que estas alterações fomentaram uma maior participação nestes cursos (Figura 13).

Porém, torna-se necessário diversificar os horários da oferta dos cursos de extensão, fato indicado pelo índice de 35% de questionados que não participam dos cursos em decorrência do tempo disponibilizado para tal. Torna-se relevante que os objetivos e as propostas dos cursos de extensão sejam mais e melhor explicitado ao público acadêmico, uma ação que pode contribuir na redução dos índices de pessoas que não sabem opinar sobre os cursos ofertados, fato apontado pelas figuras 13, 15 e 16. Além do mais, torna-se relevante realizar um levantamento prévio das necessidades acadêmicas dos estudantes, esta estratégia pode auxiliar na redução dos índices das pessoas que não participam dos cursos de extensão pela falta de interesse (Figura 14).

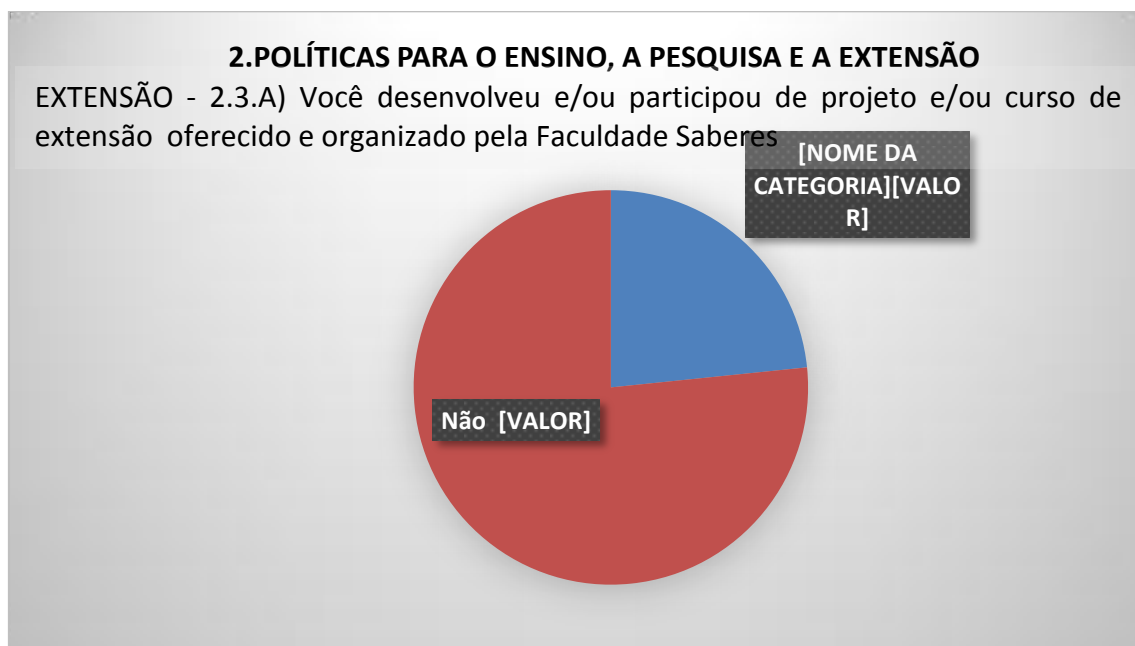


Figura 13: Participação em curso de extensão

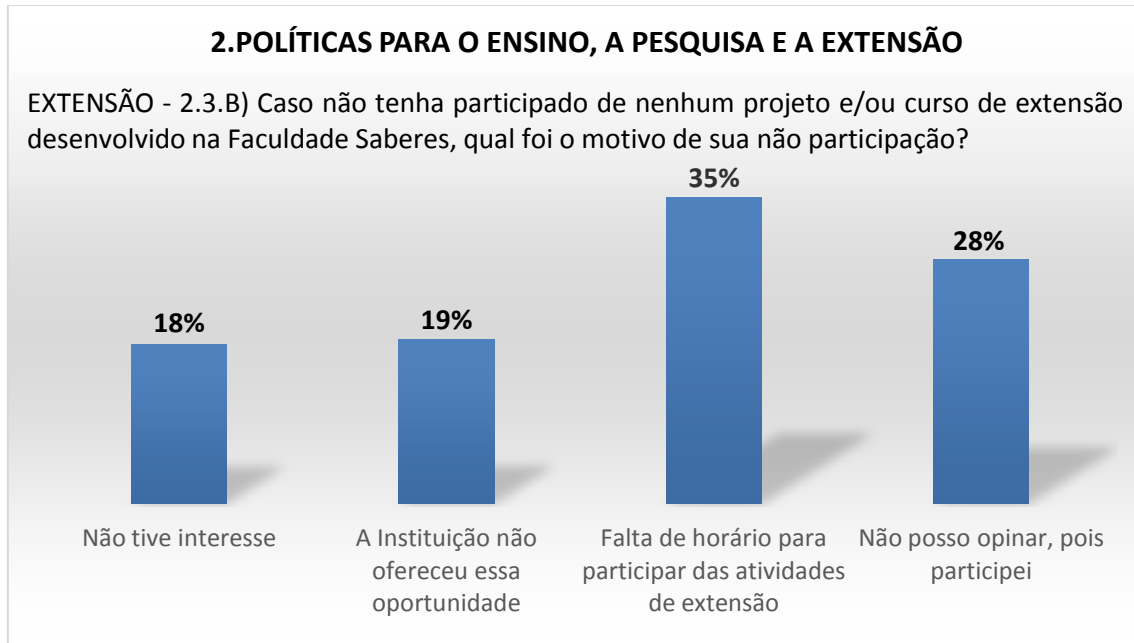


Figura 14: Motivos que levaram a não participação nos cursos de extensão.

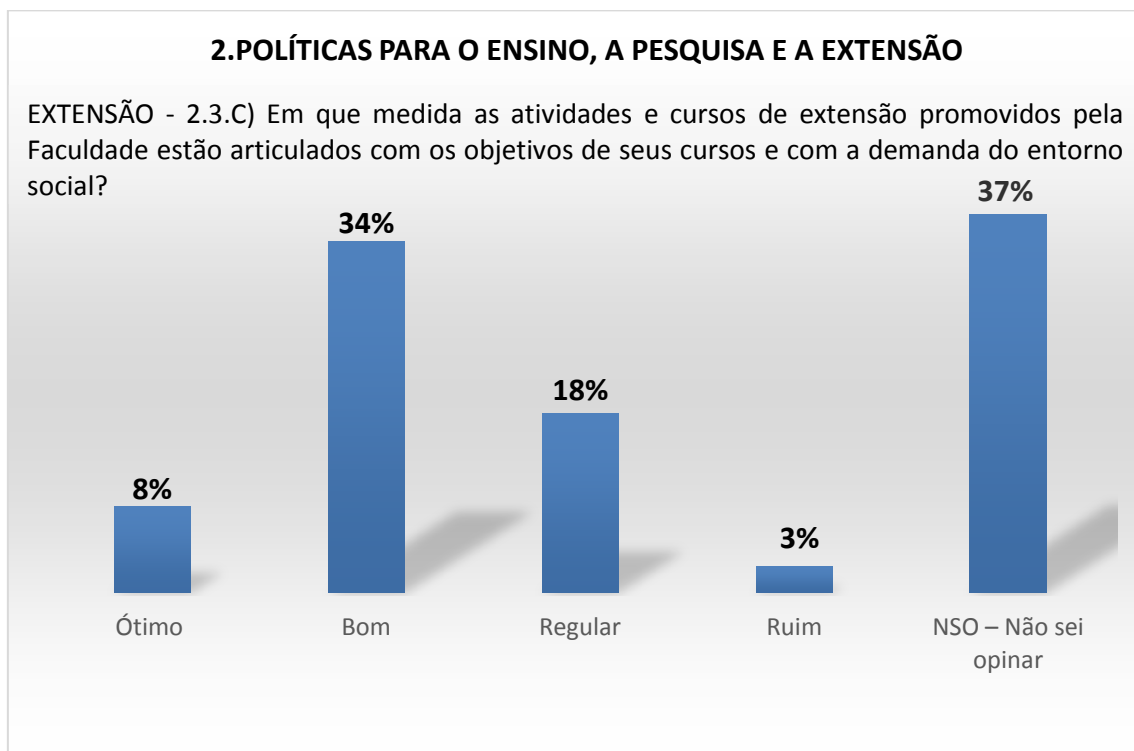


Figura 15: Articulação entre extensão e os objetivos do curso de graduação.

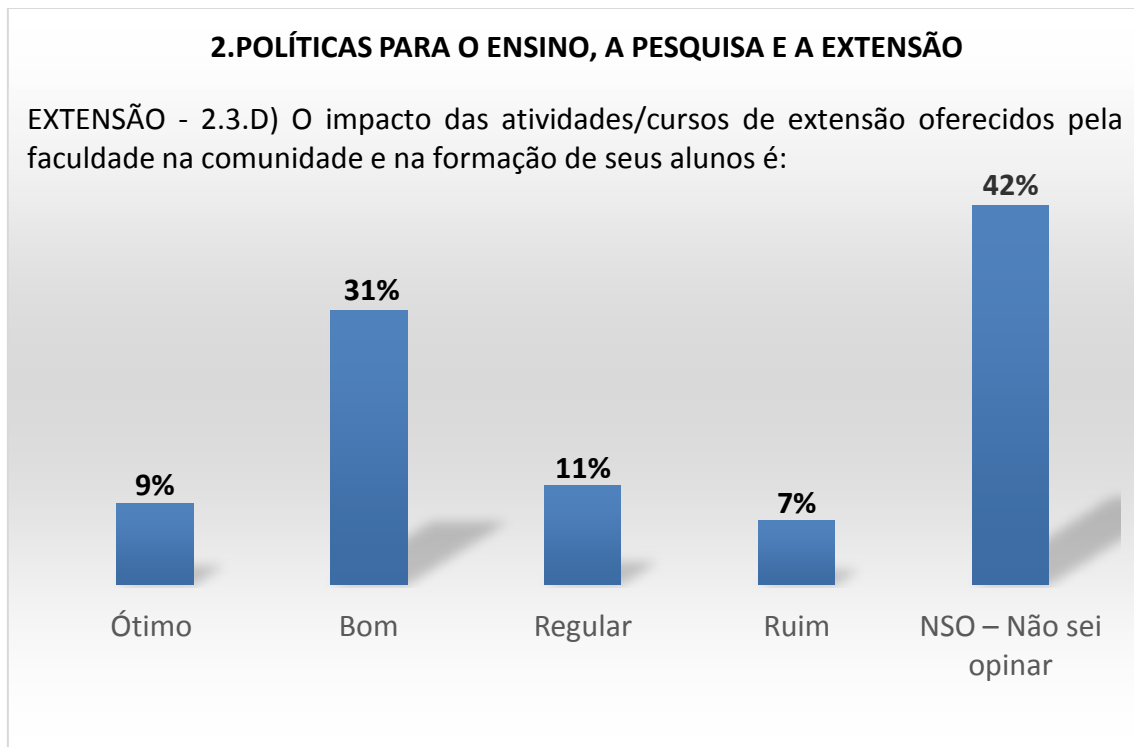


Figura 16: Impactos dos cursos de extensão na formação dos graduandos

Observa-se que os eventos acadêmicos são bem avaliados, 78% dos entrevistados apontam estes eventos como “ótimo” e “bom”. Este dado positivo aponta que a qualidade destes eventos e a sua proposta acadêmica são percebidos por aqueles que frequentam estas atividades acadêmicas.

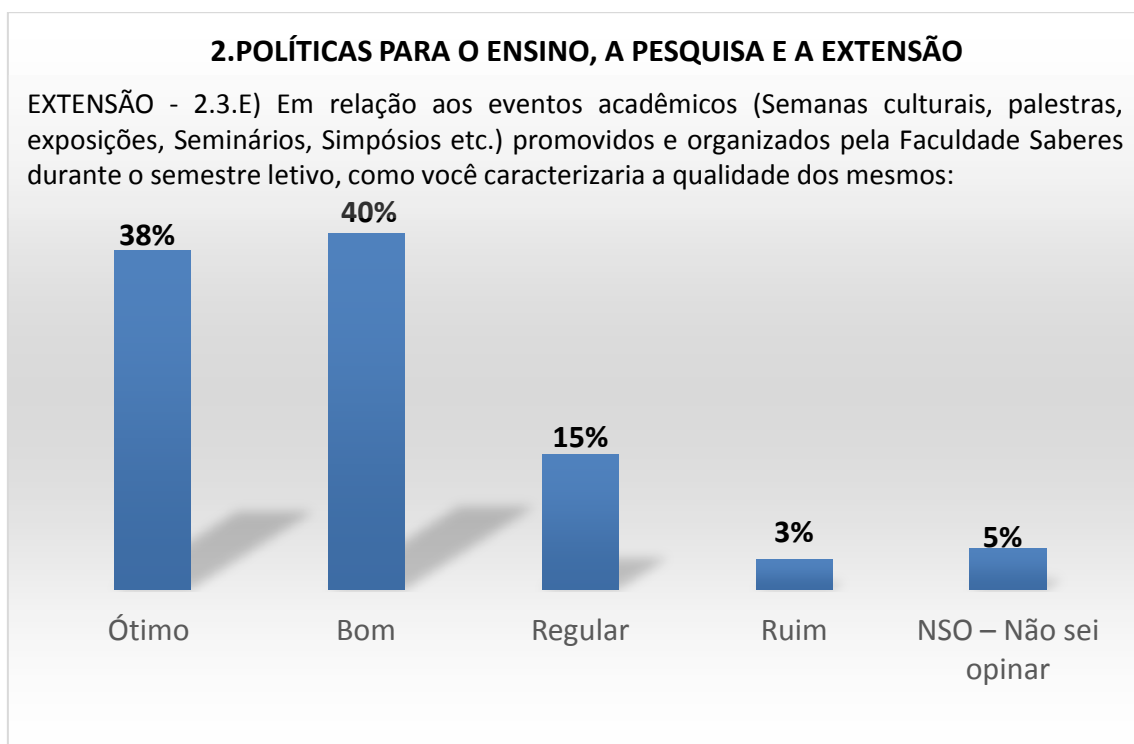


Figura 17: Análise da qualidade dos eventos acadêmicos.

O resultado da avaliação do grau de integração entre a graduação e a pós-graduação (*lato sensu*) sinaliza um problema desde o ano de 2017. No ano de 2018, os dados apresentam 25% das avaliações como sendo “ótimas” e “boas”, sendo que 52% dos entrevistados não sabem opinar sobre o tema. Tal avaliação apresenta a necessidade de maior divulgação dos cursos de pós-graduação que ocorrem na instituição, pois, possivelmente pelo fato de os cursos de graduação serem ofertados no turno noturno durante a semana e os cursos de pós-graduação (*lato sensu*) ocorrerem aos sábados, os alunos não tomam conhecimento das possibilidades de continuar o seu processo formativo na própria instituição (Figura 18).

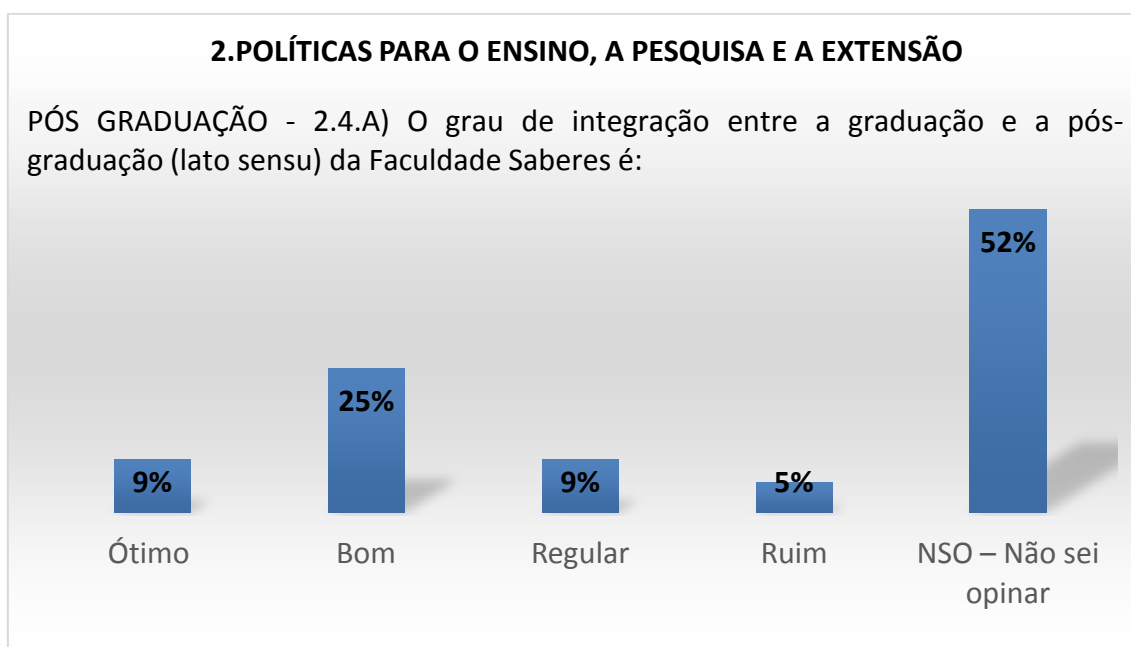


Figura 18: Integração entre os cursos de graduação e pós graduação

6.3.2 Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

As estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna foram avaliados positivamente por mais de 40% dos respondentes, enquanto em 2017 foi de 50%, o que aponta a necessidade de melhoria e transparência na comunicação interna. A respeito da comunicação externa, os dados se assemelham aos índices apontados na qualidade, recursos e estratégias da comunicação interna. O que sinaliza, mais uma vez, a necessidade da instituição investir em comunicação externa, otimizando o uso do portal, do site e das redes sociais.

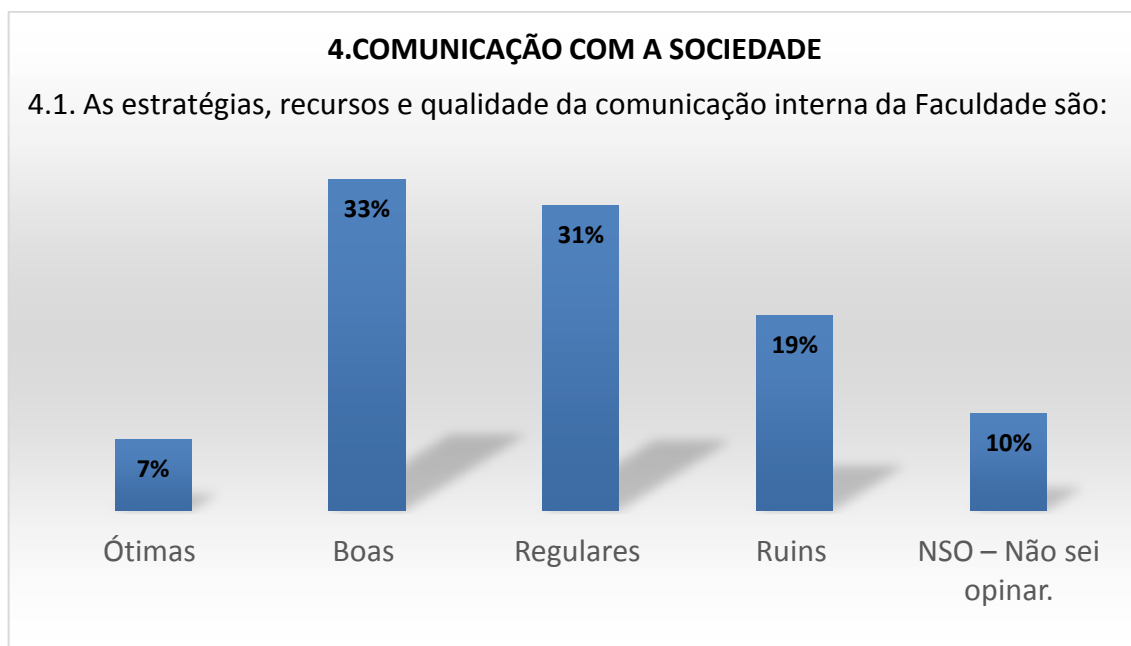


Figura 19: Estratégia, recursos e qualidade na comunicação interna.



Figura 20: Estratégia, recursos e qualidade na comunicação externa.

O telefone se apresenta como o meio de comunicação de melhor comunicação com a sociedade e o corpo discente. O uso das redes sociais se apresentou como um recurso útil nesta comunicação, porém há de se refletir sobre os modos como as redes sociais estão sendo utilizadas, uma vez que este item também foi avaliado como um recurso ruim de comunicação. Vale ressaltar que o site institucional se

apresentou como o pior meio de comunicação externa e interna, desta maneira recomenda-se um investimento na apresentação das informações contidas no site e nas redes sociais, uma vez que estes recursos podem se apresentar como potentes instrumentos na divulgação mais explícita dos eventos e das ações da faculdade desenvolvidas pela faculdade.



Figura 21: Melhores meios de comunicação entre a Faculdade e sociedade e Faculdade e comunidade interna.



Figura 22: Piores meios de comunicação entre a Faculdade e sociedade e Faculdade e comunidade interna.

A imagem pública da instituição nos meios de comunicação, por sua vez, é avaliada de modo positivo mais por mais de 45% dos respondentes. Isso demonstra que houve investimento e cuidado da instituição em relação a maior participação da instituição em assuntos comuns junto aos meios de comunicação, o que representa também mais expressão da faculdade nos assuntos educacionais na sociedade capixaba, contando, inclusive, com publicações dos coordenadores e professores de cursos nas colunas de grandes jornais de circulação capixaba.

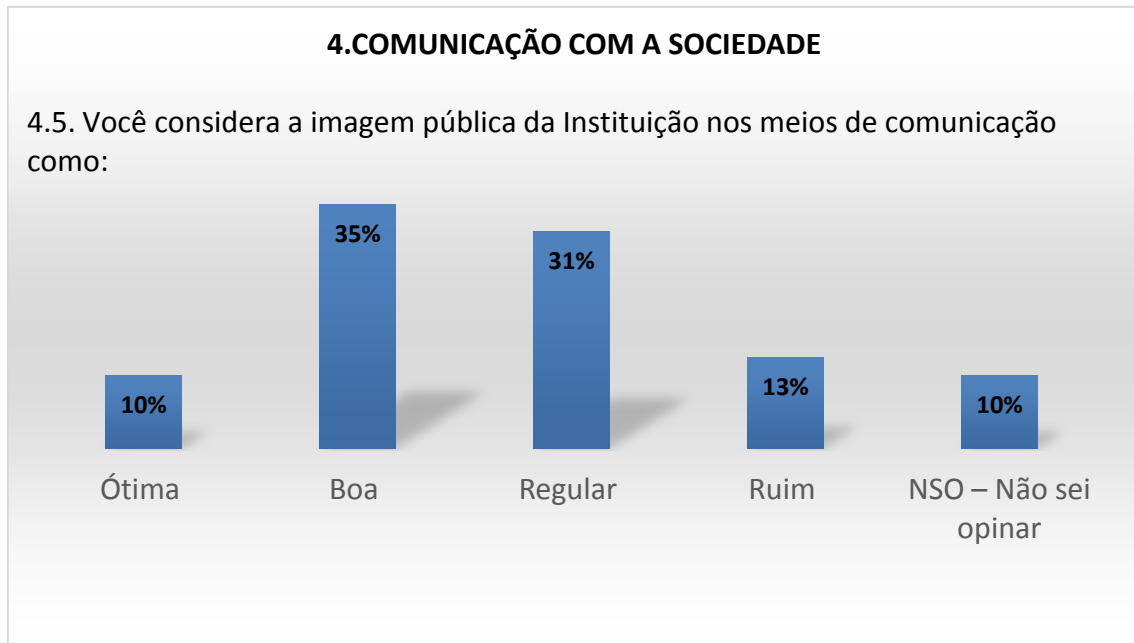


Figura 23: Percepção da imagem pública da instituição.

6.3.3 Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

Com respeito a essa dimensão procurou-se investigar como a comunidade acadêmica avalia as formas de acesso, seleção e permanência de estudantes implementadas pela Faculdade Saberes, as ações desenvolvidas para assegurar a participação dos estudantes em atividades de ensino, os mecanismos de apoio acadêmico para os estudantes que possuem dificuldades acadêmicas, a recepção e atendimento aos calouros, o serviço prestado pelos monitores e tutores das disciplinas, atendimento e orientação prestada pelos coordenadores e conhecimento sobre ações da IES de acompanhamento aos discentes.

Considera-se que, garantir o acesso e permanência dos estudantes no processo de formação acadêmica se apresenta como um desafio e um ato essencial capaz de melhorar a qualidade sócio-educacional do país. Todavia, esta ação não se

concretiza sem a presença de atividades que possibilitem uma maior inserção dos estudantes no mundo acadêmico. Desta maneira, assegurar a participação dos estudantes em atividades de ensino, tais como monitorias e tutorias, fornecer mecanismos de apoio acadêmico para os estudantes que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais; tornar as aulas mais atrativas incorporando novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem e o acolhimento dos estudantes pelo corpo acadêmico e coordenação de curso pode se tornar instrumentos que oportunizem a permanência dos estudantes.

Por meio de uma análise conjunta dos dados, identificamos que de um modo geral as políticas de atendimento aos discentes são bem avaliadas de modo positivo. Porém, ao se analisar os itens mecanismos de apoio acadêmico para os estudantes que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais, o atendimento prestado pelos monitores/tutores das disciplinas aos discentes e atendimento prestado pelos coordenadores percebe-se uma incongruência, já que promover ações de acolhimento por meio da monitoria e coordenação de curso se apresentam como mecanismos de prestação de serviços capazes de auxiliar os estudantes em suas dificuldades acadêmicas.

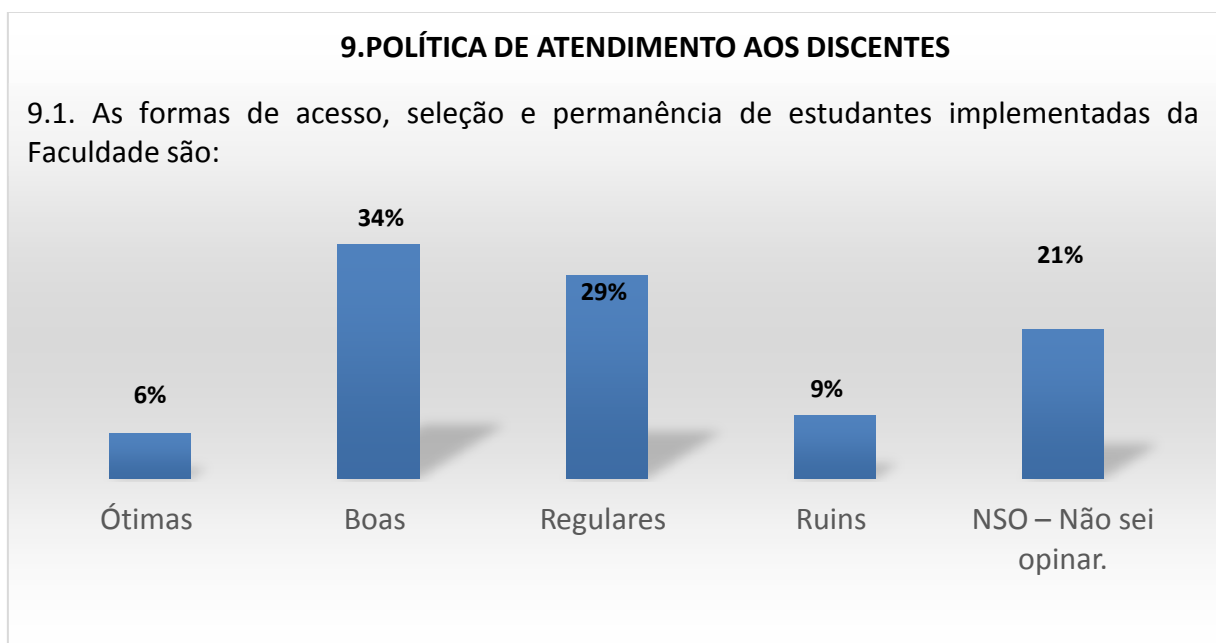


Figura 24: Análise das formas de acesso, seleção e permanência de estudantes

9.POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

9.2. Em sua opinião, as ações promovidas para assegurar a participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, monitorias), iniciação científica e extensão são:

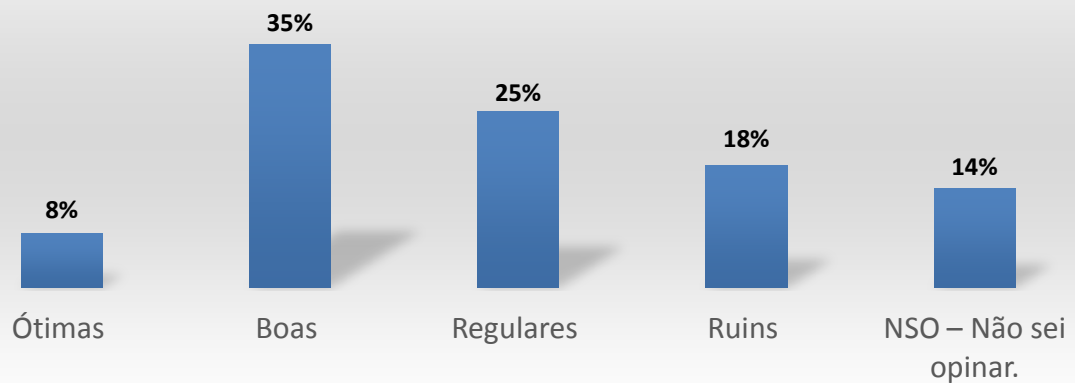


Figura 24: Ações promovidas para assegurar a participação dos estudantes nas atividades de ensino.

9.POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

9.3. Os mecanismos de apoio acadêmico para os estudantes que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais?

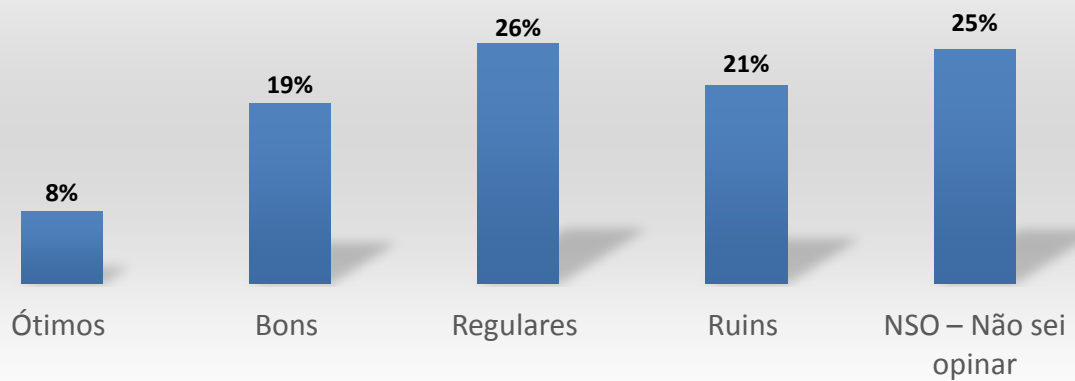


Figura 25: Mecanismos de apoio acadêmico a alunos com dificuldades

9.POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

9.4. A faculdade tem desenvolvido ações para incorporar novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem?

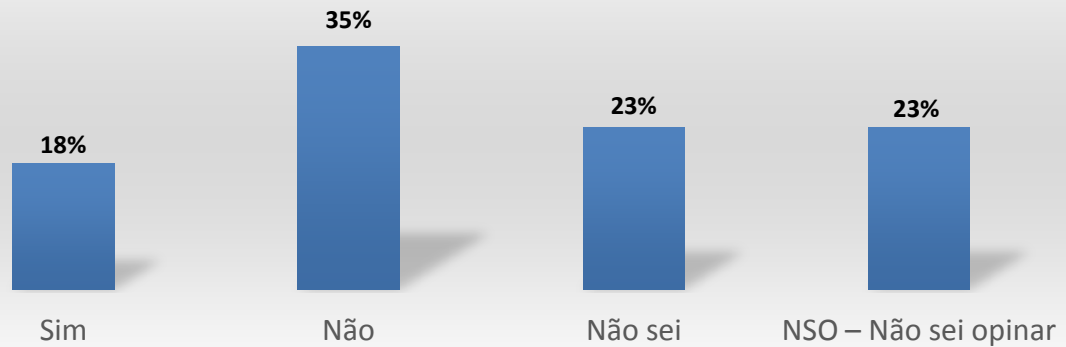


Figura 25: Uso de tecnologias na ação docente

9.POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

9.5. Em sua perspectiva, a recepção e os atendimentos aos calouros são:

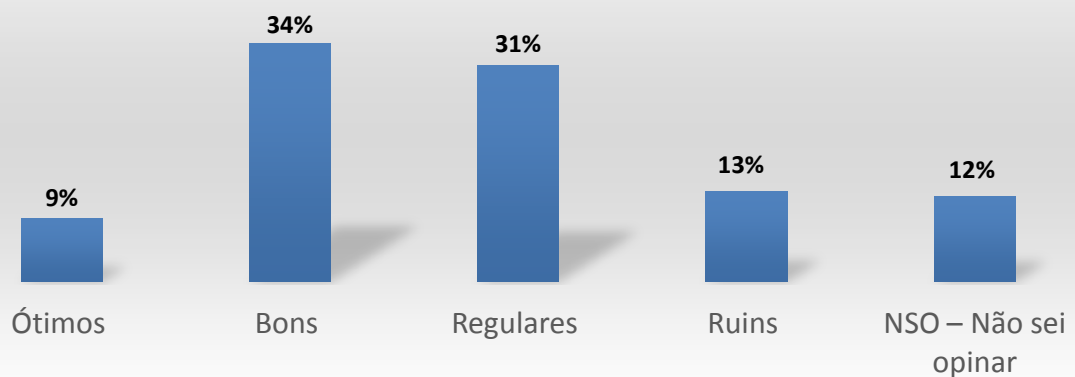


Figura 26: Recepção e atendimento aos calouros

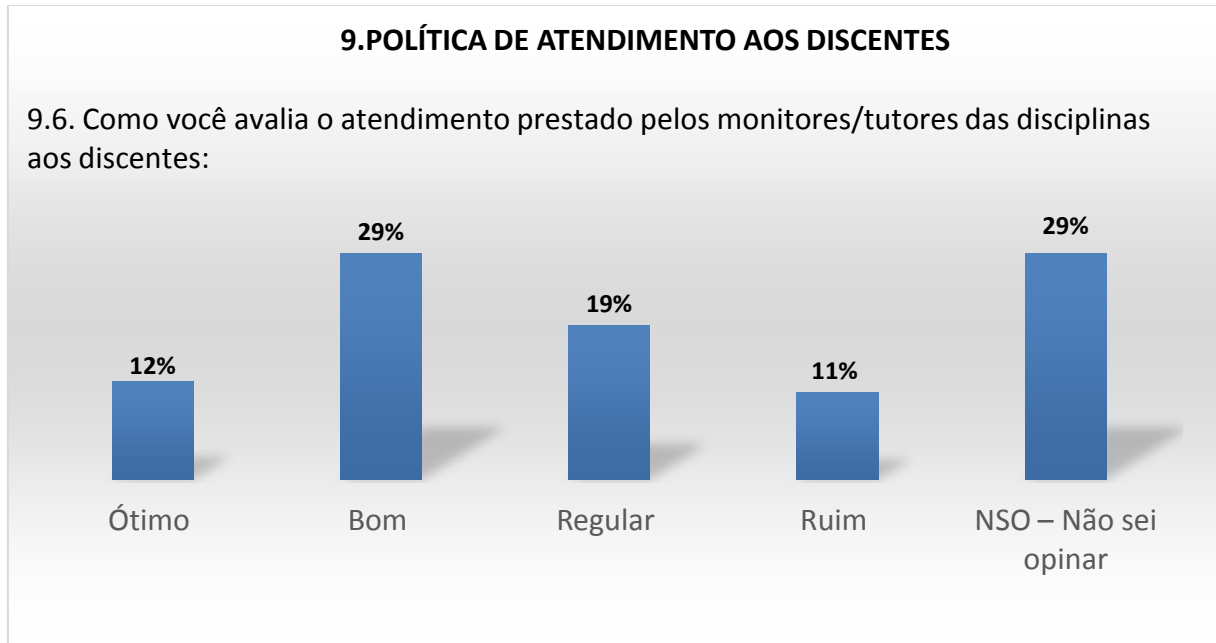


Figura 27: Atendimento prestado pelos monitores

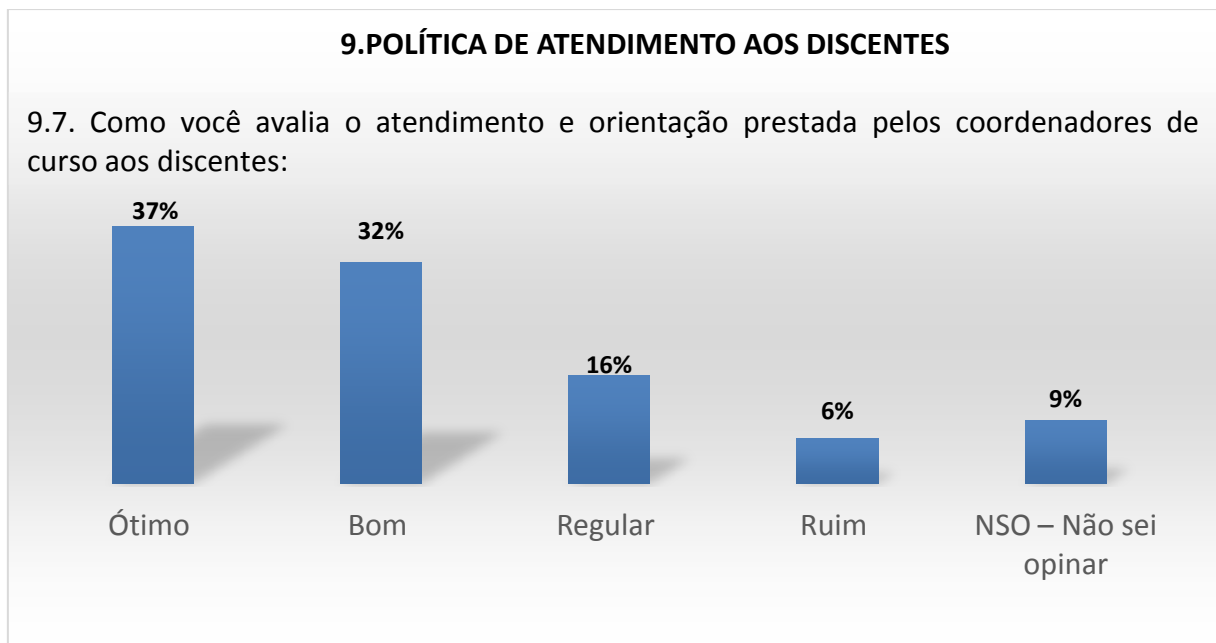


Figura 27: Atendimento prestado pelos coordenadores de curso

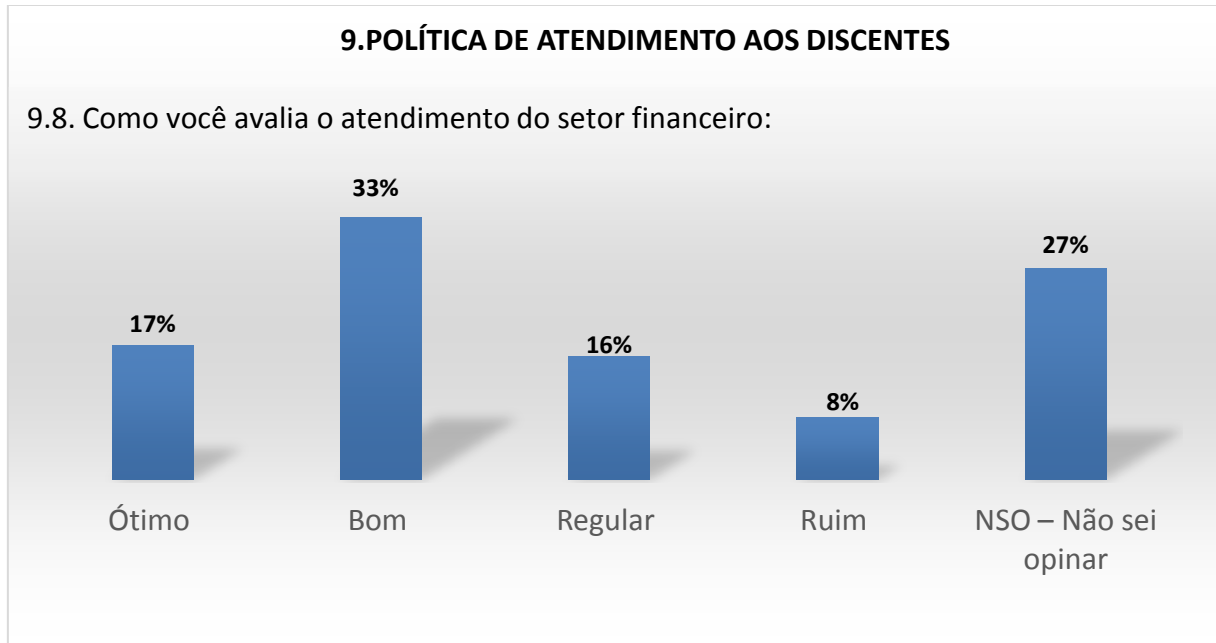


Figura 28: Atendimento prestado pelo setor financeiro.

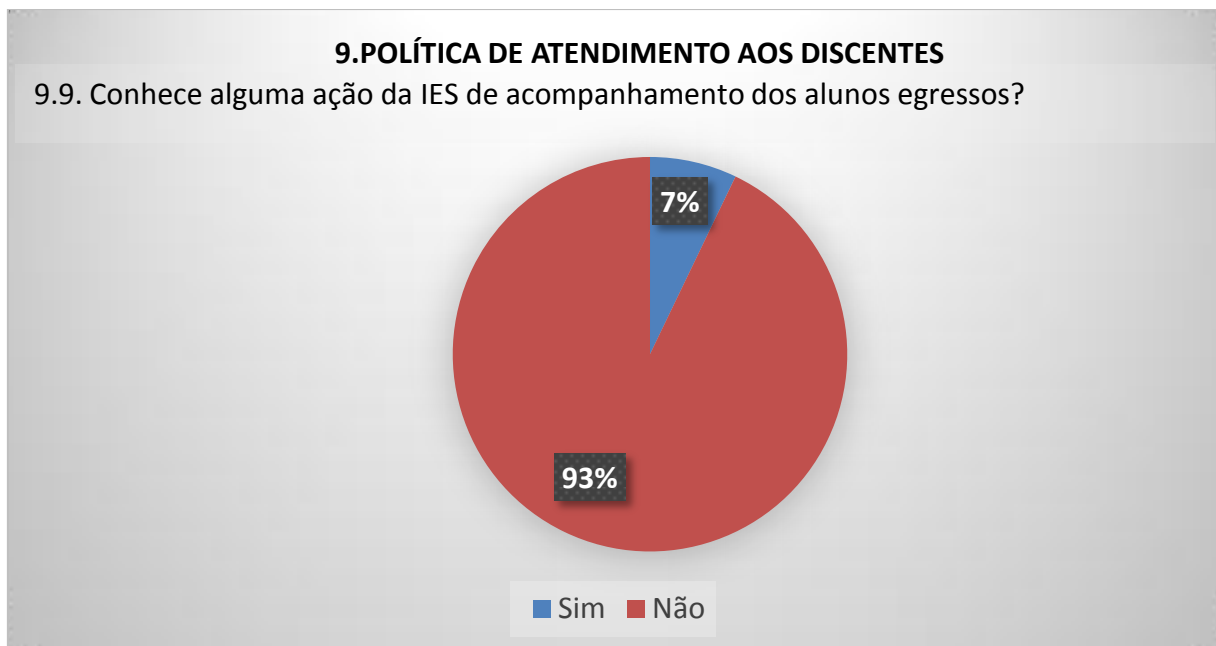


Figura 28: Política de atendimento aos alunos egressos.

6.4 EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

6.4.1 Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Os resultados da avaliação das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho foram positivamente avaliados pelos entrevistados. Os

sujeitos foram questionados sobre a quantidade de profissionais técnico-administrativos e de professores bem como sobre sua experiência profissional e formação.

Vale ressaltar que, no ano de 2018 o grau de satisfação dos sujeitos entrevistados aumentou, o que indica que um cuidado e atenção da instituição na contratação de um quadro funcional mais variado, e igualmente capacitado, para exercer a missão da instituição. Além do mais, estes dados refletem o investimento da IES na formação e qualificação profissional dos técnicos-administrativos e docentes da instituição.



Figura 29: Quantitativo de funcionários



Figura 30: Experiência profissional dos técnicos-administrativos

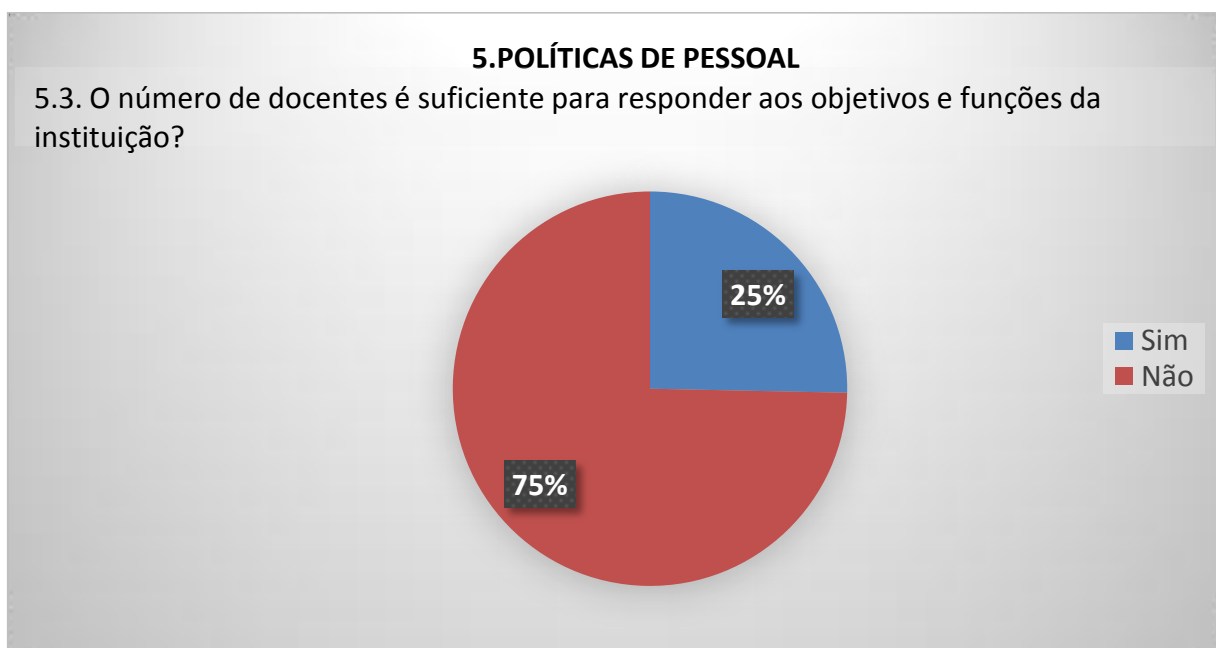


Figura 31: Quantitativo de docentes



Figura 32: Experiência profissional e formação didático pedagógica dos docentes.

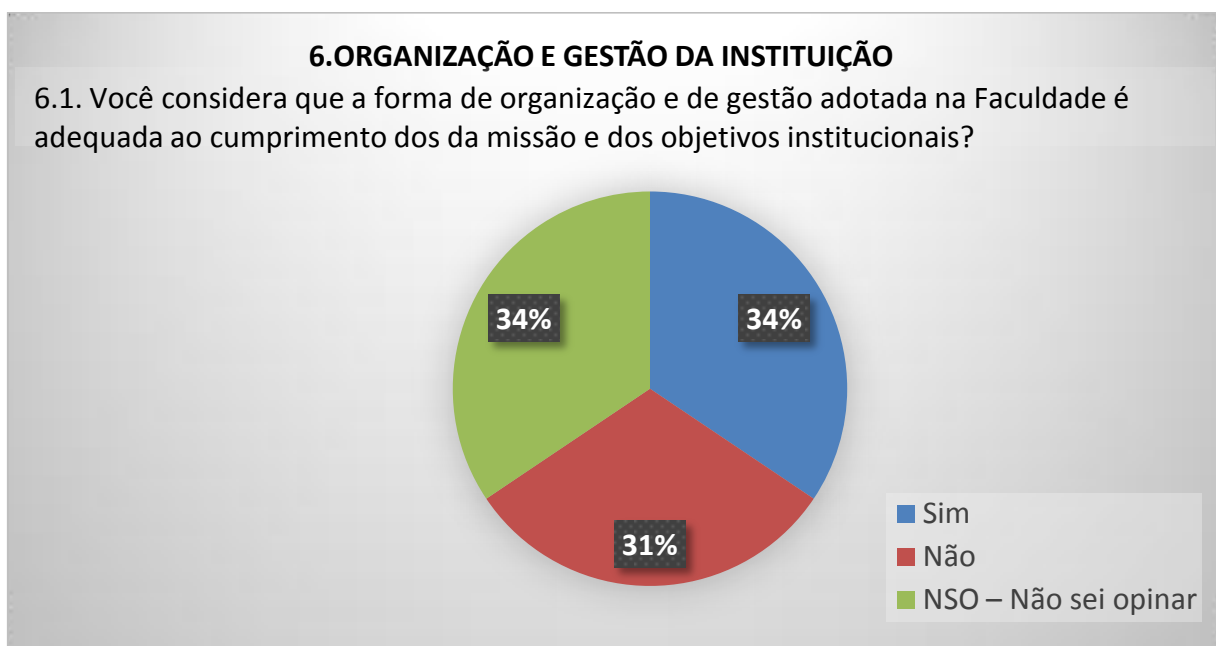


Figura 33: Forma de organização e gestão da instituição

6.4.2 Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Os resultados da avaliação da adequação da forma de gestão adotada ao cumprimento dos objetivos educacionais da Faculdade Saberes são inconclusivos, uma vez que há um percentual semelhante nos índices dos respondentes que conhecem, desconhecem e não sabem da existência destes documentos. Já o grau de conhecimento dos membros da faculdade sobre os institutos legais da IES

(estatutos, regimentos, regulamentos internos, normas acadêmicas etc.) foi muito positiva. 53% dos entrevistados confirmam a existência de tal adequação, houve um decréscimo deste índice, se comparado com o ano de 2017.

Quanto ao nível de satisfação com as decisões tomadas pelo Colegiado, os dados apontam um grau regular de satisfação.

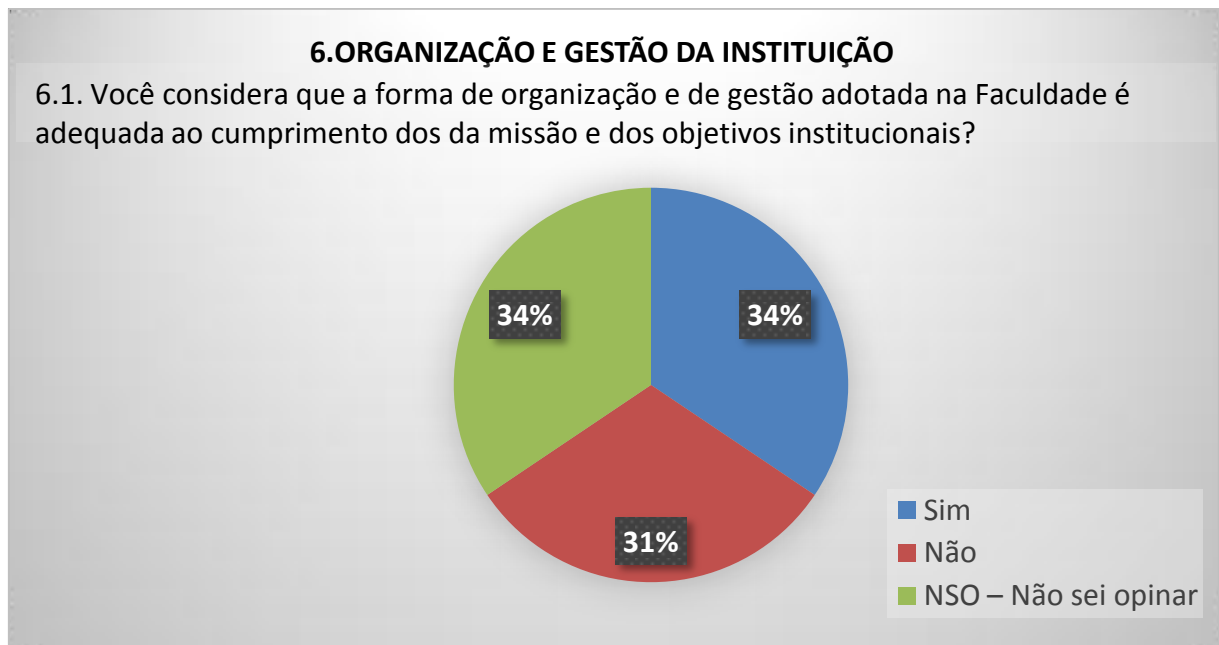


Figura 34: Formas de organização e gestão da Faculdade.

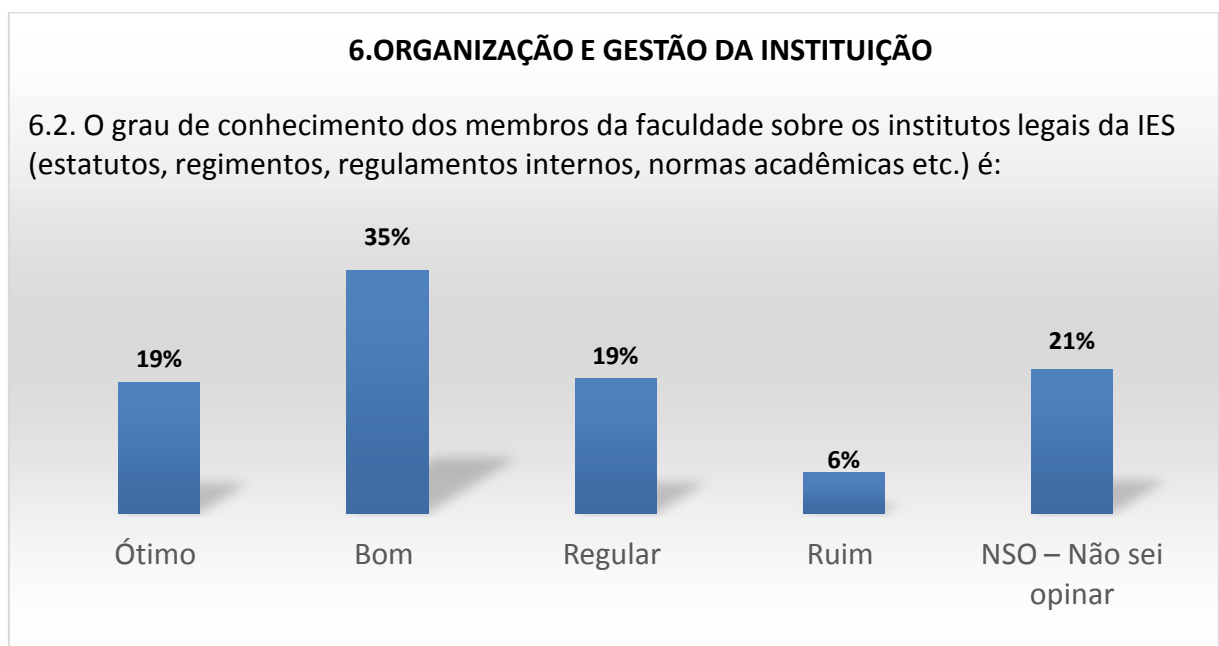


Figura 35: Conhecimento sobre os institutos legais da Faculdade.

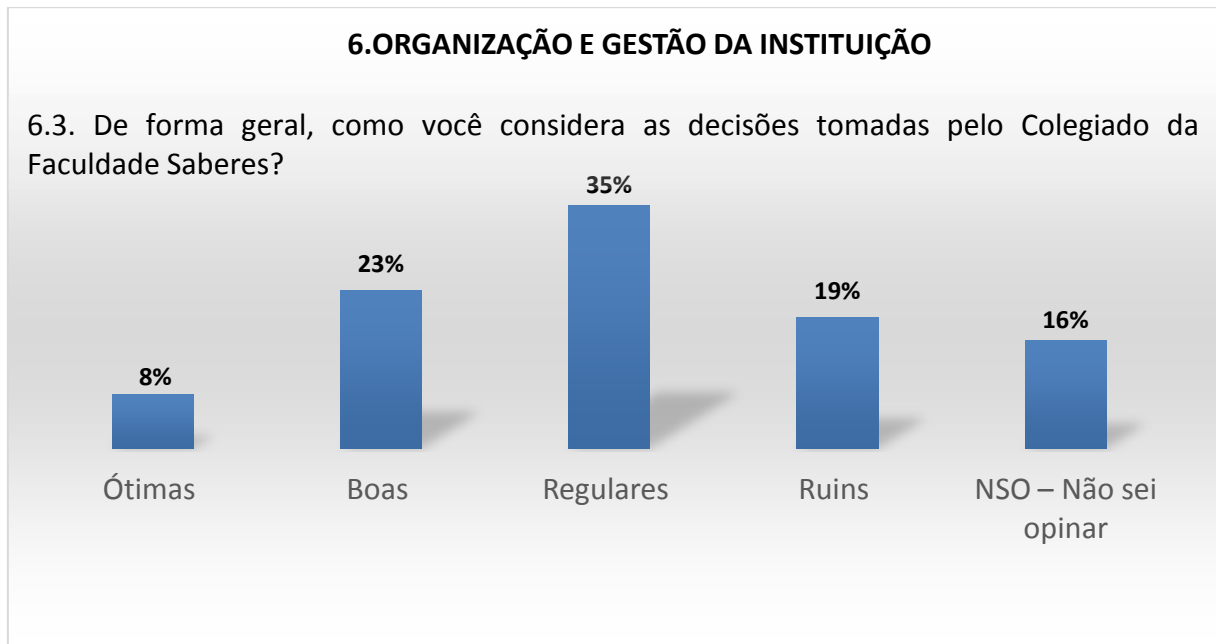


Figura 36: Decisões do Colegiado.

6.4.3 Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

De modo geral, os respondentes não se sentem aptos para responder sobre a sustentabilidade financeira da instituição, contudo percebe-se que 22% dos questionados acreditam que a Faculdade Saberes é sustentável financeiramente, esta percepção pode ter influenciado o grau de satisfação relacionada a imagem pública da Instituição nos meios de comunicação.

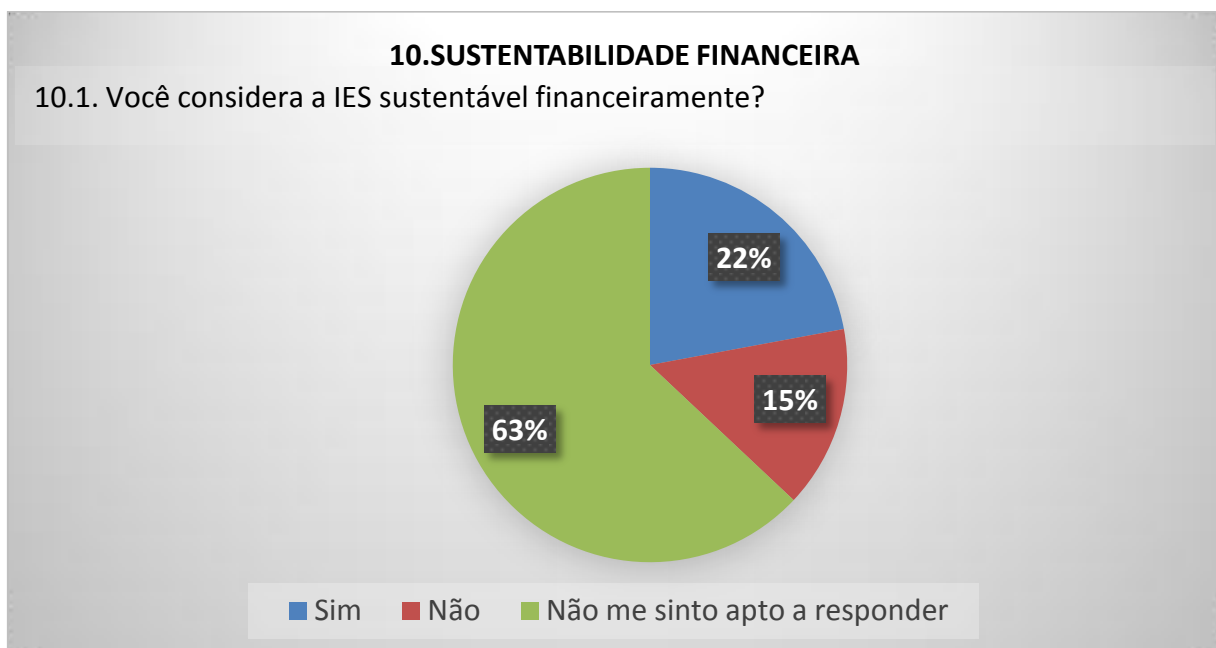


Figura 37: Sustentabilidade Financeira

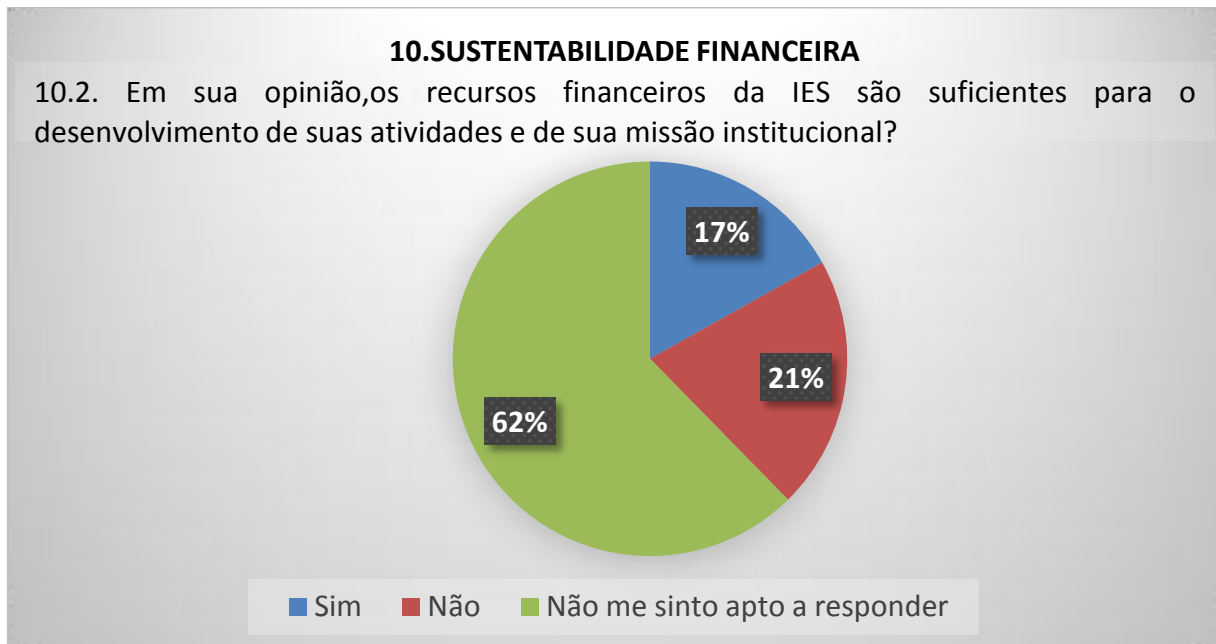


Figura 38: Uso dos recursos e desenvolvimento das atividades acadêmicas

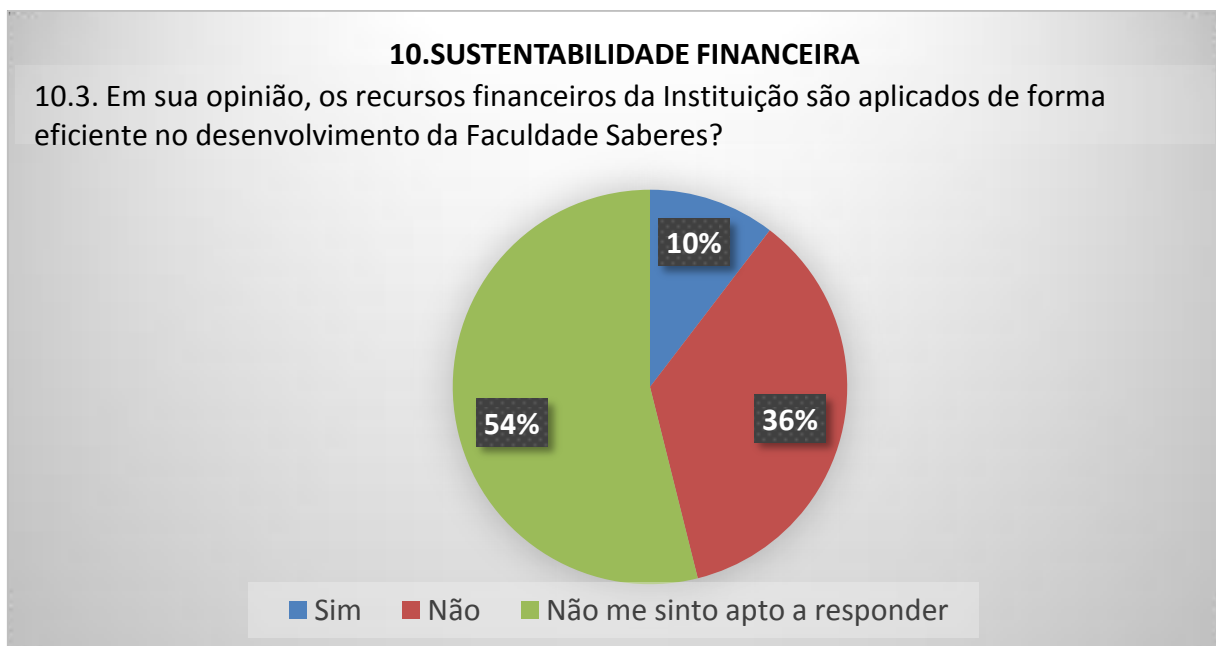


Figura 39: Aplicação dos recursos de forma eficiente.

6.5 Dimensão 7: Infra-estrutura Física

Com exceção do espaço físico da biblioteca que teve índice de aprovação satisfatório, todos os outros espaços físico da instituição apresentaram uma

avaliação não satisfatória. Em relação, aos itens conservação e limpeza, horário de atendimento ao aluno e atendimento os índices foram bastantes positivos.

No que se refere, a especificidade da biblioteca foi bastante satisfatório os índices relacionados a acervo bibliográfico e disponibilidade de livros para consulta houve um índice bastante satisfatório, 67% e 65%, respectivamente.

Em relação ao laboratório de informática, os dados referentes a quantidade e qualidade dos equipamentos e acesso a internet não foram bem avaliados, 47% e 40 %, respectivamente. No que se refere a sala de estágio, a comunidade acadêmica não consegue opinar, estes índices podem ser explicados pela não utilização do espaço. Os itens relacionados a acessibilidade, rampa de acesso e elevador, obtiveram índices regulares de aceitação.

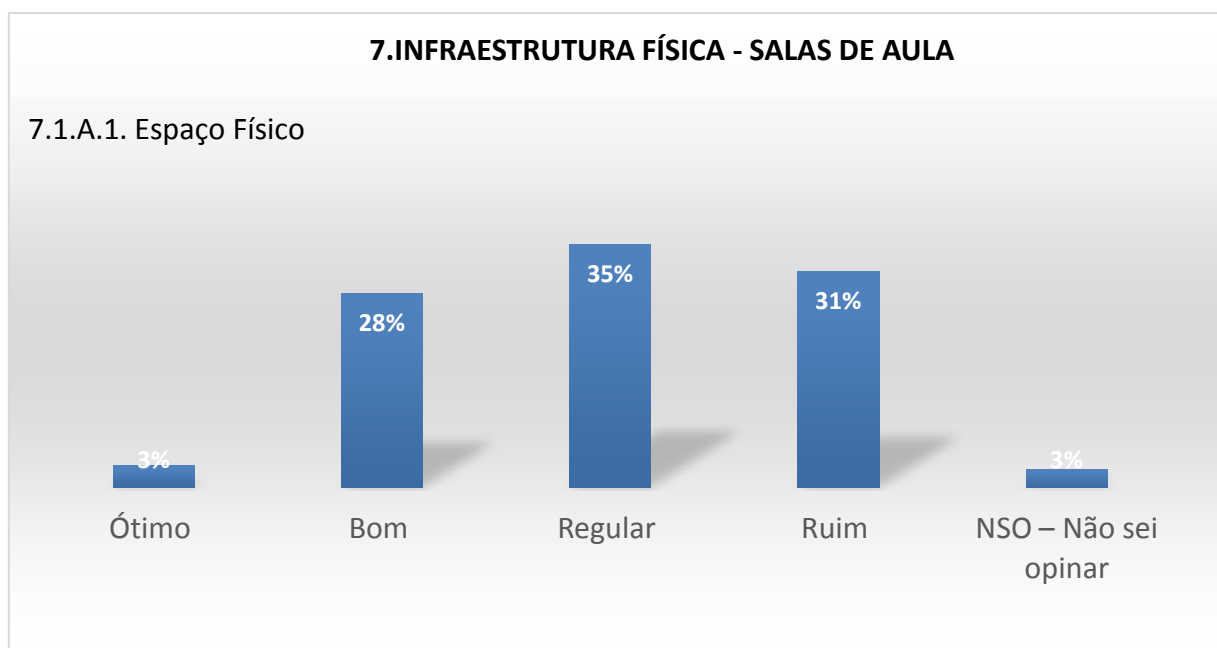


Figura 40: Análise do espaço físico da sala de aula.

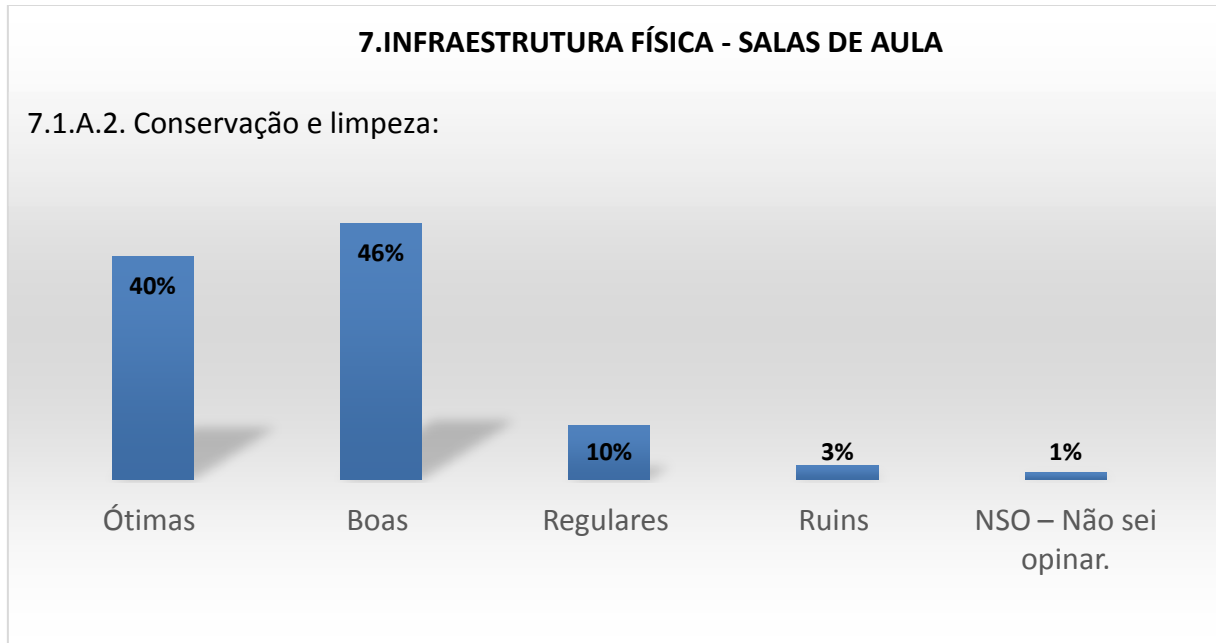


Figura 41: Análise da conservação e limpeza da sala de aula

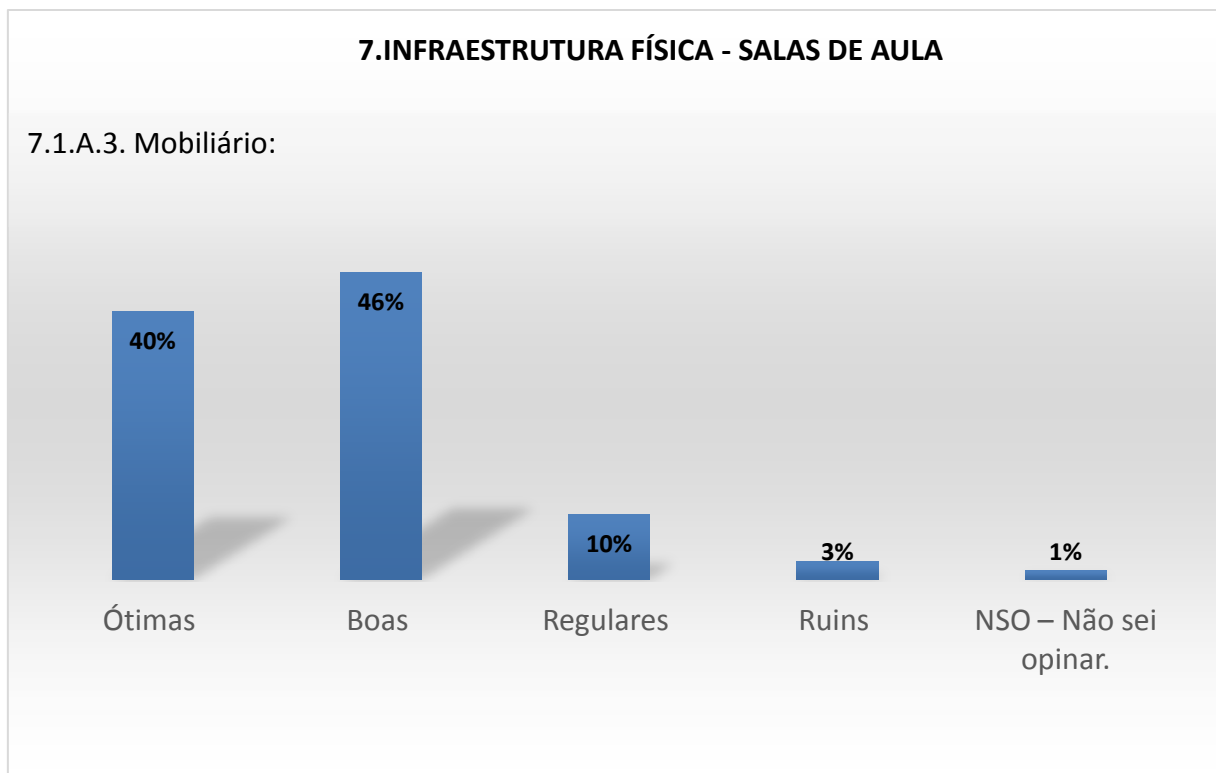


Figura 42: Análise do mobiliário da sala de aula



Figura 43: Análise do conforto térmico e iluminação das salas de aula

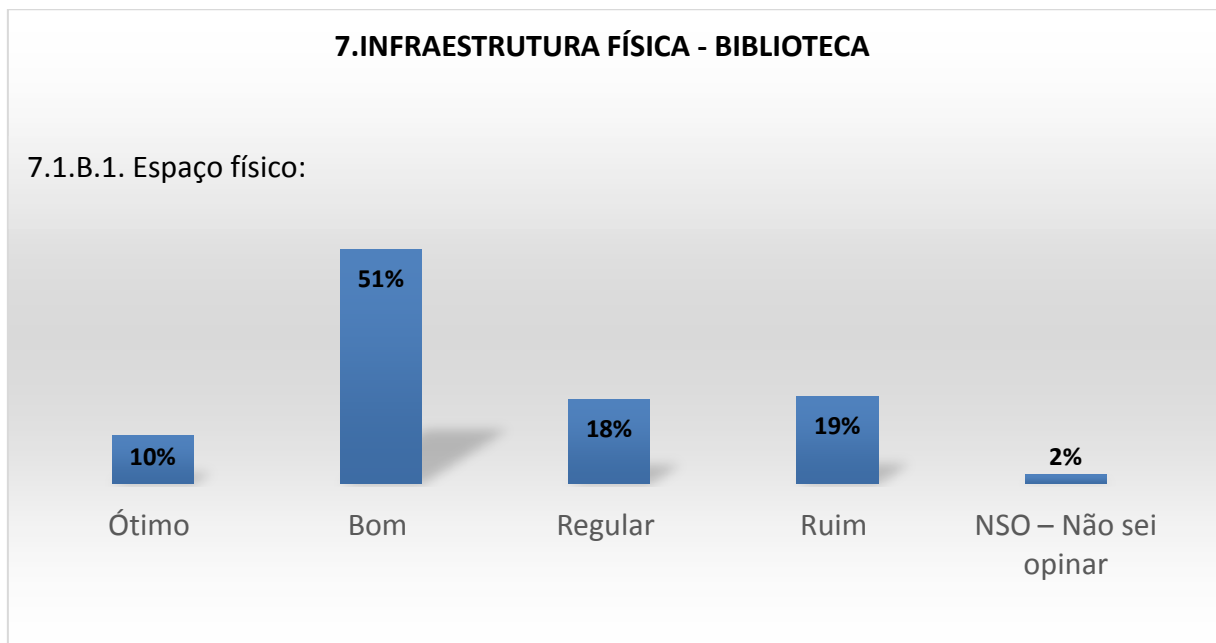


Figura 44: Análise do espaço físico da biblioteca

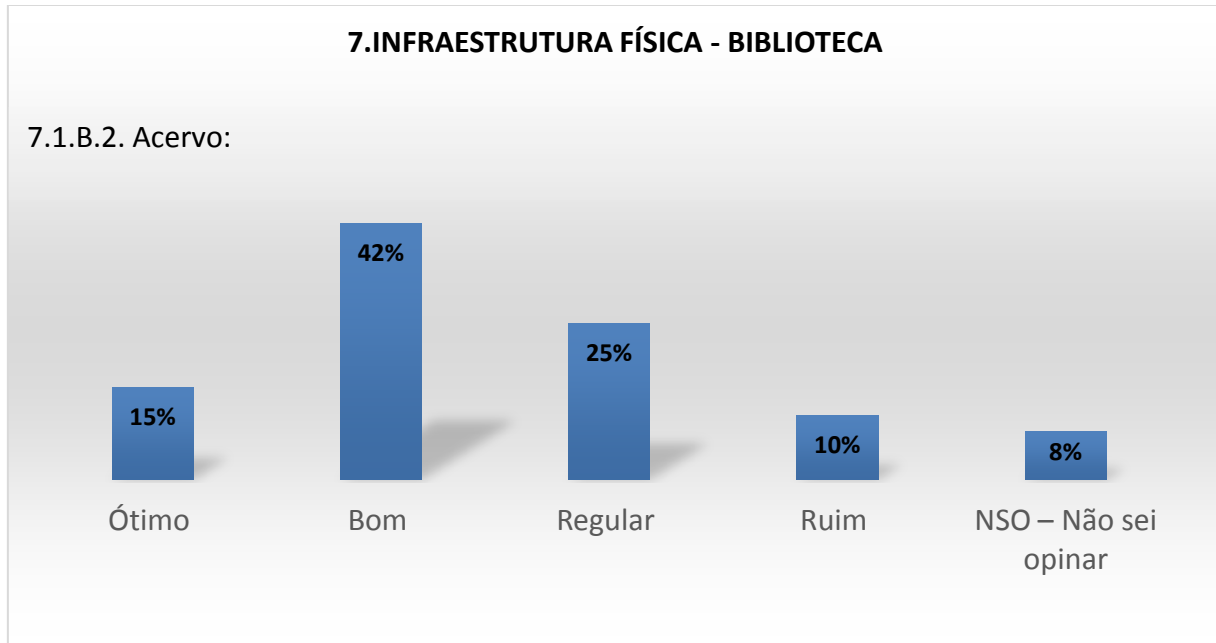


Figura 45: Análise do acervo da biblioteca

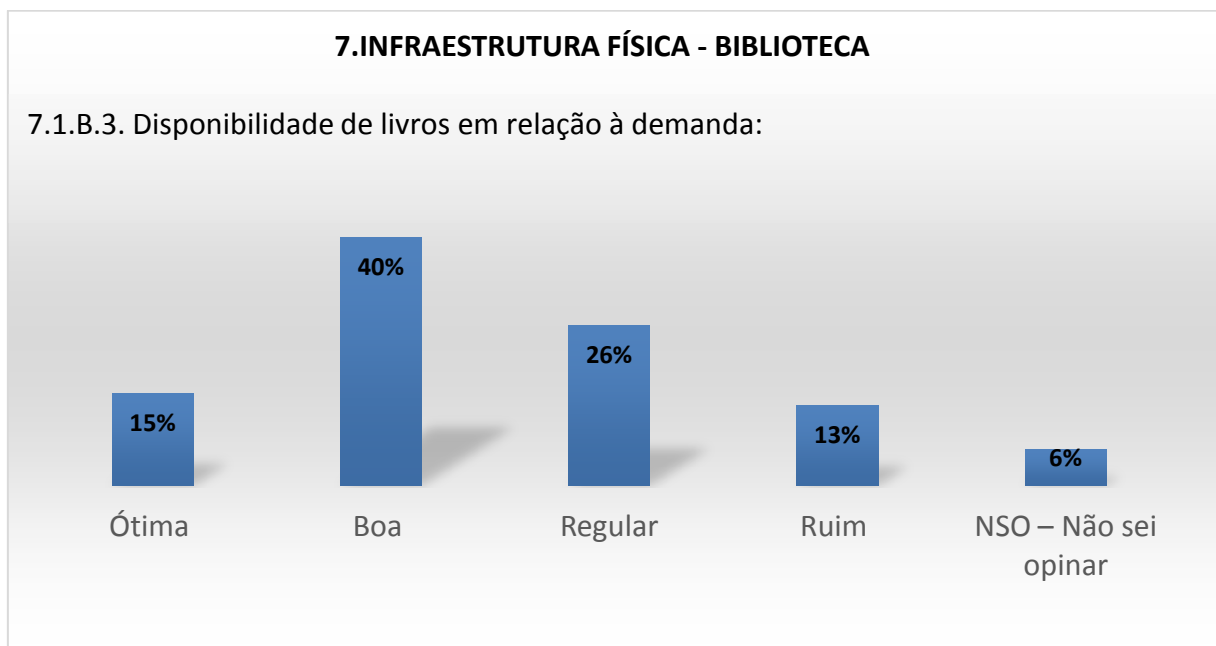


Figura 46: Análise da disponibilidade de livros na biblioteca

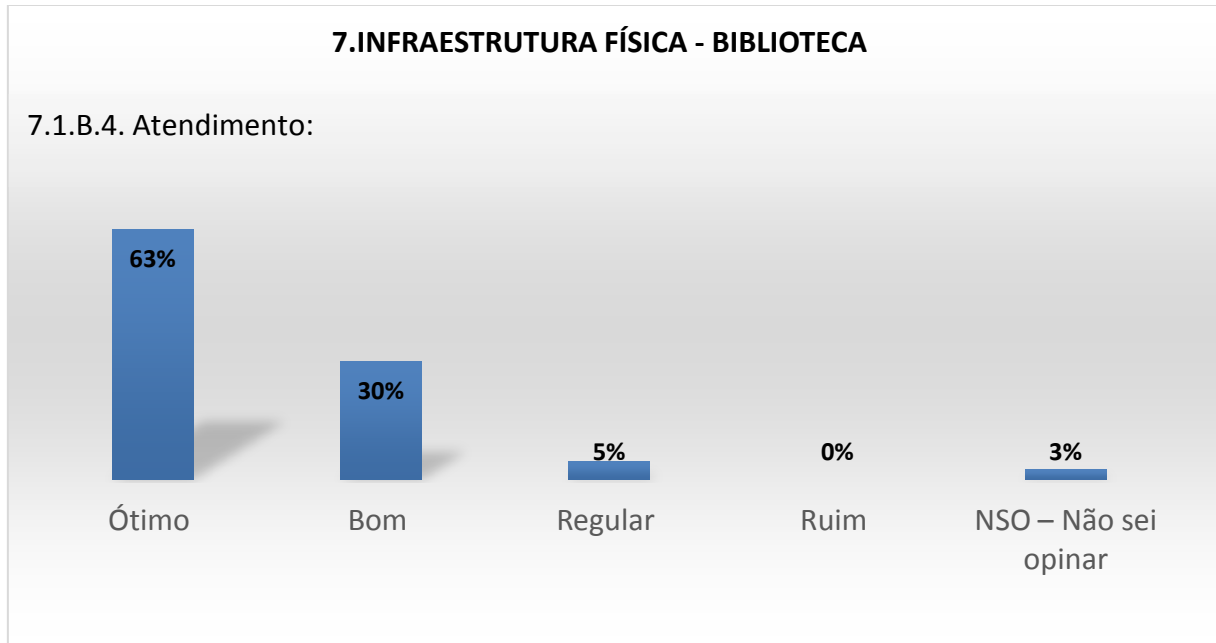


Figura 47: Análise do atendimento na biblioteca

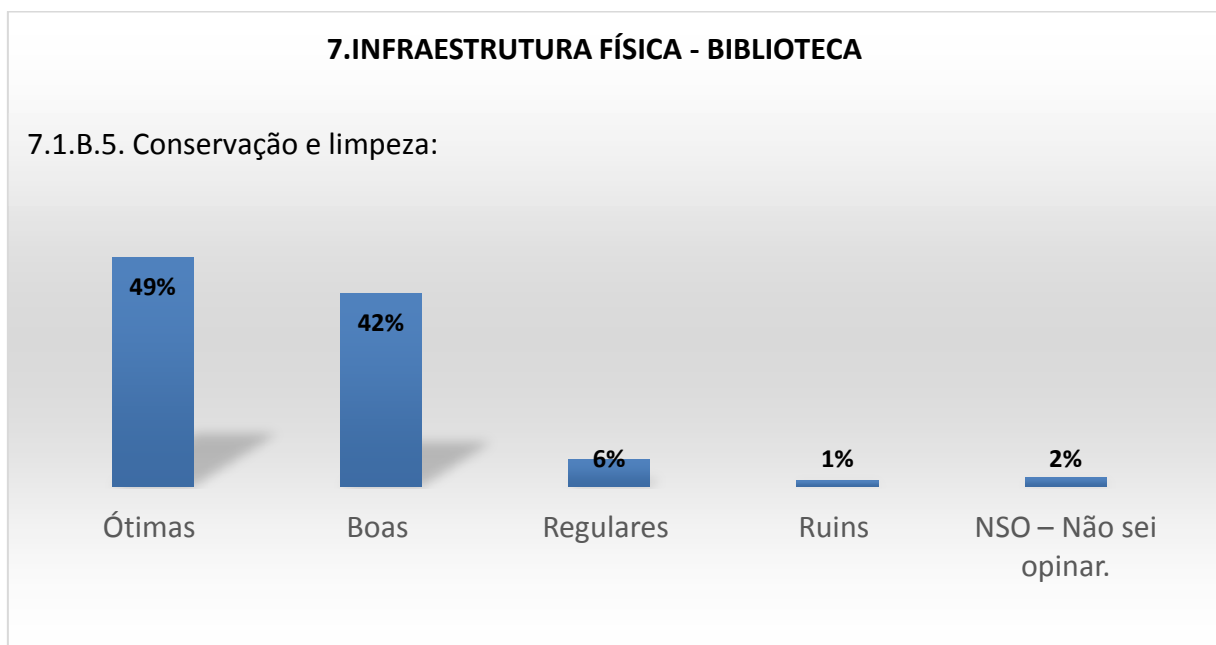


Figura 48: Análise da conservação e limpeza da biblioteca

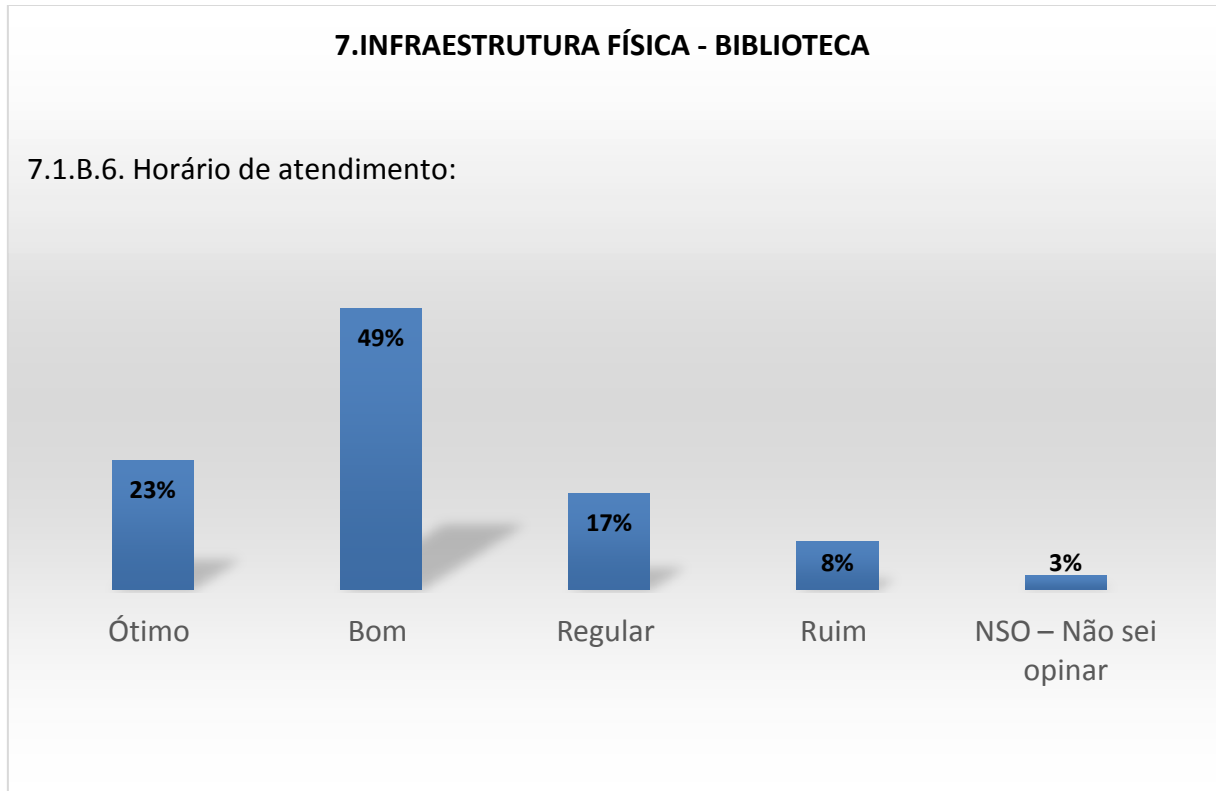


Figura 49: Análise do horário de atendimento da biblioteca

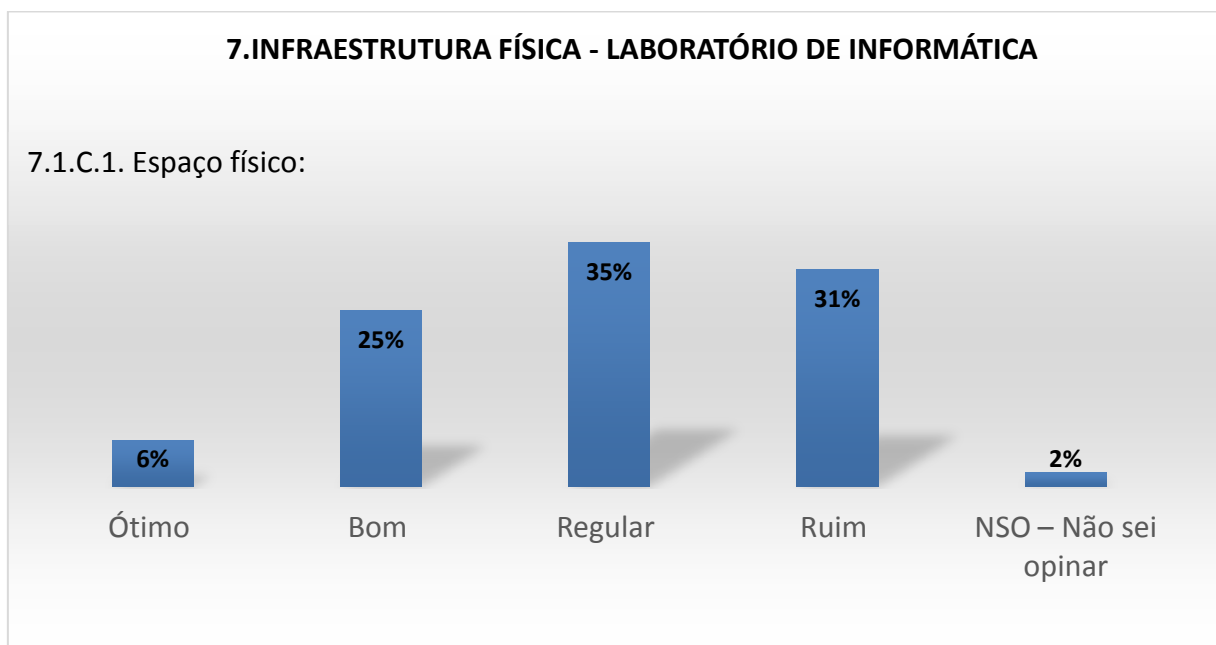


Figura 50: Análise da estrutura física do laboratório de informática

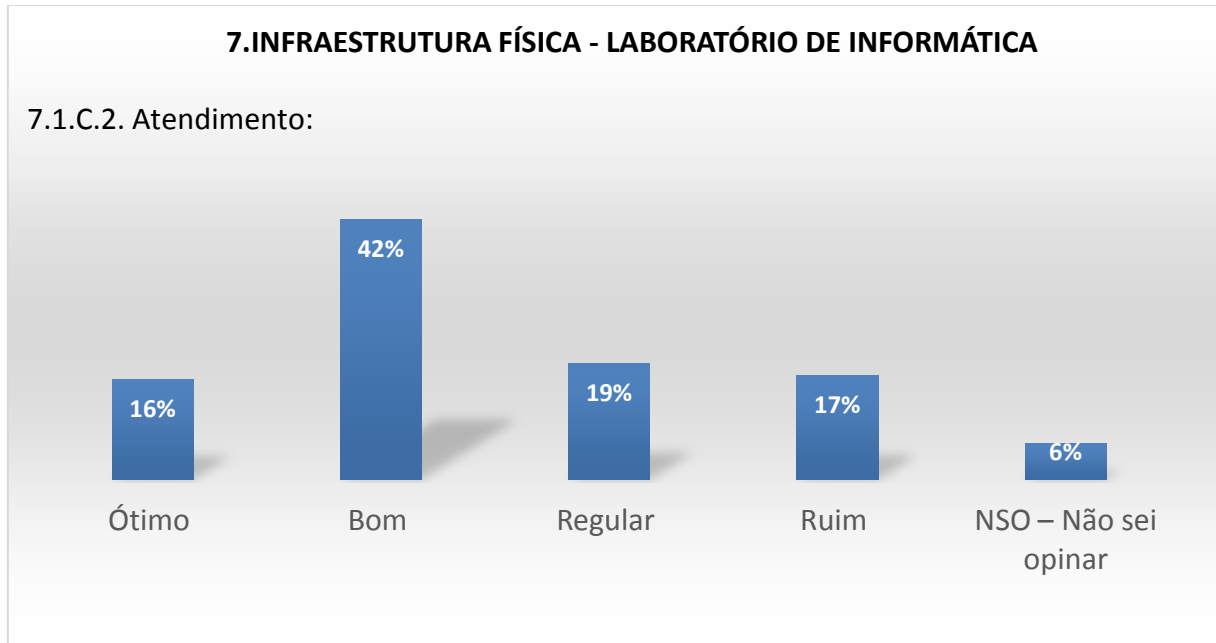


Figura 51: Análise do atendimento no laboratório de informática

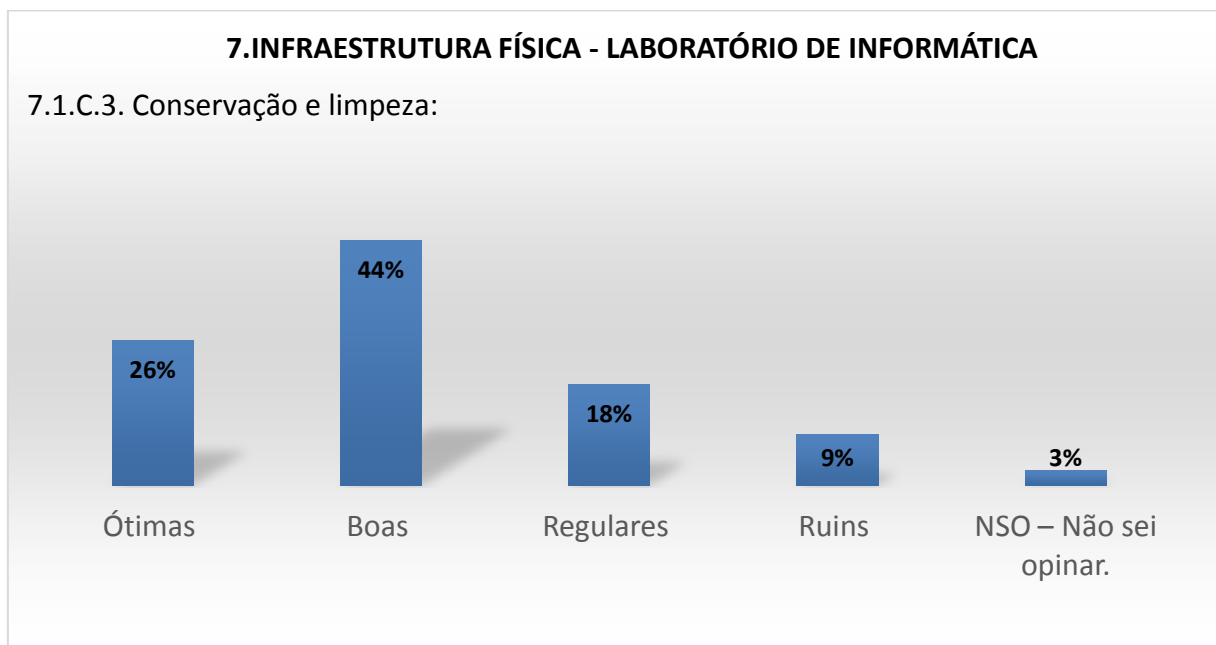


Figura 52: Análise da conservação e limpeza do laboratório de informática

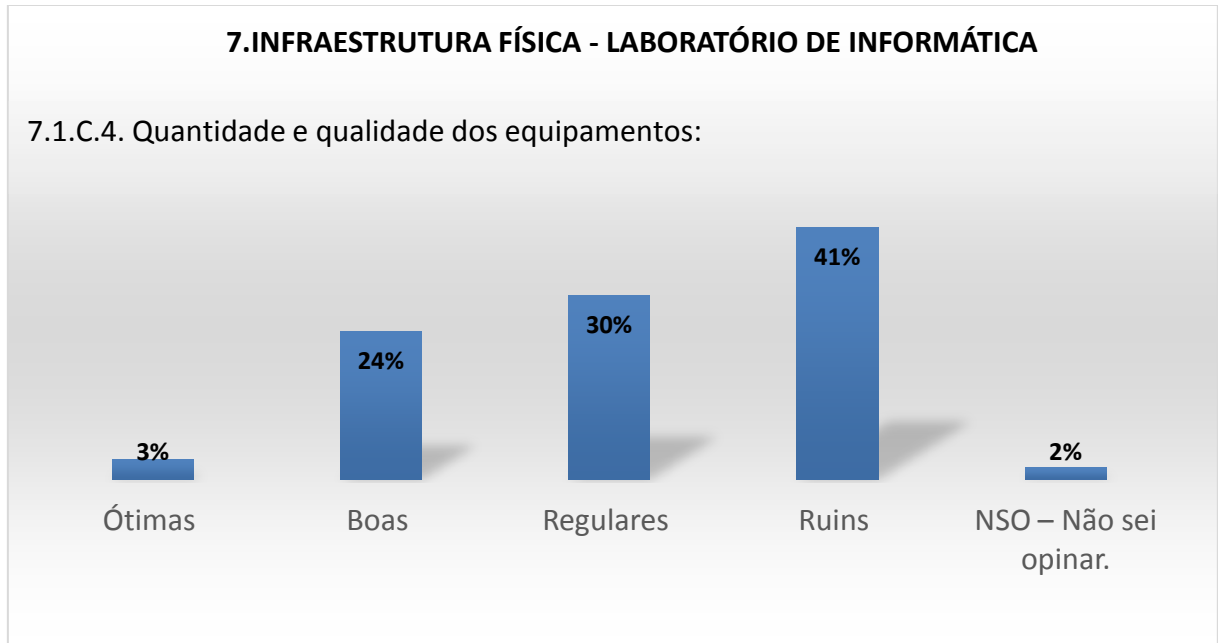


Figura 53: Análise da quantidade e qualidade dos equipamentos do laboratório de informática

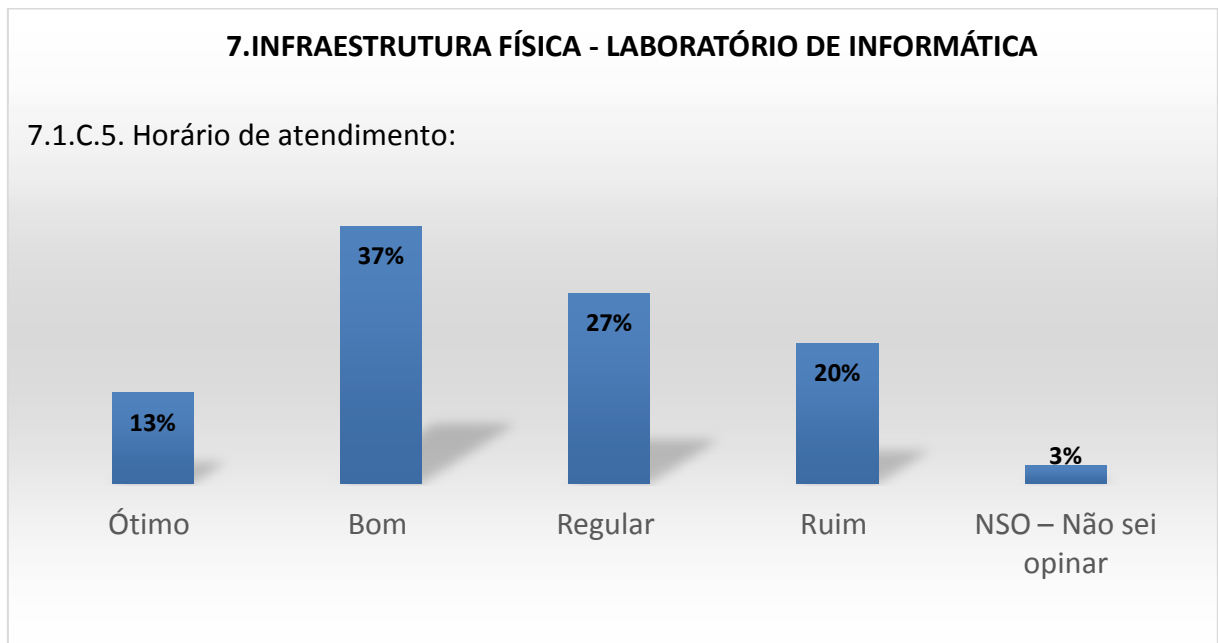


Figura 54: Análise do horário de atendimento do laboratório de informática

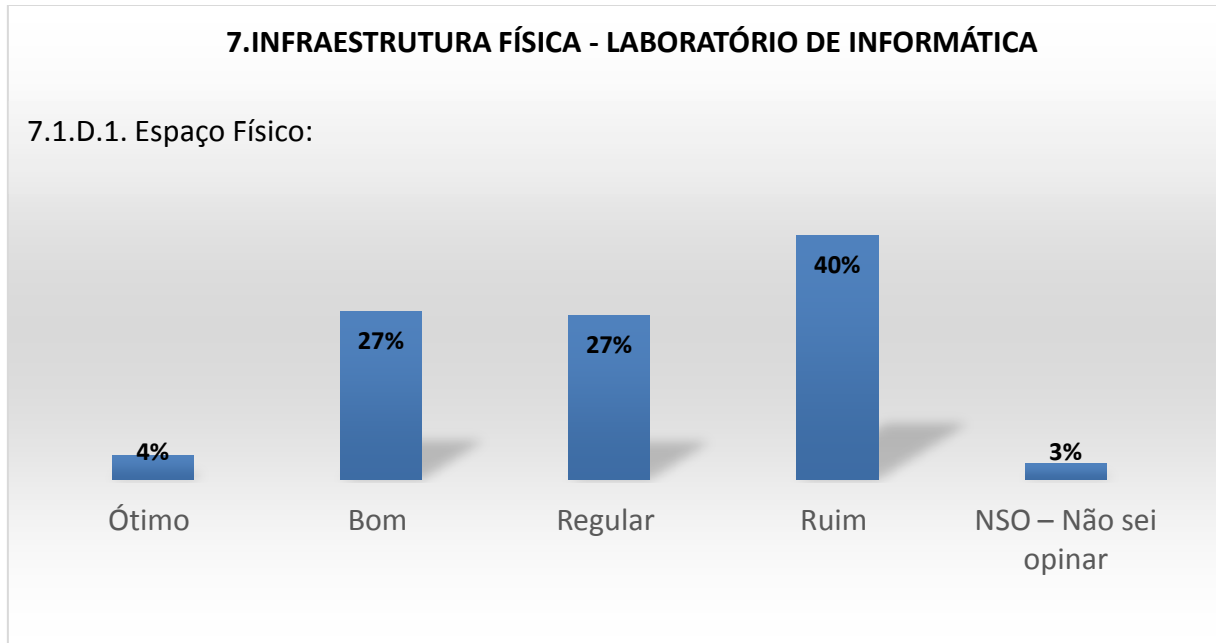


Figura 55: Análise do espaço físico do laboratório de informática

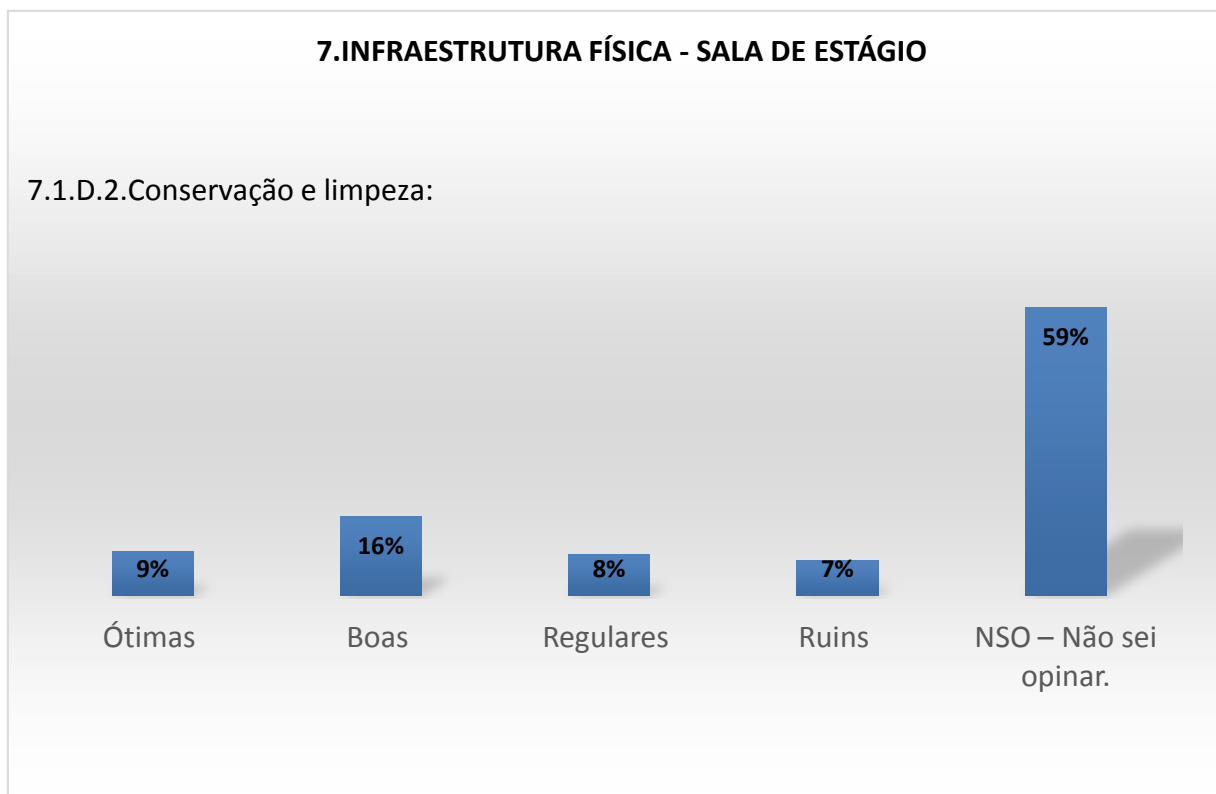


Figura 56: Análise da conservação e limpeza da sala de estágio

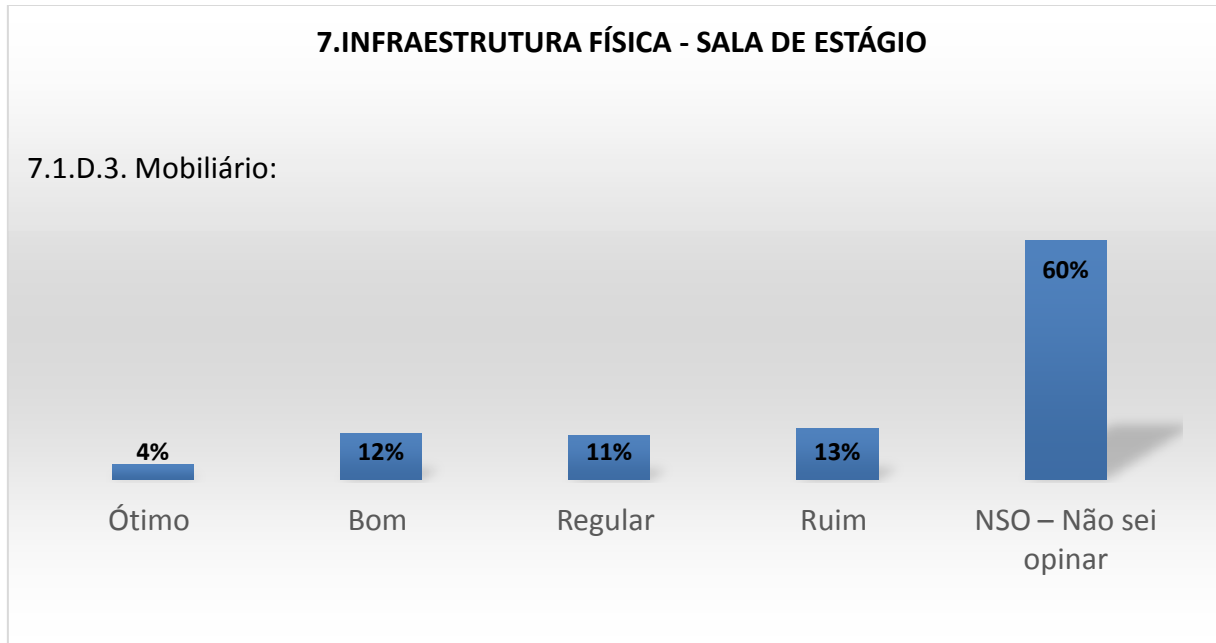


Figura 57: Análise do mobiliário da sala de estágio.

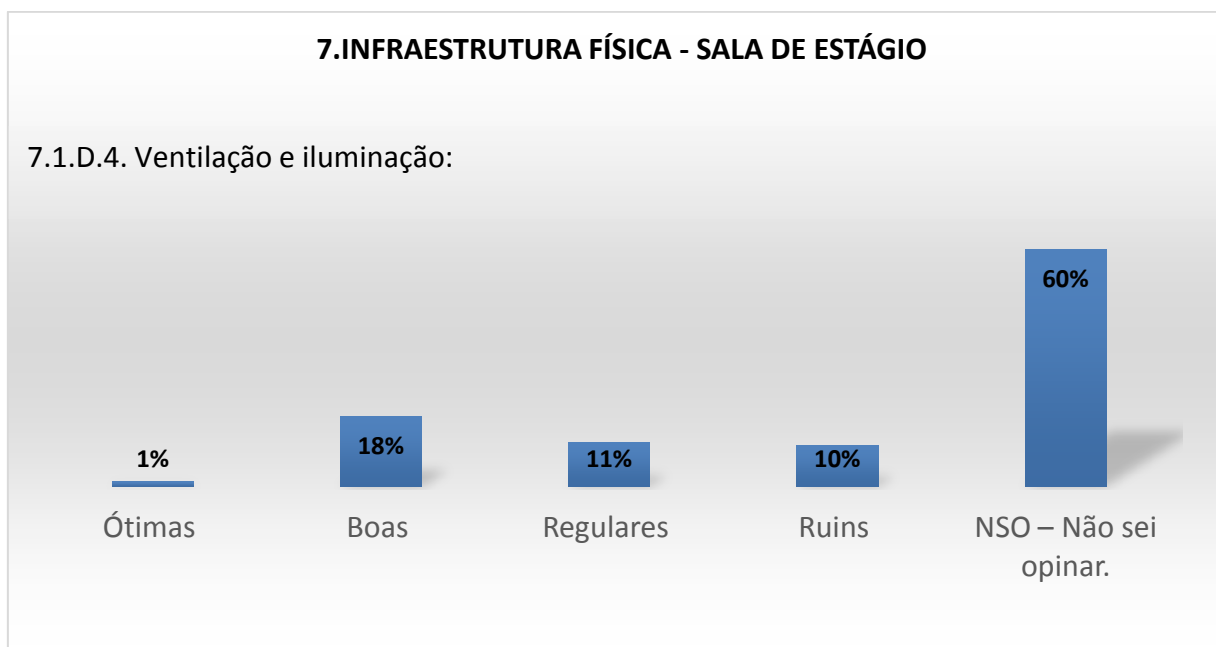


Figura 58: Análise ventilação e iluminação da sala de estágio.

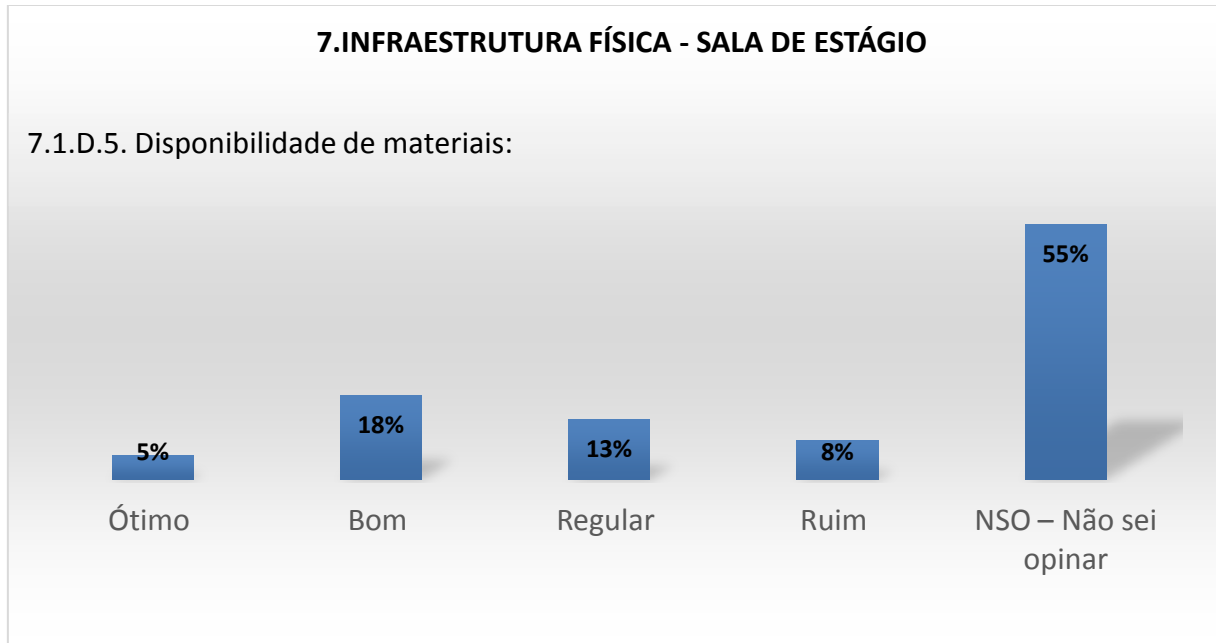


Figura 59: Análise da disponibilidade de materiais da sala de estágio.

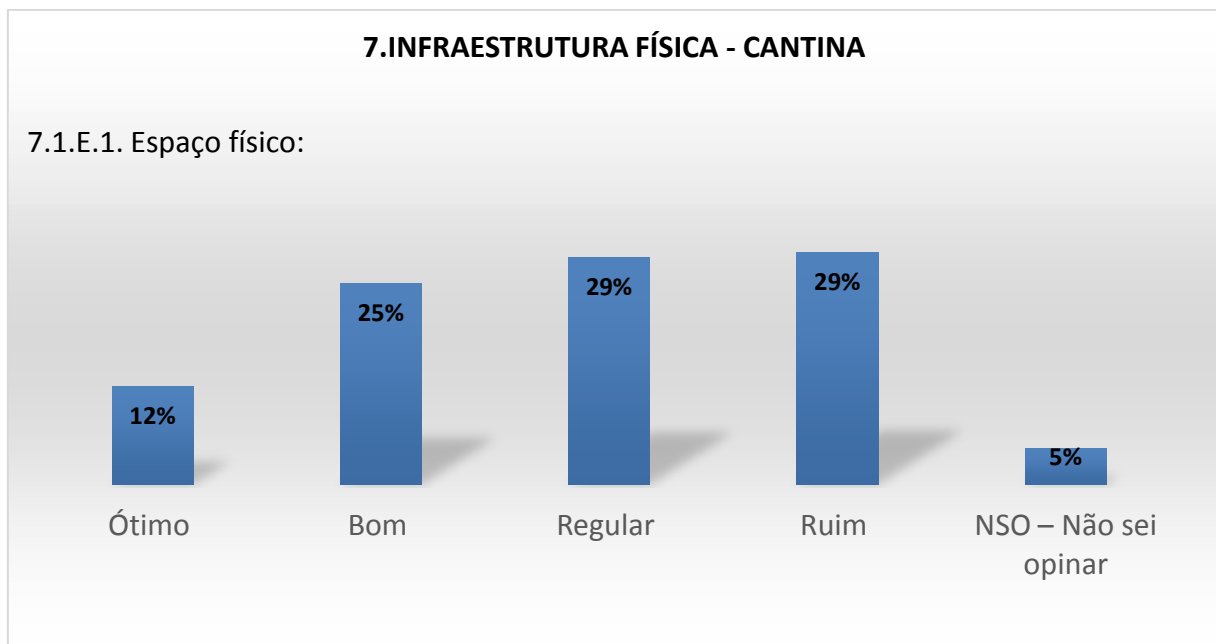


Figura 60: Análise da infraestrutura da cantina

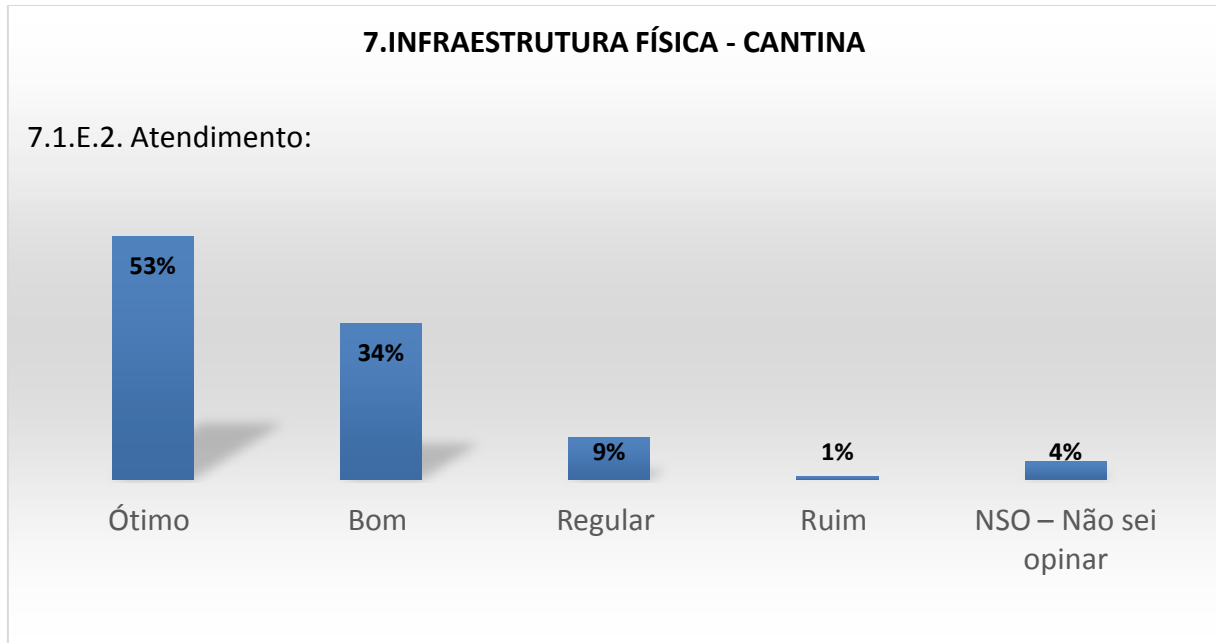


Figura 61: Análise do atendimento na cantina

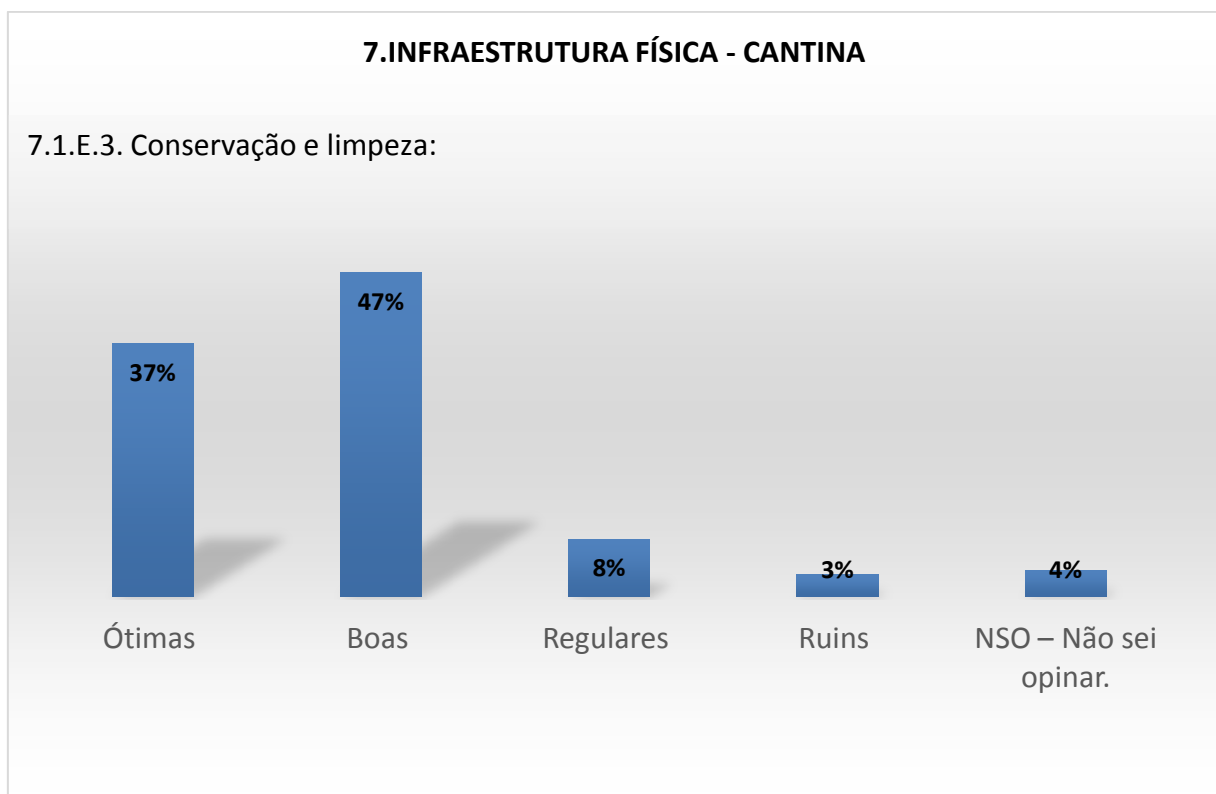


Figura 62: Análise da infraestrutura da cantina

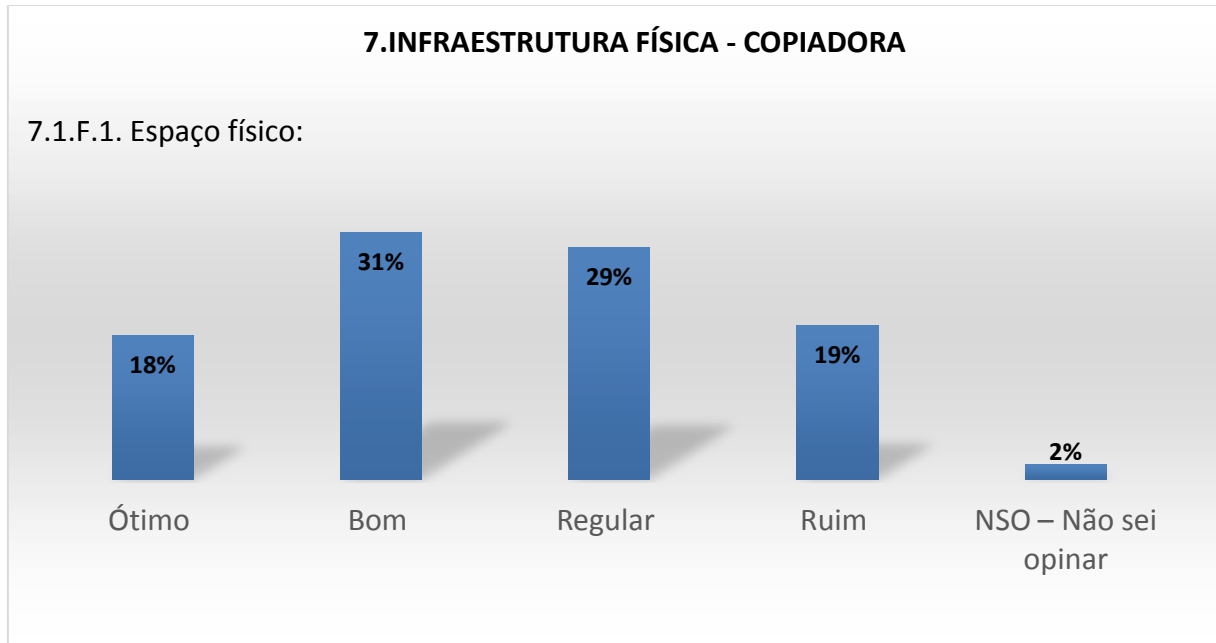


Figura 62: Análise do espaço físico da cantina

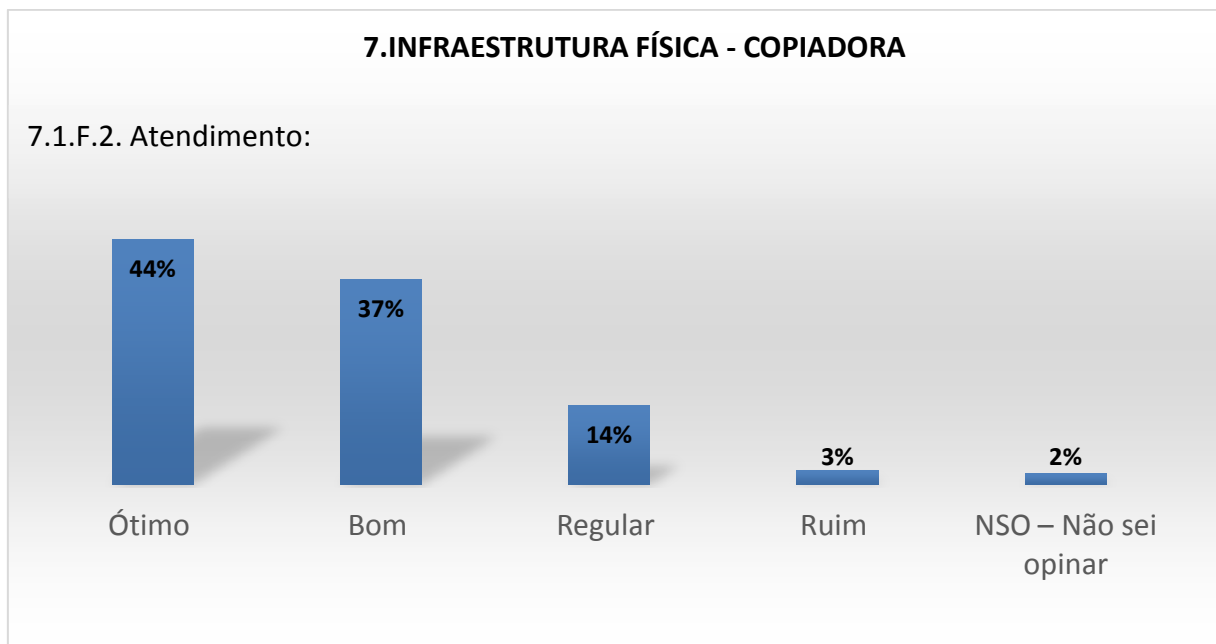


Figura 63: Análise do atendimento da cantina

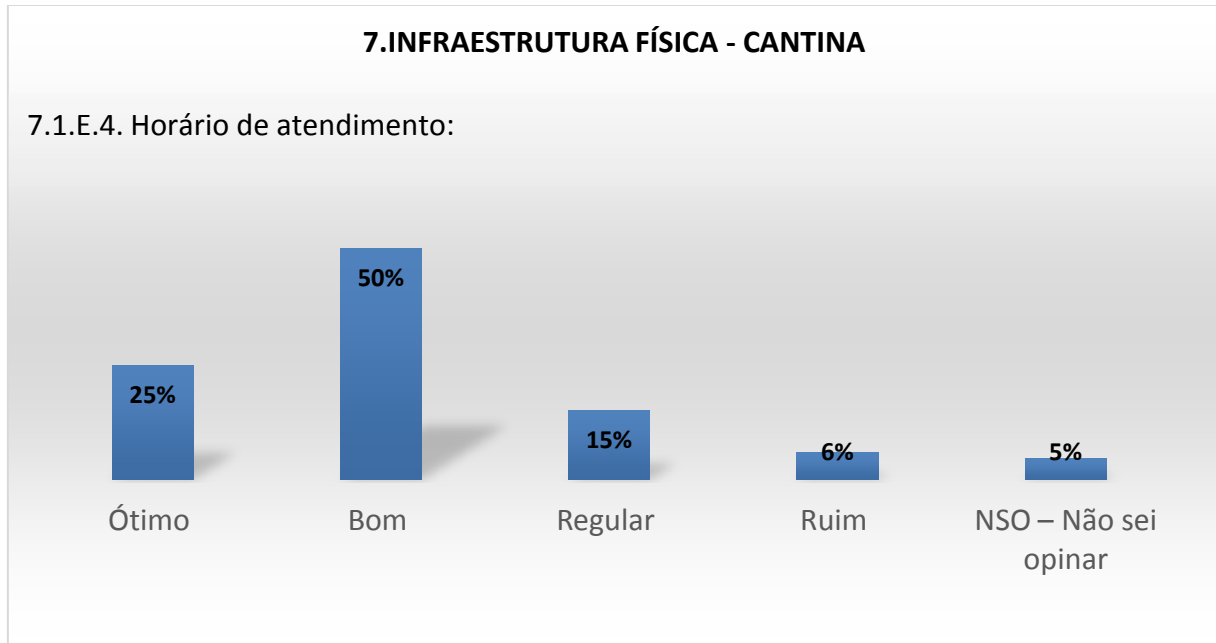


Figura 64: Análise da infraestrutura da cantina

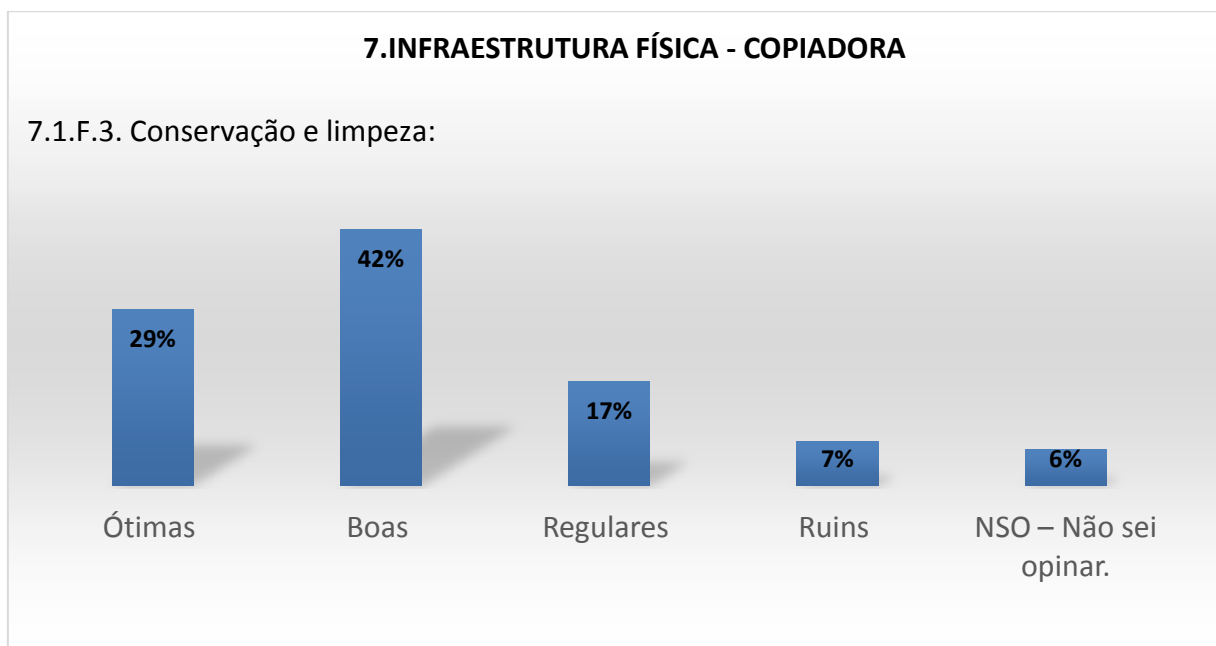


Figura 65: Análise da infraestrutura da copiadora

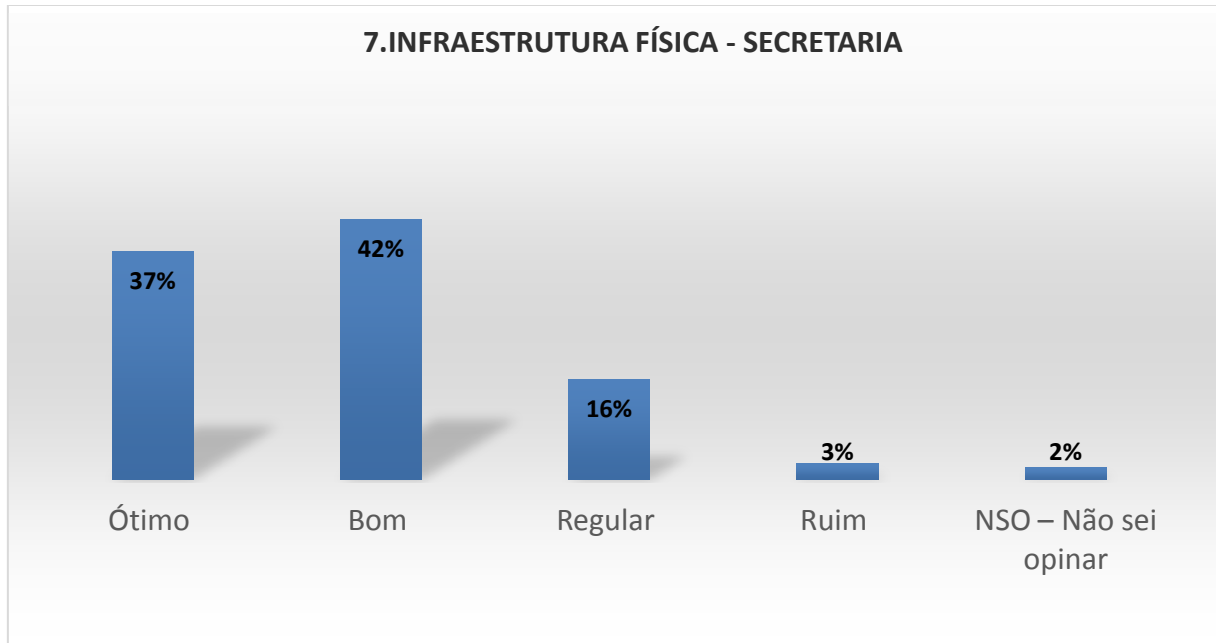


Figura 66: Análise da infraestrutura da copiadora

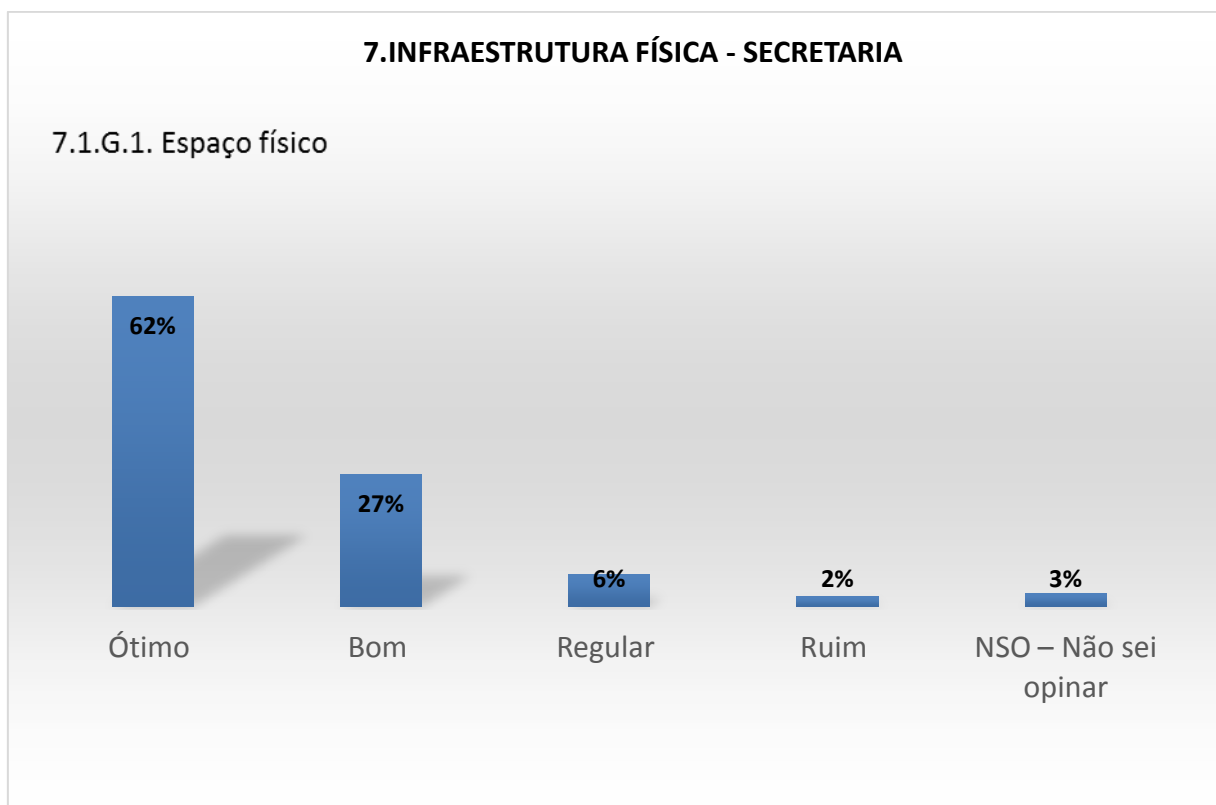


Figura 67: Análise do espaço físico da secretaria

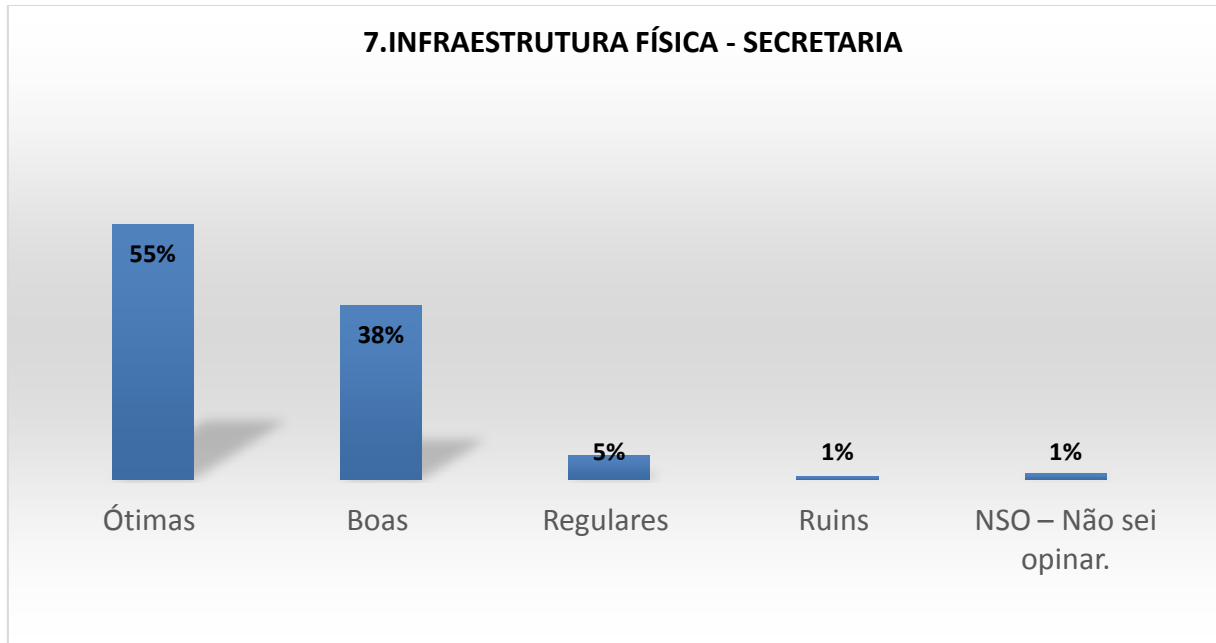


Figura 68: Análise da conservação e limpeza da secretaria.

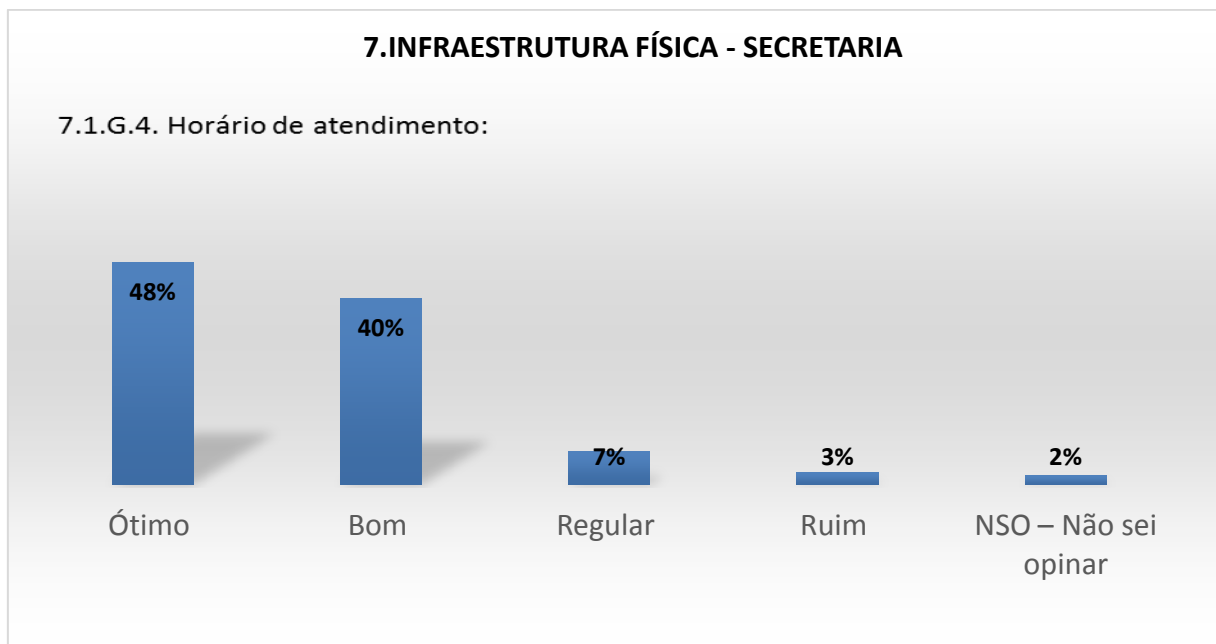


Figura 69: Análise do horário de atendimento.

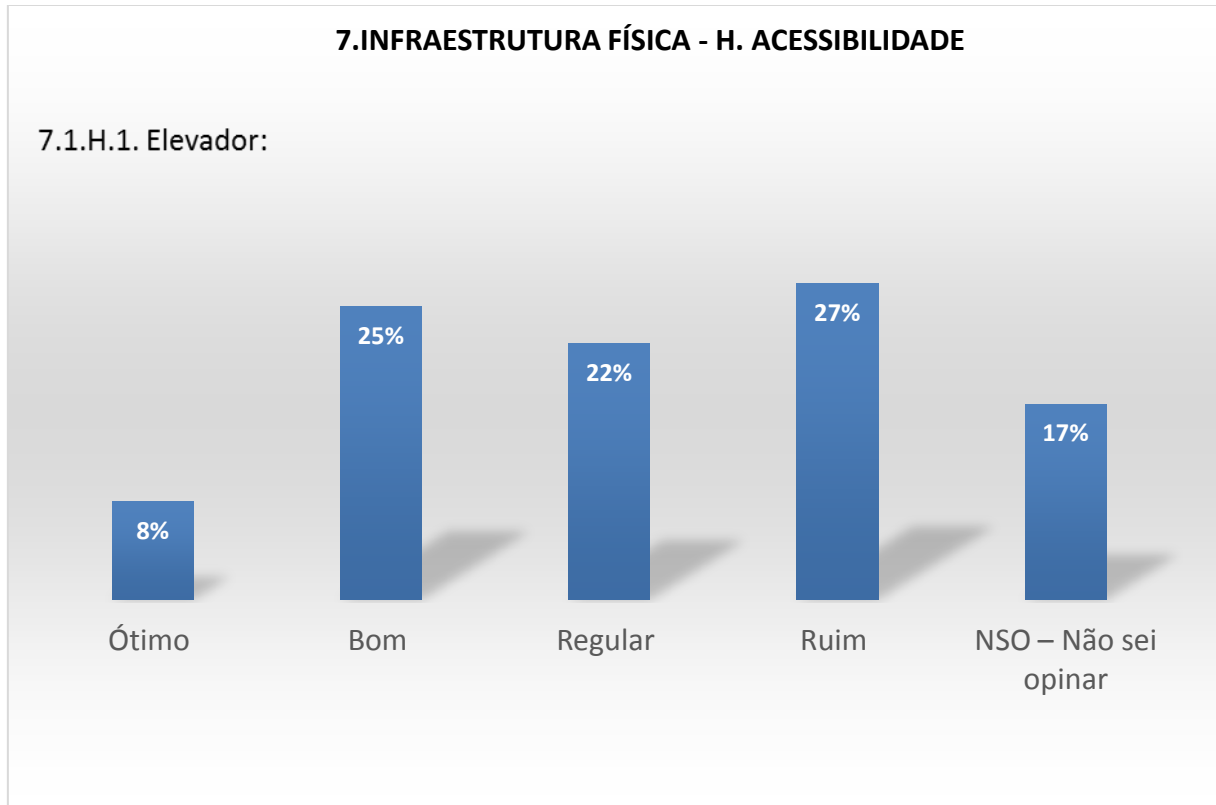


Figura 70: Análise do elevador.

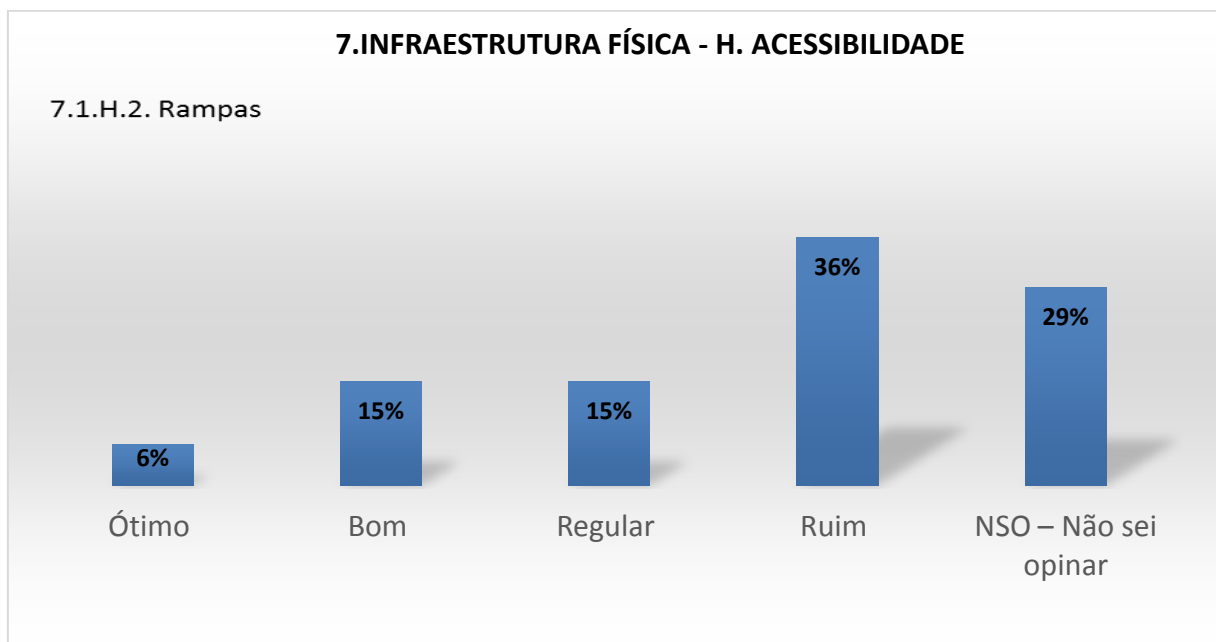


Figura 71: Análise da rampa

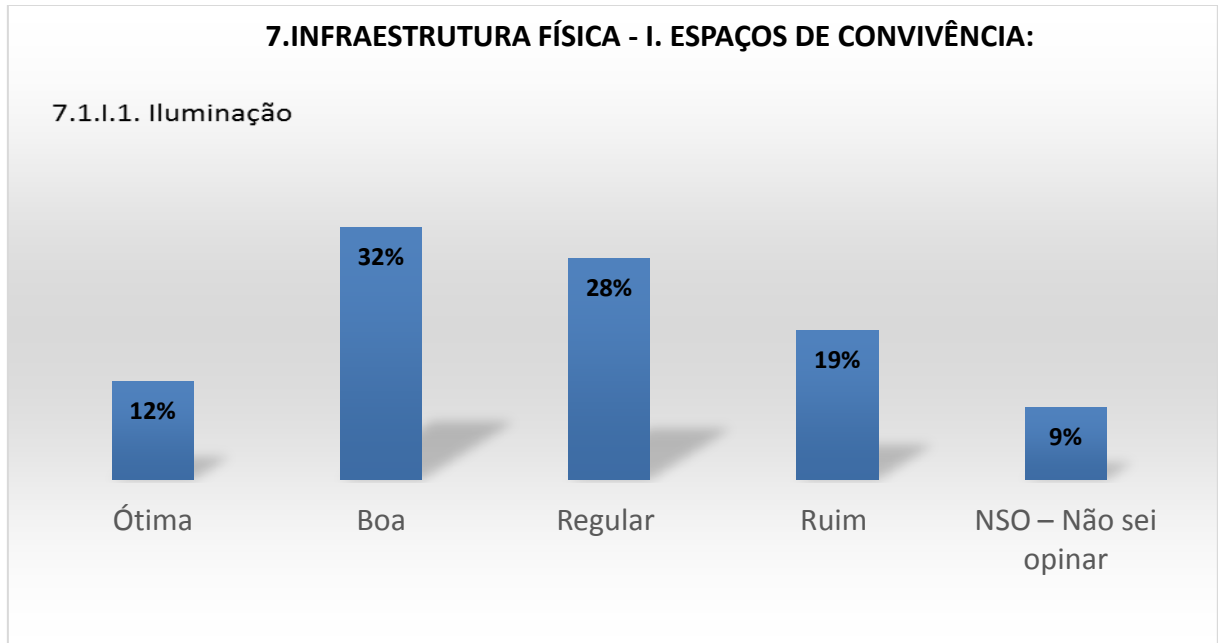


Figura 72: Análise da iluminação dos espaços de vivência.

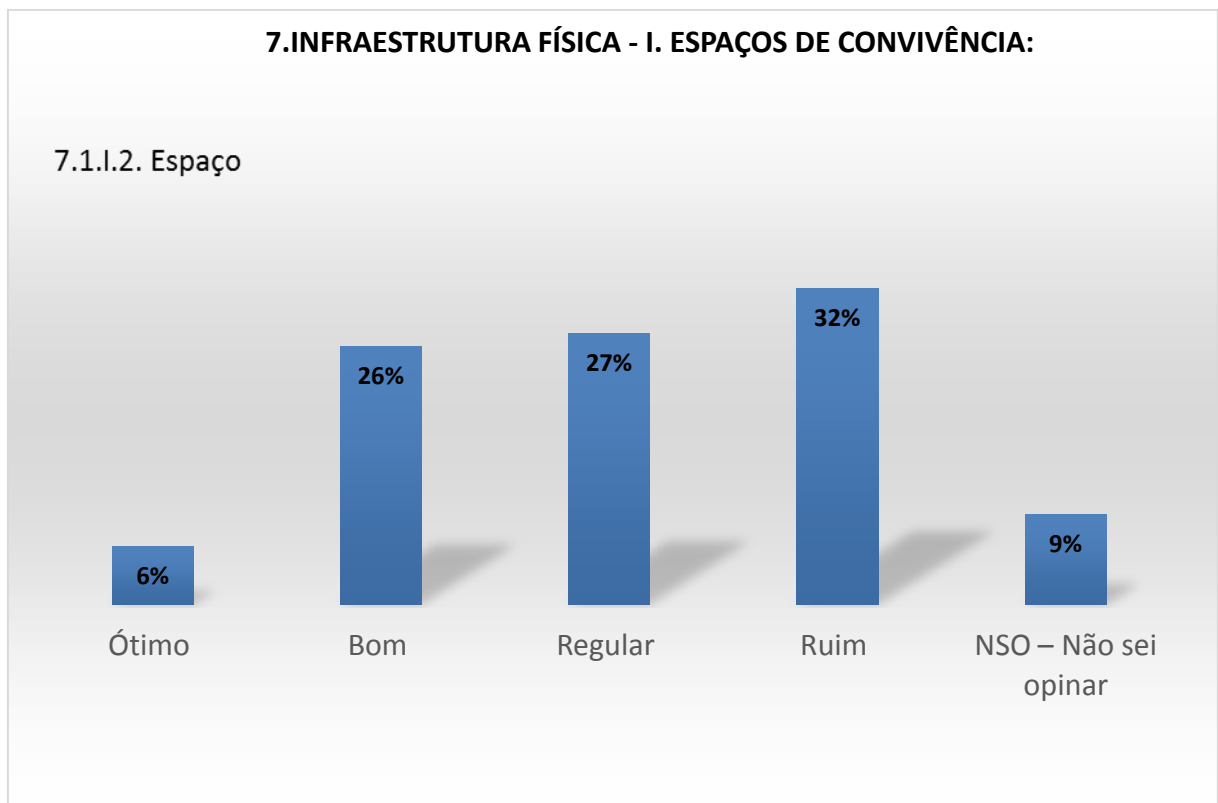


Figura 74: Análise do espaço físico dos espaços de vivência.

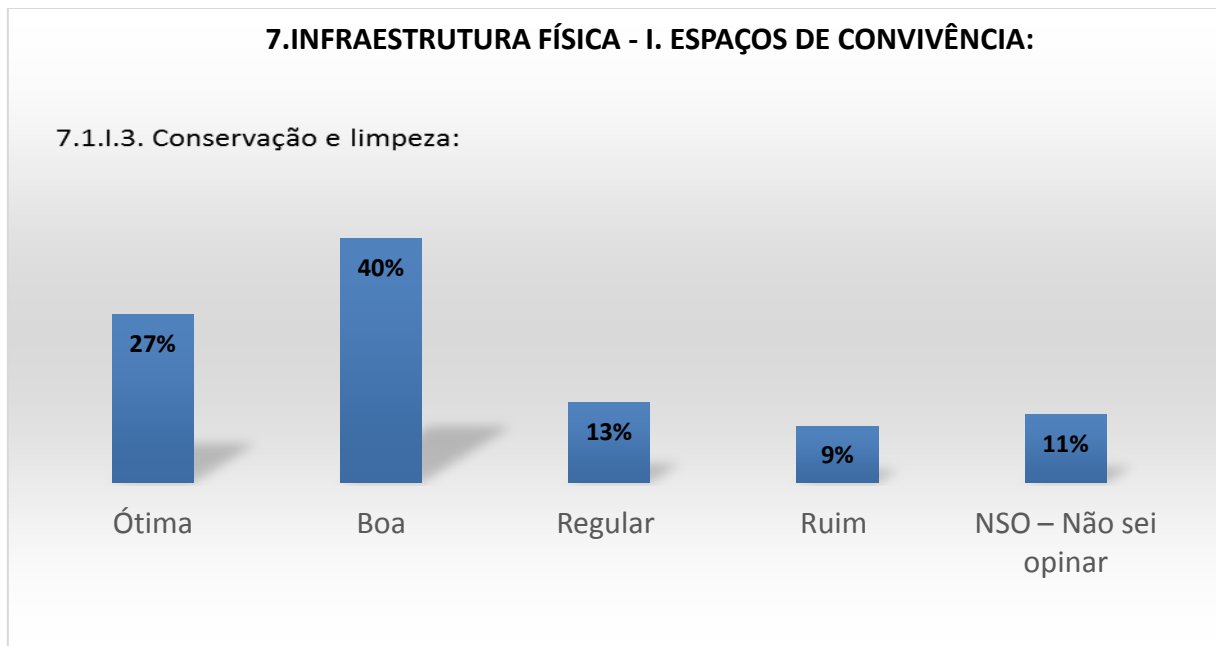


Figura 74: Análise das conservação e limpeza dos espaços de vivência.

7. ANÁLISE GERAL

Compreende-se os processos internos de avaliação se apresentam com uma figura de natureza estratégica, diagnóstica e formativa, uma vez que eles oportunizam uma identificação e reflexão da potencialidades e fragilidades da realidade institucional, aspectos que possibilitam a qualificação do ensino superior. Desta maneira cabe a CPA contribuir na apresentação desta identificação e propor ações que possam fortalecer as potencialidade e minimizar as fragilidades.

Vale ressaltar que, as sugestões foram realizadas pela referida Comissão e pelos estudantes dos cursos de História, Letras Português/Inglês e Pedagogia, no decorrer da reunião acadêmica, que ocorreu no dia 12.02.2019, realizada para apresentação dos dados coletados nesta avaliação institucional. Esta reunião teve como propósito garantir a maior abrangência possível na discussão desses resultados e, assim, conscientizar a comunidade da importância dessa atividade ao longo dos anos e os benefícios que dela puderam ser auferidos.

Nos dados apurados percebe-se que há uma necessidade de ampliar as formas de comunicação interna e externa. Na reunião realizada com os estudantes, houve a sugestão de potencializar o uso das redes sociais, segundo eles publicizar as diversas ações desenvolvidas pela Faculdade SABERES. Além do mais, eles

observaram que o site institucional poderia ser ressignificado, com uso de fotografias mais recentes da instituição e dos acadêmicos.

Importante salientar o reconhecimento da qualidade acadêmica dos docentes e do currículo da IES. No que se refere ao corpo docente, a IES tem como ação administrativa contratar docentes com mestrado e doutorado, além do mais investe de modo significativo no processo formativo dos professores, algo que ocorre por meio da contratação de palestrantes e do incentivo a participar e apresentar pesquisas em externos. No que se refere ao currículo, observa-se que a comunidade acadêmica percebe a sua contextualização com os aspectos sociais e culturais que atravessam as realidades local e global, algo preconizado pela Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Os dados apontam que os cursos de extensão são bem avaliados, a comunidade acadêmica. Existe uma percepção positiva da importância destas atividades na formação discente, assim como as interações que ele promove com os aspectos cotidianos. No que se refere, as ações relacionadas a pesquisa percebe-se que há uma boa participação dos estudantes no grupos de investigação. Na reunião com os estudantes, foi enunciado que as ausências ou não participação nestes grupos ocorre em virtude da não coincidência dos horários do trabalho e da realização dos grupos.

Outro dado importante de salientar é o alto grau de satisfação nos pontos relacionados a conservação e limpeza, satisfação do atendimento, horário de atendimento, acervo bibliográfico, disponibilidade de títulos para consulta e pesquisa na biblioteca, aspectos que em conjunto com qualidade acadêmica dos docentes e do currículo, promovem uma ação que qualifica a instituição. Entende-se aqui que, a Faculdade Saberes está localizada numa estrutura arquitetônica antiga, desta maneira as mudanças nas estruturas tornam-se bastante difíceis e, por vezes, inviáveis, contudo mesmo com estas limitações o prédio sofre uma constante manutenção e reparação dos espaços.

No que tange aos índices de insatisfação do laboratório de informática é importante que a IES oportunize maior velocidade no acesso à internet, uma manutenção mais freqüente nos equipamentos e nos periféricos externos, tais como mouse e teclado, assim como a substituição dos equipamentos quebrados.

Conclui-se que a avaliação institucional pode promover uma maior qualidade nos serviços prestados à comunidade acadêmica, assim como oportunizar a formação de docentes capazes de fomentar uma transformação social.

8. Referências

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2006

MEC/COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – CONAES. **Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior**. 2004.

MEC/SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SINAES. **Roteiro de Auto-Avaliação Institucional**. 2004.

MEC/SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SINAES. **Roteiro de Auto - Avaliação Institucional / NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAESNº065**. Brasília, 09 de outubro de 2014.

ANEXO 01

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004.

[Conversão da MPv nº 147, de 2003](#)

Institui o Sistema Nacional de Avaliação
da Educação Superior – SINAES e dá
outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do [art 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.](#)

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da

valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

§ 2º O SINAES será desenvolvido em cooperação com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 2º O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Parágrafo único. Os resultados da avaliação referida no **caput** deste artigo constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

§ 1º Na avaliação das instituições, as dimensões listadas no **caput** deste artigo serão consideradas de modo a respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, devendo ser contemplada, no caso das universidades, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento, pontuação específica pela existência de programas de pós-graduação e por seu desempenho, conforme a avaliação mantida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

§ 2º Para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa **in loco**.

§ 3º A avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Art. 4º A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

§ 1º A avaliação dos cursos de graduação utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.

§ 2º A avaliação dos cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Art. 5º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

§ 6º Será responsabilidade do dirigente da instituição de educação superior a inscrição junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP de todos os alunos habilitados à participação no ENADE.

§ 7º A não-inscrição de alunos habilitados para participação no ENADE, nos prazos estipulados pelo INEP, sujeitará a instituição à aplicação das sanções previstas no § 2º do art. 10, sem prejuízo do disposto no art. 12 desta Lei.

§ 8º A avaliação do desempenho dos alunos de cada curso no ENADE será expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

§ 9º Na divulgação dos resultados da avaliação é vedada a identificação nominal do resultado individual obtido pelo aluno examinado, que será a ele exclusivamente fornecido em documento específico, emitido pelo INEP.

§ 10. Aos estudantes de melhor desempenho no ENADE o Ministério da Educação concederá estímulo, na forma de bolsa de estudos, ou auxílio específico, ou ainda alguma outra forma de distinção com objetivo similar, destinado a favorecer a excelência e a continuidade dos estudos, em nível de graduação ou de pós-graduação, conforme estabelecido em regulamento.

§ 11. A introdução do ENADE, como um dos procedimentos de avaliação do SINAES, será efetuada gradativamente, cabendo ao Ministro de Estado da Educação determinar anualmente os cursos de graduação a cujos estudantes será aplicado.

Art. 6º Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação e vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, com as atribuições de:

I – propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;

II – estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;

III – formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;

IV – articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;

V – submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE;

VI – elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;

VII – realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 7º A CONAES terá a seguinte composição:

I – 1 (um) representante do INEP;

II – 1 (um) representante da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES;

III – 3 (três) representantes do Ministério da Educação, sendo 1 (um) obrigatoriamente do órgão responsável pela regulação e supervisão da educação superior;

IV – 1 (um) representante do corpo discente das instituições de educação superior;

V – 1 (um) representante do corpo docente das instituições de educação superior;

VI – 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo das instituições de educação superior;

VII – 5 (cinco) membros, indicados pelo Ministro de Estado da Educação, escolhidos entre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico, e reconhecida competência em avaliação ou gestão da educação superior.

§ 1º Os membros referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão designados pelos titulares dos órgãos por eles representados e aqueles referidos no inciso III do **caput** deste artigo, pelo Ministro de Estado da Educação.

§ 2º O membro referido no inciso IV do **caput** deste artigo será nomeado pelo Presidente da República para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução.

§ 3º Os membros referidos nos incisos V a VII do **caput** deste artigo serão nomeados pelo Presidente da República para mandato de 3 (três) anos, admitida 1 (uma) recondução, observado o disposto no parágrafo único do art. 13 desta Lei.

§ 4º A CONAES será presidida por 1 (um) dos membros referidos no inciso VII do **caput** deste artigo, eleito pelo colegiado, para mandato de 1 (um) ano, permitida 1 (uma) recondução.

§ 5º As instituições de educação superior deverão abonar as faltas do estudante que, em decorrência da designação de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo, tenha participado de reuniões da CONAES em horário coincidente com as atividades acadêmicas.

§ 6º Os membros da CONAES exercem função não remunerada de interesse público relevante, com precedência sobre quaisquer outros cargos públicos de que sejam titulares e, quando convocados, farão jus a transporte e diárias.

Art. 8º A realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP.

Art. 9º O Ministério da Educação tornará público e disponível o resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de seus cursos.

Art. 10. Os resultados considerados insatisfatórios ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior e o Ministério da Educação, que deverá conter:

- I – o diagnóstico objetivo das condições da instituição;
- II – os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior com vistas na superação das dificuldades detectadas;
- III – a indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes;
- IV – a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

§ 1º O protocolo a que se refere o **caput** deste artigo será público e estará disponível a todos os interessados.

§ 2º O descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:

- I – suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação;

II – cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos;

III – advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior.

§ 3º As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas pelo órgão do Ministério da Educação responsável pela regulação e supervisão da educação superior, ouvida a Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, em processo administrativo próprio, ficando assegurado o direito de ampla defesa e do contraditório.

§ 4º Da decisão referida no § 2º deste artigo caberá recurso dirigido ao Ministro de Estado da Educação.

§ 5º O prazo de suspensão da abertura de processo seletivo de cursos será definido em ato próprio do órgão do Ministério da Educação referido no § 3º deste artigo.

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

Art. 12. Os responsáveis pela prestação de informações falsas ou pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação que impliquem omissão ou distorção de dados a serem fornecidos ao SINAES responderão civil, penal e administrativamente por essas condutas.

Art. 13. A CONAES será instalada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Quando da constituição da CONAES, 2 (dois) dos membros referidos no inciso VII do **caput** do art. 7º desta Lei serão nomeados para mandato de 2 (dois) anos.

Art. 14. O Ministro de Estado da Educação regulamentará os procedimentos de avaliação do SINAES.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se a [alínea a do § 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961](#), e os [arts 3º e 4º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995](#).

Brasília, 14 de abril de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Tarso Genro

Este texto não substitui o publicado no DOU de 15.4.2004

ANEXO 2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – CONAES
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – DAES

NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES Nº 065

Assunto: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional

1. Objetivos

Constituem-se objetivos desta Nota Técnica:

- 1.1. Destacar a relevância da autoavaliação das IES para a educação superior;
- 1.2. Apresentar sugestão de roteiro para a elaboração dos relatórios de autoavaliação das Instituições de Educação Superior (IES);
- 1.3. Definir as especificidades da versão parcial e da versão integral do relatório de autoavaliação;
- 1.4. Estabelecer prazos para a postagem do relatório no sistema e-MEC;
- 1.5. Estabelecer critérios para o período de transição.

2. Introdução

A avaliação institucional interna (autoavaliação) está inserida no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que, instituído pela Lei nº 10.881 de 14 de abril de 2004, tem entre suas finalidades a melhoria da qualidade da educação superior e a expansão da sua oferta.

De acordo com o disposto no inciso VIII do Art. 3º, da Lei do Sinaes, o "planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional" devem ser considerados nas ações de avaliação e de desenvolvimento institucional. Ainda no Art. 3º, § 2º, define-se que "para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa *in loco*".

A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.

O processo de autoavaliação da IES deverá ser consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa.

Para colaborar com as IES nesse processo, a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES)¹, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)², autarquia do Ministério da Educação (MEC), com a orientação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) sugere, a seguir, o roteiro para a elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional.

Tal proposta baseia-se no Instrumento de Avaliação Institucional Externa (Publicado no DOU em 4 de fevereiro de 2014, Portaria N° 92, de 31 de janeiro de 2014), nos estudos dos relatórios de autoavaliação postados no Sistema e-MEC (2011 a 2013) e nos Seminários Regionais sobre Autoavaliação Institucional e Comissões Próprias de Avaliação (CPA) – 2013.

3. Roteiro para elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional

O relatório de autoavaliação institucional, elaborado pela CPA, deverá conter cinco partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das

¹ BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa N° 40 de 12 de dezembro de 2007, consolidada em 29 de dezembro de 2010. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Seção II, Art. 13-A, parágrafo único.

² BRASIL. Lei N° 10.861 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Art. 8°. Publicada no D.O.U de 15 de abril de 2004.

informações e ações previstas com base nessa análise. Segue detalhamento do que poderá ser abordado em cada uma das partes.

3.1. Introdução

Os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação deverão ser informados neste campo, bem como o ano a que se refere, relatando se o relatório é parcial ou integral, conforme esta nota técnica.

3.2. Metodologia

Na metodologia deverão ser descritos os instrumentos utilizados para coleta os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil consultados e as técnicas utilizadas para análise dos dados.

3.3. Desenvolvimento

Nesse campo devem ser apresentados os dados e as informações pertinentes a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade das instituições.

A seção do relatório destinada ao desenvolvimento deverá ser organizada em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei Nº 10.861, que institui o Sinaes.

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

- Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

- Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

- Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física

Deste modo, será possível estabelecer coerência e continuidade entre os dados apresentados, facilitando o desenvolvimento do relatório de autoavaliação, bem como o processo avaliativo em sua integralidade.

3.4. Análise dos dados e das informações

Os dados e as informações apresentadas no desenvolvimento deverão ser analisados e apropriados pelos atores da instituição, culminando no planejamento e na execução das ações.

Nesta seção deverá ser realizado um diagnóstico a respeito da IES, ressaltando os avanços e os desafios a serem enfrentados. Também deverá ser evidenciado no relatório o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), considerando o perfil e a identidade da IES.

3.5. Ações com base na análise

As ações deverão ser previstas a partir da análise dos dados e das informações, visando à melhoria das atividades acadêmicas e de gestão da instituição.

4. Versões do Relatório

4.1. Versão Parcial: O relatório parcial deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), explicitando os eixos trabalhados.

4.2. Versão Integral: O relatório integral deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), bem como discutir o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão. Deverá, ainda, apresentar um plano de ações de melhoria à IES.

5. Periodicidade

A partir do ano de referência de 2015 o Relatório de Autoavaliação será submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de três anos. Nos 2 primeiros anos, o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido em sua versão integral, conforme segue:

- até 31 de março de 2016 – 1º relatório parcial
- até 31 de março de 2017 – 2º relatório parcial
- até 31 de março de 2018 – relatório integral

6. Do Período de Transição

O relatório de autoavaliação referente ao ano de 2014, validado pela CPA, deverá ser apresentado até 31 de março de 2015.

Brasília, 09 de outubro de 2014.

CLAUDIA MAFFINI GRIBOSKI

Diretora de Avaliação da Educação Superior
DAES/INEP

JOÃO CARLOS PEREIRA DA SILVA

Presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONAES

PORTARIA Nº 04, de 01 de Março de 2018

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA FACULDADE SABERES, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Art. 11 e incisos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, resolve:

Art.1º - Designar os novos membros que comporão a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade SABERES, pelo período de 01 de Março de 2018 a 28 de Dezembro de 2018, com as seguintes atribuições:

I – condução dos processos de avaliação internos da instituição;

II – sistematização e prestação das informações solicitadas pelo INEP/MEC.

Parágrafo único. A CPA conta com o apoio de pessoal técnico necessário ao desempenho de suas atribuições, por designação do presidente.

Art. 2º - Definir a CPA com a seguinte composição:

I - Representante do **corpo docente** (Presidente): Profª Dra. Érika Milena de Souza

II- Representante do **pessoal técnico-administrativo**: Soane Almeida Dias

III - Representante do **corpo discente**: Fabíula Paulo de Freitas Manhães

IV - Representante da **mantenedora**: Marcela Rosa de Araújo Meireles

V- Representante da **sociedade civil organizada**: Fernando de Almeida Silva

Art. 3º - Atribuir ao Presidente regulamentar o funcionamento da CPA.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória/ES, 01 de Março de 2018.

Alacir de Araújo Silva
Presidente

QUESTIONÁRIO UTILIZADO NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA FACULDADE SABERES - 2018

Prezado membro da comunidade acadêmica da Faculdade Saberes,

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade Saberes deseja conhecer sua análise/avaliação sobre o trabalho desenvolvido por essa instituição. Solicitamos que responda ao questionário abaixo. Sua contribuição será importante para que a Faculdade possa aprimorar o trabalho que desenvolve.

Agradecemos antecipadamente,
CPA da Faculdade Saberes

DIMENSÃO 01:

MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

1.1. Você conhece a missão da Faculdade Saberes?

☐ Sim ☐ Não

1.2. A Faculdade Saberes tem como missão “Promover educação superior comprometida com o desenvolvimento do ser humano dotado de valores éticos, estéticos, políticos, sociais e culturais, cuja base seja a preservação da vida e a busca da construção de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva”.No seu dia a dia, como você avaliaria o desempenho geral da Faculdade Saberes no desenvolvimento dessa missão?

☐ Ótimo ☐ Ruim
☐ Bom ☐ NSO – Não sei opinar
☐ Regular

1.3. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o documento de planejamento elaborado a fim de orientar as políticas da Faculdade Saberes. Em relação a esse documento, marque uma das opções abaixo:

☐ Desconheço sua existência
☐ Conheço a existência do documento, porém conheço apenas parcialmente seu conteúdo
☐ Conheço a existência do documento, porém desconheço totalmente seu conteúdo
☐ Desconheço a existência do documento e de seu conteúdo

DIMENSÃO 02:

POLÍTICAS PARA O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO

2.1. ENSINO

A) A prática pedagógica desenvolvida na instituição é:

☐ Ótima ☐ Ruim
☐ Boa ☐ NSO – Não sei opinar
☐ Regular

B) Os currículos dos cursos oferecidos pela faculdade atendem às demandas sociais e às necessidades individuais de seus alunos?

☐ Sim ☐ NSO – Não sei opinar
☐ Não

2.2. PESQUISA

A) Você desenvolveu e/ou participou de projeto/grupo (s) de pesquisa (s) na Faculdade Saberes

☐ Sim ☐ Não

B) Caso não tenha participado de nenhum projeto/grupo de pesquisa desenvolvido na Faculdade Saberes, qual foi o motivo de sua não participação?

☐ Não tive interesse
☐ A Instituição não ofereceu essa oportunidade
☐ Devido minha falta de horário para participar das atividades de pesquisa
☐ Não posso opinar, pois participei

C) A política e a prática institucional de pesquisa desenvolvida pela Faculdade Saberes, inclusive para a iniciação científica, são:

☐ Ótimas ☐ Ruins
☐ Boas ☐ NSO – Não sei opinar
☐ Regulares

2.3. EXTENSÃO

A) Você desenvolveu e/ou participou de projeto e/ou curso de extensão oferecido e organizado pela Faculdade Saberes

☐ Sim ☐ Não

B) Caso não tenha participado de nenhum projeto e/ou curso de extensão desenvolvido na Faculdade Saberes, qual foi o motivo de sua não participação?

☐ Não tive interesse
☐ A Instituição não ofereceu essa oportunidade
☐ Devido minha falta de horário para participar das atividades de extensão
☐ Não posso opinar, pois participei

C) Em que medida as atividades e cursos de extensão promovidos pela Faculdade estão articulados com os objetivos de seus cursos e com a demanda do entorno social?

☐ Ótimo ☐ Ruim
☐ Bom ☐ NSO – Não sei opinar
☐ Regular

D) O impacto das atividades/cursos de extensão oferecidos pela faculdade na comunidade e na formação de seus alunos é:

☐ Ótimo ☐ Ruim
☐ Bom ☐ NSO – Não sei opinar
☐ Regular

E) Em relação aos eventos acadêmicos (Semanas culturais, palestras, exposições, Seminários, Simpósios etc.) promovidos e organizados pela Faculdade Saberes durante o semestre letivo, como você caracterizaria a qualidade dos mesmos:

☐ Ótimo ☐ Ruim
☐ Bom ☐ NSO – Não sei opinar
☐ Regular

2.4. PÓS-GRADUAÇÃO

A) O grau de integração entre a graduação e a pós-graduação (*lato sensu*) da Faculdade Saberes é:

- ☐ Ótimo ☐ Ruim
☐ Bom ☐ NSO – Não sei opinar
☐ Regular

DIMENSÃO 03:

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

3.1. Você conhece as ações de responsabilidade social promovidas pela Faculdade?

- ☐ Sim ☐ Não

3.2. Se sim, como as avalia?

- ☐ Ótimas
☐ Boas
☐ Regulares
☐ Ruins
☐ Não posso opinar, pois desconheço tais ações

3.3. Você considera a política da Faculdade Saberes quanto à inclusão de alunos em situação econômica desfavorecida como:

- ☐ Ótima ☐ Ruim
☐ Boa ☐ NSO – Não sei opinar
☐ Regular

3.4. As ações da faculdade para a inclusão de alunos com deficiência ou Transtornos Globais do Desenvolvimento – TGD são:

- ☐ Ótimas ☐ Ruins
☐ Boas ☐ NSO – Não sei opinar.
☐ Regulares

3.5. Em sua opinião, em relação à qualidade de vida da população local, as ações de responsabilidade social da Faculdade Saberes têm:

- ☐ Gerado impactos positivos no âmbito da promoção da cidadania e inclusão social
☐ Gerado impactos positivos no âmbito do desenvolvimento econômico
☐ Gerado impactos positivos no âmbito da produção cultural, intelectual e artística
☐ Gerado impactos positivos no âmbito da Sustentabilidade ambiental
☐ Gerado impactos negativos no âmbito da promoção da cidadania e inclusão social
☐ Gerado impactos negativos no âmbito do desenvolvimento econômico
☐ Gerado impactos negativos no âmbito da produção cultural, intelectual e artística
☐ Gerado impactos negativos no âmbito da Sustentabilidade ambiental
☐ Irrelevância na construção de impactos nos âmbitos sociais supracitados

DIMENSÃO 04:

COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

4.1. As estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna da Faculdade são:

- ☐ Ótimas ☐ Ruins
☐ Boas ☐ NSO – Não sei opinar
☐ Regulares

4.2. As estratégias, recursos e qualidade da comunicação externa (site, redes sociais, e-mails e telefone) da Faculdade são:

- ☐ Ótimas ☐ Regulares
☐ Boas ☐ Ruins

☐ NSO – Não sei opinar

4.3. Dos meios de comunicações abaixo, qual você considera o que oferece a melhor ação de comunicação entre Faculdade e sociedade e/ou Faculdade e discentes:

☐ Site

☐ Redes Sociais

☐ E-mail

☐ Telefone

☐ Nenhum dos meios de comunicações disponibilizado pela Faculdade

4.4. Dos meios de comunicações abaixo, qual você considera o que oferece a pior ação de comunicação entre Faculdade e sociedade e/ou Faculdade e discentes:

☐ Site

☐ Redes Sociais

☐ E-mail

☐ Telefone

☐ Todos os meios oferecem ação de qualidade aceitável

4.5. Você considera a imagem pública da Instituição nos meios de comunicação como:

☐ Ótima

☐ Ruim

☐ Boa

☐ NSO – Não sei opinar

☐ Regular

DIMENSÃO 5:

POLÍTICAS DE PESSOAL

5.1. O número de funcionários técnico-administrativos em cada setor da instituição é suficiente para responder aos objetivos e funções da instituição?

☐ Sim

☐ Não

5.2. A experiência profissional e a formação dos funcionários técnico-administrativos permitem desenvolver com qualidade a missão institucional?

☐ Sim

☐ Não

5.3. O número de docentes é suficiente para responder aos objetivos e funções da instituição?

☐ Sim

☐ Não

5.4. A experiência profissional e a formação didático-pedagógica dos docentes permitem desenvolver com qualidade a missão institucional?

☐ Sim

☐ NSO – Não sei opinar

☐ Não

DIMENSÃO 6:

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

6.1. Você considera que a forma de organização e de gestão adotada na Faculdade é adequada ao cumprimento dos da missão e dos objetivos institucionais?

☐ Sim

☐ Não sei opinar

☐ Não

6.2. O grau de conhecimento dos membros da faculdade sobre os institutos legais da IES (estatutos, regimentos, regulamentos internos, normas acadêmicas etc.) é:

☐ Ótimo

☐ Bom

- () Regular
() Ruim

() NSO – Não sei opinar

6.3. De forma geral, como você considera as decisões tomadas pelo Colegiado da Faculdade Saberes?

- () Ótimas
() Boas
() Regulares
- () Ruins
() NSO – Não sei opinar

DIMENSÃO 7:

INFRAESTRUTURA FÍSICA

7.1. Indique a sua avaliação quanto à adequação da infraestrutura de cada espaço da instituição:

A) SALAS DE AULA:

A.1. Espaço físico:

- () Ótimo
() Bom
() Regular
- () Ruim
() NSO – Não sei opinar

A.2. Conservação e limpeza:

- () Ótimas
() Boas
() Regulares
- () Ruins
() NSO – Não sei opinar

A.3. Mobiliário:

- () Ótimo
() Bom
() Regular
- () Ruim
() NSO – Não sei opinar

A.4. Conforto térmico e iluminação:

- () Ótimas
() Boas
() Regulares
- () Ruins
() NSO – Não sei opinar

B) BIBLIOTECA:

B.1. Espaço físico:

- () Ótimo
() Bom
() Regular
- () Ruim
() NSO – Não sei opinar

B.2. Acervo:

- () Ótimo
() Bom
() Regular
- () Ruim
() NSO – Não sei opinar

B.3. Disponibilidade de livros em relação à demanda:

- () Ótima
() Boa
() Regular
- () Ruim
() NSO – Não sei opinar

B.4. Atendimento:

- () Ótimo
() Bom
- () Regular
() Ruim

() NSO – Não sei opinar

B.5. Conservação e limpeza:

() Ótimas

() Boas

() Regulares

() Ruins

() NSO – Não sei opinar

B.6. Horário de atendimento:

() Ótimo

() Bom

() Regular

() Ruim

() NSO – Não sei opinar

C. LABORATÓRIO EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA:

C.1. Espaço físico:

() Ótimo

() Bom

() Regular

() Ruim

() NSO – Não sei opinar

C.2. Atendimento:

() Ótimo

() Bom

() Regular

() Ruim

() NSO – Não sei opinar

C.3. Conservação e limpeza:

() Ótimas

() Boas

() Regulares

() Ruins

() NSO – Não sei opinar

C.4. Quantidade e qualidade dos equipamentos:

() Ótimas

() Boas

() Regulares

() Ruins

() NSO – Não sei opinar

C.5. Horário de atendimento:

() Ótimo

() Bom

() Regular

() Ruim

() NSO – Não sei opinar

C.6. Acesso à internet

() Ótimo

() Bom

() Regular

() Ruim

() NSO – Não sei opinar

D. SALA DE ESTÁGIO

D.1. Espaço Físico:

() Ótimo

() Bom

() Regular

() Ruim

() NSO – Não sei opinar

D.2. Conservação e limpeza:

() Ótimas

() Boas

() Regulares

() Ruins

() NSO – Não sei opinar

D.3. Mobiliário:

- () Ótimo
- () Bom
- () Regular

D.4. Ventilação e iluminação:

- () Ótimas
- () Boas
- () Regulares

D.5. Disponibilidade de materiais:

- () Ótimo
- () Bom
- () Regular

E. CANTINA:

E.1. Espaço físico:

- () Ótimo
- () Bom
- () Regular

E.2. Atendimento:

- () Ótimo
- () Bom
- () Regular

E.3. Conservação e limpeza:

- () Ótimas
- () Boas
- () Regulares

E.4. Horário de atendimento:

- () Ótimo
- () Bom
- () Regular

F. COPIADORA:

F.1. Espaço físico:

- () Ótimo
- () Bom
- () Regular

F.2. Atendimento:

- () Ótimo
- () Bom
- () Regular

F.3. Conservação e limpeza:

- () Ótimas
- () Boas
- () Regulares

F.4. Horário de atendimento:

- () Ótimo
- () Bom
- () Regular

- () Ruim
- () NSO – Não sei opinar

- () Ruins
- () NSO – Não sei opinar

- () Ruim
- () NSO – Não sei opinar

- () Ruim
- () NSO – Não sei opinar

- () Ruim
- () NSO – Não sei opinar

- () Ruins
- () NSO – Não sei opinar

- () Ruim
- () NSO – Não sei opinar

- () Ruim
- () NSO – Não sei opinar

- () Ruim
- () NSO – Não sei opinar

- () Ruins
- () NSO – Não sei opinar

- () Ruim
- () NSO – Não sei opinar

G. SECRETARIA:**G.1. Espaço físico**☐ Ótimo☐ Bom☐ Regular☐ Ruim☐ NSO – Não sei opinar**G.2. Atendimento:**☐ Ótimo☐ Bom☐ Regular☐ Ruim☐ NSO – Não sei opinar**G.3. Conservação e limpeza:**☐ Ótimas☐ Boas☐ Regulares☐ Ruins☐ NSO – Não sei opinar**G.4. Horário de atendimento:**☐ Ótimo☐ Bom☐ Regular☐ Ruim☐ NSO – Não sei opinar**H. ESPAÇOS RELACIONADOS À QUESTÃO DA ACESSIBILIDADE****H.1. Elevador:**☐ Ótimo☐ Bom☐ Regular☐ Ruim☐ NSO – Não sei opinar**H.2. Rampas**☐ Ótimo☐ Bom☐ Regular☐ Ruim☐ NSO – Não sei opinar**H.3. Mobiliário adaptado**☐ Ótimo☐ Bom☐ Regular☐ Ruim☐ NSO – Não sei opinar**I. EM RELAÇÃO AOS ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA:****I.1. Iluminação**☐ Ótima☐ Boa☐ Regular☐ Ruim☐ NSO – Não sei opinar**I.2. Espaço**☐ Ótimo☐ Bom☐ Regular☐ Ruim☐ NSO – Não sei opinar**I.3. Conservação e limpeza:**☐ Ótima☐ Boa☐ Regular☐ Ruim☐ NSO – Não sei opinar**DIMENSÃO 8:**

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

8.1. Como você analisa as formas de avaliação e acompanhamento do trabalho institucional desenvolvido pela Faculdade?

- | | |
|------------------------------------|---|
| ☐ Ótimas | ☐ Ruins |
| ☐ Boas | ☐ NSO – Não sei opinar |
| ☐ Regulares | |

8.2. Você ficou ciente dos resultados das últimas autoavaliações institucionais promovidas na Faculdade?

- | | |
|------------------------------|---|
| ☐ Sim | ☐ NSO – Não sei opinar |
| ☐ Não | |

8.3. Em sua opinião, os resultados do processo de autoavaliação feitos nos últimos anos desencadearam ações e mudanças na instituição e no trabalho por ela desenvolvido?

- | | |
|------------------------------|---|
| ☐ Sim | ☐ NSO – Não sei opinar |
| ☐ Não | |

DIMENSÃO 9:

POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

9.1. As formas de acesso, seleção e permanência de estudantes implementadas da Faculdade são:

- | | |
|------------------------------------|---|
| ☐ Ótimas | ☐ Ruins |
| ☐ Boas | ☐ NSO – Não sei opinar |
| ☐ Regulares | |

9.2. Em sua opinião, as ações promovidas para assegurar a participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, monitorias), iniciação científica e extensão são:

- | | |
|------------------------------------|---|
| ☐ Ótimas | ☐ Ruins |
| ☐ Boas | ☐ NSO – Não sei opinar |
| ☐ Regulares | |

9.3. Os mecanismos de apoio acadêmico para os estudantes que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais?

- | | |
|------------------------------------|---|
| ☐ Ótimos | ☐ Ruins |
| ☐ Bons | ☐ NSO – Não sei opinar |
| ☐ Regulares | |

9.4. A faculdade tem desenvolvido ações para incorporar novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem?

- | | |
|------------------------------|---|
| ☐ Sim | ☐ Não sei |
| ☐ Não | ☐ NSO – Não sei opinar |

9.5. Em sua perspectiva, a recepção e os atendimentos aos calouros são:

- | | |
|------------------------------------|---|
| ☐ Ótimos | ☐ Ruins |
| ☐ Bons | ☐ NSO – Não sei opinar |
| ☐ Regulares | |

9.6. Como você avalia o atendimento prestado pelos monitores/tutores das disciplinas aos discentes:

- | | |
|----------------------------------|---|
| ☐ Ótimo | ☐ Ruim |
| ☐ Bom | ☐ NSO – Não sei opinar |
| ☐ Regular | |

9.7. Como você avalia o atendimento e orientação prestada pelos coordenadores de curso aos discentes:

- | | |
|----------------------------------|---|
| ☐ Ótimo | ☐ Ruim |
| ☐ Bom | ☐ NSO – Não sei opinar |
| ☐ Regular | |

9.8. Como você avalia o atendimento do setor financeiro:

- | | |
|----------------------------------|---|
| ☐ Ótimo | ☐ Ruim |
| ☐ Bom | ☐ NSO – Não sei opinar |
| ☐ Regular | |

9.9. Conhece alguma ação da IES de acompanhamento dos alunos egressos?

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| ☐ Sim | ☐ Não |
|------------------------------|------------------------------|

DIMENSÃO 10:

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

10.1. Você considera a IES sustentável financeiramente?

- | | |
|------------------------------|--|
| ☐ Sim | ☐ Não me sinto apto a responder |
| ☐ Não | |

10.2. Em sua opinião, os recursos financeiros da IES são suficientes para o desenvolvimento de suas atividades e de sua missão institucional?

- | | |
|------------------------------|---|
| ☐ Sim | ☐ Não me sinto apto a responde |
| ☐ Não | |

10.3. Em sua opinião, os recursos financeiros da Instituição são aplicados de forma eficiente no desenvolvimento da Faculdade Saberes?

- | |
|--|
| ☐ Sim |
| ☐ Não |
| ☐ Não me sinto apto a responder |

11. ANÁLISE GERAL

11.1. Caso considere necessário, cite pontos positivos da Faculdade Saberes e do trabalho que ela desenvolve.

11.2. Caso considere necessário, cite pontos negativos da Faculdade Saberes e do trabalho que ela desenvolve.

11.3. Caso considere necessário apresente sugestões para a melhoria do trabalho desenvolvido pela Faculdade Saberes.
